



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO
(PPGCULT)

GRAZIANE DE ARAÚJO PITOMBEIRA CARVALHO

**DA ILHA DE SÃO JOSÉ AO REASSENTAMENTO COLETIVO BAIXÃO:
ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS RIBEIRINHOS APÓS A
IMPLANTAÇÃO DA UHE/ESTREITO - (MA), EM 2012**

ARAGUAÍNA
2018

GRAZIANE DE ARAÚJO PITOMBEIRA CARVALHO

**DA ILHA DE SÃO JOSÉ AO REASSENTAMENTO COLETIVO BAIXÃO:
ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS RIBEIRINHOS APÓS A
IMPLANTAÇÃO DA UHE/ESTREITO - (MA), EM 2012**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudo de Cultura e Território.

Linha de Pesquisa: Natureza, Poder e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P685d Pitombeira, Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho.

Da Ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão: alterações nos modos de vida após a implantação da UHE/Estreito (MA), EM 2012. /
Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho Pitombeira. – Araguaína, TO, 2018.
175 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
em Estudo de Cultura e Território, 2018.

Orientador: Ailton Sieben

1. Território e Modos de vida . 2. Atingidos. 3. Hidrelétricas na Amazônia.
4. Royalties hidrelétricos. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GRAZIANE DE ARAÚJO PITOMBEIRA CARVALHO

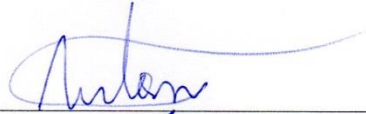
**DA ILHA DE SÃO JOSÉ AO REASSENTAMENTO COLETIVO BAIXÃO:
ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIDA DOS RIBEIRINHOS APÓS A
IMPLANTAÇÃO DA UHE/ESTREITO - (MA), EM 2012**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, foi avaliada para obtenção do título de Mestre em / / e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca examinadora.

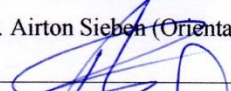
Orientador Prof. Dr. Airton Sieben

Data de Aprovação 30 / 05 / 2018

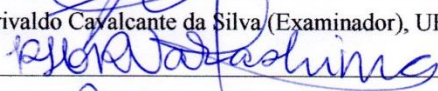
Banca Examinadora:



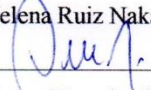
Prof. Dr. Airton Sieben (Orientador), UFT



Prof. Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva (Examinador), UFT



Profa. Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima (Examinadora), UFT



Túlio Barbosa (Examinador externo), UFU

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Helena, *in memoriam*, que sempre acreditou em mim e que me amou incondicionalmente. Ao meu esposo, Elson Lira, e à minha filha, Heloisa, pelo carinho, pelo encorajamento e pela confiança que sempre em mim depositaram durante este período de estudos. Este trabalho é-vos dedicado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho constitui-se em resultado de um grande esforço e dedicação, pesquisa, apoio e compreensão por parte das pessoas que estiveram ao meu lado durante estes dois últimos anos. Dessa forma, não poderia deixar de agradecer às instituições e órgãos, aos professores, à minha família, aos amigos, aos colaboradores e a Deus.

À minha primeira referência destina-se à Universidade Federal do Tocantins (UFT), por tornar possível a realização do meu sonho na oferta desse curso, em especial ao coordenador do Programa, Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério, pelo profissionalismo.

Ao Programa de Mestrado PPGCULT, pela oferta do curso.

Ao Laboratório de Cartografia e Estudos do Território (LCET).

Ao meu orientador, Prof. Dr. Airton Sieben, pelas constantes orientações nestes dois anos efetivos de estudo. Meu sincero respeito, reconhecimento e admiração, não apenas pelo profissionalismo, mas pela amizade que me fez cultivar. Minha eterna gratidão!

Ao Professor Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva e à professora Dr^a. Rosária Helena Ruiz Nakashima, por aceitarem o convite para participar da banca de qualificação e defesa e por terem contribuído de forma generosa para o meu crescimento acadêmico. Ao Professor Dr. Túlio Barbosa pela valiosa contribuição na banca de defesa.

À secretária do Programa, Adriana Freire, que sempre me atendeu com prontidão e zelo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da UFT, em especial aos professores Antunes Medeiros, Martha Victor, Dagmar Maniere Rodrigues, Elias da Silva, Luiza Helena, Dernival Venâncio Júnior e Bráz Batista Vaz, por terem contribuído, por meio de suas aulas, com a minha formação acadêmica;

À Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), pela concessão de licença para qualificação profissional. Em especial a querida Éldi, pelo cuidado e zelo com a documentação mensal. Muito obrigada!

Agradeço aos participantes que trabalham na Prefeitura Municipal de Babaçulândia nas pessoas do técnico financeiro, do prefeito atual, que contribuíram dialogando com a pesquisadora para o enriquecimento do *corpus* da pesquisa.

Aos meus amigos Núbia Régia de Almeida e Antônio Adailton Silva, pela generosidade em contribuir comigo na aquisição de conhecimentos. À Núbia, por muitas vezes ser um instrumento psicológico para me manter firme. Minha eterna gratidão por me

ouvir, pelas leituras, pelos incentivos e pelo encorajamento de sempre e por acreditar no meu potencial.

Ao amigo de caminhada de trabalho, Johannes Marinho Lustosa, pelo incentivo intelectual, colaborando com downloads de livros e pelas contribuições no transcorrer da pesquisa, obrigada por acreditar que meu sonho poderia se tornar realidade.

Ao Alcivan, que prontamente me emprestou a mídia do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional para que eu pudesse analisar os modos de vida no antigo território.

Ao Adelsimon, por me prestar esclarecimentos valiosos e me fornecer fontes referentes ao passado de Babaçulândia, que muito contribuíram para a pesquisa.

Ao meu esposo, Elson, pela compreensão, demonstração de carinho e ajuda constante no cuidado comigo e com a nossa filha. Minha eterna gratidão!

À minha filha, Heloisa, pelo carinho, cuidado e amor que demonstra por mim.

Aos meus pais, Helena de Araújo Pitombeira (*in memoriam*) e Raimundo Alves Pitombeira e ao meu irmão Gabriel, por terem acreditado em mim.

De maneira especial, agradeço à população do Reassentamento Coletivo Baixão, pois sem a sua colaboração não seria possível à concretização desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos aos reassentados, principalmente ao presidente da Associação de Moradores, João da Cruz, sua esposa, Neide, e seu filho João Victor, pela acolhida na comunidade, em suas casas e pelo convívio agradável.

Agradeço a todos e a todas que de alguma maneira contribuíram para a realização desse trabalho e possibilitaram alguma forma de aprendizado e de reencontro.

Por fim, agradeço ao amado e supremo Deus, pela saúde e sua presença confortante nos momentos difíceis ao longo desta caminhada.

*A água que nos abrange
Comporta o sangue das turbinas.
Acende nas veias
o incêndio da poesia.
Se o rio é de sangue o
que mais nos asfixia?
Seguimos singrando
Pelo rio de sangue
A saudade das batalhas
Navais, nossa ilha:
Navalha escorrendo
Os sinais dos sinos
E o frio na espinha.*

(Gilson Cavalcante)

RESUMO

A matriz energética brasileira é superada pelo regime hidráulico dos rios. A construção dos reservatórios provoca efeitos negativos ao meio ambiente e social. As mudanças provocadas pela construção das usinas alteram o panorama das cidades, afetando a economia das regiões e o modo de vida das populações atingidas, sendo que a construção dos empreendimentos é propagada pelo Estado como eixo basilar de fomento ao progresso e ao desenvolvimento do país. Os municípios absorvem os problemas ocasionados pela construção dos megaprojetos enquanto os benefícios energéticos são distribuídos a diversas regiões brasileiras. No ano de 2010, tendo em vista a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) - (UHEE), os moradores da ilha de São José, outrora localizados em Babaçulândia (TO) foram desterritorializados por causa da formação do reservatório da hidrelétrica, cujas águas cobriram a ilha. Como forma de compensação, em virtude da perda territorial, parte dos moradores, equivalente a 26 famílias, foram instaladas no Reassentamento Rural Coletivo Baixão. O objetivo deste trabalho consiste em compreender a mudança territorial da comunidade rural da ilha de São José, no município de Babaçulândia (TO), atingida pela UHEE e identificar as alterações nos modos de vida depois de sete anos da des-reterritorialização no Reassentamento Coletivo Baixão. A investigação é uma abordagem qualitativa. O roteiro de entrevistas contendo questões fechadas e abertas foi aplicado aos colaboradores de novembro a dezembro de 2017 e versou sobre: características e histórico familiar do entrevistado; situação de moradia no momento anterior e atual; relação com o território; relação entre moradores; costumes e tradições; avaliação em relação à construção da barragem; atuação da prefeitura após a desterritorialização; opções de lazer e indenização das treze famílias inquiridas. Para realização da pesquisa com segurança submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), onde recebeu-se o parecer substanciado com a devida autorização. Utilizou-se de instrumentos de geração de dados concentrados em história oral, observação, caderno de campo, fotografias e falas informais. A mudança dos ribeirinhos para o reassentamento, passando-os à condição de reassentados provocou uma situação eufórica devido às promessas feitas pelos gestores municipais que investiriam no município, bem como nas famílias atingidas com o recebimento da compensação financeira (*royalties*) e o compromisso da empreendedora de gerar novos empregos e a prosperidade financeira com as medidas mitigatórias e indenizações. A população atingida encontra-se em estado disfórico com o contraste encontrado no novo território, terrenos arenosos, rochosos, falta de água potável e corrente, a falta de lazer do grupo, a desestruturação dos laços de vizinhança e a falta de oportunidades financeiras. A desterritorialização do grupo de suas terras causou desordem social e cultural aos ribeirinhos, pois eles estavam ligados ao território mais do que meramente por questão habitacional e de subsistência física, mas por questões de ordem afetivas e simbólicas. Em suas vidas tinham seus costumes e saberes próprios, hábitos, tradições e a cultura de subsistência era propiciadora e fomentadora da economia local. Cada comunidade é única em seu tempo e espaço, cabendo ao projeto hidrelétrico tratar adequadamente as diversas faces que suas construções proporcionam.

Palavras-Chave: Barragem. Atingidos. Reassentamento. Compensação financeira. Rio Tocantins.

ABSTRACT

The Brazilian energy matrix is surpassed by the hydraulic regime of the rivers. The construction of the reservoirs causes negative effects to the natural and social environment. The changes brought about by the construction of the power plants alter the panorama of the cities, affecting the economies of the regions and the way of life of the populations affected, and the construction of the enterprises is propagated by the State as the basic axis of foment to the progress and the development of the country. The municipalities absorb the problems caused by the construction of megaprojects while the energy benefits are distributed to several Brazilian regions. In 2010, in view of the implementation of the Estreito Hydroelectric Power Plant - (UHEE), the inhabitants of the island of São José, formerly located in Babaçulândia (TO), were deterritorialized because of the formation of the hydroelectric reservoir, which waters covered the island. As a form of compensation, due to the territorial loss, part of the residents, equivalent to 26 families, were installed in the Baixão Collective Rural Resettlement. The objective of this work is to understand the territorial change of the rural community of the island of São José, in the municipality of Babaçulândia (TO), reached by the UHEE and to identify changes in the ways of life after seven years of de-re-territorialization in the resettlement Collective Baixão. The research is a qualitative approach. The script of interviews containing closed and open questions was applied to the collaborators from November to December 2017 and dealt with: family characteristics and history of the interviewee; housing conditions in the previous and current moment; relation to the territory; relationship with residents; costumes and traditions; evaluation in relation to the construction of the dam; action of the city hall after deterritorialization; leisure options and indemnification of the thirteen families surveyed. In order to carry out the research with safety, the project was submitted to the Committee of Ethics in Research with Human Beings (CEP), where it received the opinion substantiated with the appropriate authorization. We used data generation tools focused on oral history, observation, field notebook, photographs and informal speech. The relocation of the riverbank to the resettlement led to a euphoric situation due to the promises made by the municipal managers who would invest in the municipality, as well as the families affected, that receive financial compensation (royalties) and the commitment of the entrepreneurship to generate new jobs and financial prosperity due to mitigation measures and indemnities. The affected population is in a dysphoric state due to the contrast found in the new territory, sandy and rocky land, lack of drinking and current water, lack of group leisure, the disruption of neighborhood ties and lack of financial opportunities. The deterritorialization of the group from their lands caused social and cultural disorder to the riverside, because they were connected to the territory more than merely for housing and physical subsistence, but for reasons of affective and symbolic order. In their lives they had their own customs and knowledge, habits, traditions and the subsistence culture was propitiating and fomenting the local economy. Each community is unique in its time and space, and it is up to the hydroelectric project to adequately treat the diverse faces that its constructions provide.

Keywords: Dam. Affected. Resettlement. Financial compensation. Tocantins River.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Vista panorâmica parcial do Reassentamento Coletivo Baixão	48
Foto 2 - Vista panorâmica da ilha de São José antes da UHEE	51
Foto 3 - Flutuante de grupo capitalista usufruindo o lago em Babaçulândia	93
Foto 4 - Condomínio Náutico: capitalismo às margens do lago em Babaçulândia.....	93
Foto 5- Casa de adobe e palha de coco babaçu na ex - ilha	109
Foto 6 - Casa de palha na ex - ilha	109
Foto 7 - Moradia no reassentamento Baixão	110
Foto 8 - Casa adaptada no reassentamento	110
Foto 9 - Plantação de Bananas na ex- ilha.....	112
Foto 10 - Lavoura de Arroz na ex-ilha	112
Foto 11 - Plantação de feijão e a crença do grupo na ilha de São José	112
Foto 12 - Resquícios da "ilha" de São José: árvores em decomposição no lago da UHEE. ..	113
Foto 13 - Quebra do coco babaçu para fazer azeite na ex - ilha de São José	114
Foto 14 - Mandioca no Baixão destruído por pragas	116
Foto 15 - Criação de gado no Baixão	116
Foto 16 - Criação de gado nelore na ex- ilha.....	117
Foto 17 - Captura de gado na ex – ilha.....	117
Foto 18 - Pescaria no rio próximo a ex- ilha	120
Foto 19 - Limpeza do pescado na ilha ex - ilha.....	120
Foto 20 - Barcos ancorados no porto da ex - ilha	122
Foto 21 - Pôr do sol na ex - ilha de São José.....	122
Foto 22 - Altar da reza do Divino na ex - ilha	124
Foto 23 - Quadrilhas Juninas na ex - ilha	124
Foto 24 - Estrada de acesso para o reassentamento Baixão na TO – 424.....	128
Foto 25 - Ilheiros jogando futebol na praia na ex - ilha de São José.....	131
Foto 26 - Poço artesiano no Baixão	133
Foto 27 - Reservatório das residências no Baixão.....	133
Foto 28 - Carro pipa fornecendo água no reassentamento Baixão.....	134
Foto 29 - Reservatório de abastecimento de água no reassentamento Baixão	135
Foto 30 - Vista aérea da praia e do calçamento em Babaçulândia: uso dos royalties.....	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município de Babaçulândia no contexto brasileiro.....	41
Mapa 2 - Localização da área de estudo.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participantes da pesquisa.....	31
Quadro 2 – UHE's em funcionamento e em fase de projetos no rio Tocantins.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Usinas planejadas, em operação e em obras na Amazônia.....	67
Figura 2 - Sistema de transmissão de energia do Estado do Tocantins.....	70
Figura 3 - Cartilha CESTE para convencer a população a abandonar os modos de vida.....	85
Figura 4 - Reassentamento rural coletivo: uma suposta promessa de melhoria de vida.....	86
Figura 5 – Esquema de distribuição dos recursos da Compensação Financeira.....	99
Figura 6 - Separação das categorias com direito a medidas indenizatórias pelo CESTE.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Empreendimentos energéticos em operação no Brasil.....	59
Tabela 2 - Geração de eletricidade por fonte hidráulica na região Norte.....	66
Tabela 3 - Potencial inventariado em 1976 no rio Tocantins e afluentes.....	71
Tabela 4 - Áreas inundadas pela UHE - Estreito por município e Estado.....	75
Tabela 5 - Receita proveniente da Compensação Financeira (<i>Royalties</i>) da UHEE (2017)...	102
Tabela 6 - Reassentamentos formados pelo CESTE e distribuição das famílias.....	105
Tabela 7- Profissões da população estudada no antigo e novo território.....	115
Tabela 8 - Número de filhos dos participantes da pesquisa	137

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 - Percorso metodológico da pesquisa.....	26
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Solicitações dos atingidos do Baixão ao CESTE.....	132
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHE - Aproveitamento Hidrelétrico

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

AID - Área de Influência Direta

AII - Área de Influência Indireta

AMRCB - Associação de Moradores do Reassentamento Rural Coletivo Baixão

ANA - Agência Nacional das Águas

ANP - Agência Nacional de Petróleo

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CESTE - Consórcio Estreito Energia

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CFURH - Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos

CNEC Engenharia S.A. – Empresa responsável pelo EIA/Rima da UHE Estreito

CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

CGH - Central Geradora Hidrelétrica

CELG - Concessionária de Energia Elétrica de Goiás

CELTINS - Concessionária de Energia do Estado do Tocantins

DNAEE- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EIA/Rima - Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

ELETRORÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A

EOL - Central Geradora Eolielétrica

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

ENERAM - Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia

FHC- Fernando Henrique Cardoso

GCPS - Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos

GW - Gigawatt

HD - *Hard Disk*

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional

IFC- Internacional Financial Corporation

MA - Maranhão

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MWh - Megawatt hora

MME - Ministério de Minas e Energia

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A

PPP - Parcerias Público Privadas

RRC- Reassentamento Rural Coletivo

R\$ - Real

SPE - Sociedade de Propriedade Específico

SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do estado do Tocantins

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SIN- Sistema Interligado Nacional

TAR - Tarifa Atualizada de Referência

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO - Tocantins

UHE - Usina Hidrelétrica

UHEE - Usina Hidrelétrica Estreito

UTE - Usina Termelétrica de Energia

UTN - Usina Termonuclear

UFV- Central Geradora Solar Fotovoltaica

UEE - Unidades Eólicas

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

CÓDIGOS DE TRANSCRIÇÃO¹

- (()) Comentários da pesquisadora
- (...) Silêncio
- (?) Fala incompreensível
- (+) Pequena pausa no segmento de fala
- (++) Pausa média no segmento de fala
- (+++) Longa pausa no segmento de fala
- /.../ Indicação de transcrição parcial
- :: Alongamento de vogal
- ? Pergunta no segmento de fala
- MAIÚSCULA Ênfase e alteração no tom de voz
- Sublinhado Grifo nosso
- ((risos)) Risos

¹ MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003. 94p.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS: ATINGIDOS DA EX - ILHA.....	20
1.1 Considerações Metodológicas.....	21
1.1.1 A história oral como caminho da pesquisa.....	23
1.1.2 Protocolo do CEP - UFT e os participantes da pesquisa.....	26
1.1.3 Instrumentos metodológicos e geração de dados.....	32
1.2 O Município de Babaçulândia e histórico da área de estudo.....	40
1.2.1 Reassentamento Coletivo Baixão: caracterização e localização.....	44
1.2.2 Ilha de São José: caracterização e relevância.....	49
1.2.3 Território como suporte: espaço como lugar de liberdade.....	52
2 A ELETRICIDADE NO BRASIL E IMPACTOS NA AMAZÔNIA.....	56
2.1 O modelo energético brasileiro: uma breve história.....	57
2.2 UHE's da Amazônia: efeitos na sociedade e ambiente.....	63
2.3 Usinas hidrelétricas no Estado do Tocantins.....	68
2.4 UHE Estreito e os atingidos pela barragem.....	74
2.5 O Estado e o CESTE: compensação financeira da UHEE.....	82
2.6 Compensação financeira da UHEE aos municípios.....	95
3 EFEITOS DA USINA À RECONSTRUÇÃO DA VIDA NO BAIXÃO	108
3.1 Modos de vida: ocupação e costumes na ilha e Baixão.....	109
3.2 A relação de afetividade com o rio: práticas sociais, culturais e religiosas.....	119
3.3 Desapropriação e dificuldades de adaptação no Baixão.....	125
3.4 Dificuldades de reconstrução dos modos de vida: falta de água potável	132
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXOS.....	160
APÊNDICES.....	167

INTRODUÇÃO

Com o avanço da indústria e o aumento da população urbana brasileira, o desenvolvimento do setor energético teve um crescimento significativo nas últimas décadas. Nesse contexto, são notórias as transformações no setor econômico e social, com acentuada relevância para a indústria de geração de energia elétrica. O setor energético obteve crescimento exponencial em decorrência do fluxo industrial e do consumo doméstico, sendo que a cada ano há uma crescente demanda de energia elétrica, incitando o Estado e as grandes empreendedoras à produção gradual nesse segmento.

No Brasil, a geração de energia elétrica se destaca em função da potência hídrica dos rios, em volume e extensão. Os empreendimentos energéticos se sobressaem, de maneira que representam, ainda que de forma fetichizada, desenvolvimento e progresso. Todo esse processo é motivado pelo viés da lucratividade econômica, poder e de uma suposta política sustentável.

As usinas hidrelétricas começaram a ser construídas por meio de investimentos privados a partir do século XIX. Posteriormente, quando vistas pelo Estado como uma produção de serviços essenciais, passaram a ser arquitetadas pela iniciativa pública. Com a política de privatização, houve, por parte do Estado, concessões e permissões para que empresas públicas, privadas e consórcios conduzissem o setor, havendo com isso um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos na área (BRANCO, 1990).

No Brasil, é relevante empreender um olhar mais rigoroso nesse padrão de produção de energia elétrica, pois a hidroeletricidade representa o maior eixo de produção e geração de eletricidade, sendo justificado por empreendedores e Estado por ter um baixo custo comercial, baixa projeção de gases poluentes e por ser fonte de energia renovável e limpa. No entanto, essas iniciativas deixam marcas nas pessoas envolvidas, transformando o panorama das cidades, dos rios e mudando radicalmente os modos de viver das populações atingidas (BRANCO, 1990).

Dentro desse parâmetro, esse anseio de geração de energia e exploração de capital econômico permeia o Estado do Tocantins, que embora seja uma unidade de federação nova em sua criação, é fortemente visada no que se refere à exploração de sua bacia hidrográfica e seus territórios para implantação de grandes empreendimentos energéticos. O Estado do Tocantins tem importantes rios da bacia hidrográfica Araguaia/Tocantins, que dispõe de grandes potenciais hídricos e de navegação, aproveitados por grandes empreendedores públicos e privados para geração de energia elétrica.

A bacia hidrográfica Araguaia/Tocantins possui em seus afluentes sete hidrelétricas, disseminadas nos Estados de Goiás, Pará e Maranhão, sendo elas: Tucuruí, Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Luís Eduardo Magalhães e a mais recente, a Usina Hidrelétrica de Estreito. Estima-se que a potência produzida por esses empreendimentos, no que se refere à geração de energia elétrica, supere o montante de 4.800 MW.

Nessa pesquisa, aspectos referentes à implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE) serão focalizados com maior empenho em meio aos esforços para conhecer os questionamentos referentes à desterritorialização da população atingida, a da ilha de São José, no município de Babaçulândia (TO), objeto desse estudo. Esse território foi impactado pelo reservatório da UHEE. Quanto ao contexto do empreendimento estudado, é importante enfatizar que a UHEE é operada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), que é responsável pela sua operacionalização e tem em seu *know how* uma composição societária formada pelas empresas TRACTEBEL Energia, demandando maior percentual acionário, com 40,07%, VALE (30%), ALCOA (25,49%) e InterCement (4,44%) (CESTE, 2017).

Significa dizer que o CESTE é basicamente controlado pela Suez TRACTEBEL, agora ENGIE do Brasil Energia, pois, como acionista majoritária do consórcio, essa empresa se constitui a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, operando com capacidade de 10.290 MW em 32 usinas em todo o país (ENGIE, 2017). Considere-se ainda o fato de a TRACTEBEL Energia ter adquirido amplo espectro empreendedor no Estado do Tocantins, sendo acionista em três usinas, sendo elas, Cana Brava 450 MW, São Salvador 243 MW e a UHE Estreito 1.087 MW. Além de articular outros projetos, constituindo-se numa companhia de receitas expressivas.

Os acionistas do grupo majoritário da UHEE – a TRACTEBEL Energia – decidiram em assembleia geral, em julho de 2016, que passariam a usar o nome da sua controladora francesa, a ENGIE. Com isso, a TRACTEBEL Energia passou a ser chamada de Engie do Brasil Energia, maior investidora privada em geração de energia elétrica no Brasil. Desse modo, o CESTE é o enunciador da produção de energia elétrica e se constitui como protagonista da obra, bem como de seus solavancos, porque consegue agregar, associar e definir as ações dos demais atores, diga-se aqui, os coadjuvantes.

No âmbito das análises relativas aos efeitos ocasionados pela usina hidrelétrica ao território e à população atingida da ilha de São José, o conceito de território aqui assumido não se detém aos limites físicos da citada ilha, antes alcançando as relações de dominação e de apropriação constitutivos do processo de implantação da UHEE. Considerando-se os efeitos ocasionados pela implantação da usina, cumpre destacar que inúmeros imóveis

urbanos e rurais, incluindo igrejas e escolas, foram atingidos, resultando em um número expressivo de pessoas desterritorializadas. Dessa forma, considera-se que esse empreendimento mudou claramente a vazão natural do rio, causando o alagamento de extensas áreas de florestas, áreas de cultivo, de pecuária e de extrativismo, mudando o ecossistema, por trazer efeitos negativos à fauna, à flora e a biodiversidade.

Na ilha de São José, considerada zona rural do município de Babaçulândia-TO, habitavam cerca de 70 famílias, que viviam da pesca, do cultivo das plantações de vazantes, da agricultura de subsistência, de pequenas criações de rebanhos bovinos e outros animais. Os moradores traziam consigo ofícios adotados por gerações.

Com a desterritorialização, as famílias tiveram que conviver com a perda do território e se acostumar com as mudanças em seus modos de vida. Nessa perspectiva, essa comunidade busca reconstruir, dentro da nova realidade, costumes, valores e crenças mantidos ao longo do tempo por gerações, tanto no plano ambiental quanto no social e no econômico. Tem-se, com isso, um conflito entre a afetividade nutrida pelo antigo território e as incertezas advindas pela condição de reassentados.

As consequências sociais da construção de grandes barragens têm como desfecho o deslocamento compulsório, uma vez que deslocado significa reassentado involuntariamente (MAGALHÃES, 2007). De um modo geral, o termo “assentamento” pode ser entendido como uma nova forma de produção agrícola. No caso do “reassentamento” para atingidos por barragens, há a implicação de uma luta entre movimentos sociais e empreendedores para o reconhecimento da reconstituição dos modos de vida dos atingidos. As empreendedoras construtoras de usinas elaboram uma estratégia para reassentar a população atingida como medida mitigatória (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No caso da UHEE, foram idealizados sete reassentamentos, sendo quatro em Babaçulândia (TO), um em Palmeiras do Tocantins (TO), um em Araguaína (TO) e um em São Bento do Tocantins (TO). A escolha do Reassentamento Coletivo Baixão para este trabalho assentou-se no desejo de conhecer as mudanças nos modos de vida das famílias atingidas pela UHEE que foram reterritorializadas nesse reassentamento.

Habitualmente, a escolha da área de estudo é baseada em questões fundamentais para o pesquisador no que se refere à proximidade com o local de estudo e a sua afinidade com a temática a ser pesquisada. Mas muitas vezes essa escolha se dá em virtude da formação acadêmica do pesquisador. Há casos em que a definição é decorrente da relevância de um tema já estudado ou mesmo simples de caracterização.

No caso dessa pesquisa, a escolha da área de estudo ocorreu depois de muitos questionamentos realizados intimamente na busca de uma compreensão concernente às mudanças ocasionadas ao território e as populações atingidas por grandes empreendimentos energéticos. No caso específico, o fator preponderante foi a curiosidade e a preocupação com a comunidade em relação à mudança nos modos de vida. Ressalta-se, a esse respeito, que, à época do processo de implantação da hidrelétrica de Estreito, esta pesquisadora presenciou o movimento de implantação da UHEE no município de Babaçulândia, na condição de espectadora, não sendo possível, por razões pessoais, aprofundamentos às indagações que surgiram ao longo do processo, principalmente em referência à dimensão dos impactos ocasionados à região.

No entanto, após sete anos da implantação da usina surgiu a oportunidade da realização da pesquisa para o programa de Pós-Graduação em estudos de Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de modo que se pôde aliar o desejo de investigar essas questões com o rigor científico que a universidade possibilita.

Diante dos fatos, é relevante destacar que as terras disponibilizadas para o reassentamento, são provenientes de uma fazenda denominada de “Fazenda Baixão”, escrita com a consoante ‘x’, devidamente documentada e registrada com essa nomenclatura. Isso justifica a permanência da grafia com x após a aquisição das terras pelo CESTE.

Por se tratar de um plano de remanejamento em um conjunto de lotes que contemplam várias famílias, cada qual com sua residência e benfeitoria auxiliar, as terras desse reassentamento foram destinadas às famílias que se enquadraram na modalidade “reassentamento rural coletivo”. Elas receberam do CESTE escritura pública de concessão de benefício de reassentamento rural coletivo.

A comunidade passou a enfrentar problemas de ordem socioterritorial. Nesse percurso, em virtude de todas as inquietações sentidas e vividas pelas pessoas instaladas no Reassentamento Coletivo Baixão, ao longo do trajeto desses sete anos, buscou-se responder às seguintes indagações: Quais as mudanças ocasionadas nos modos de vida dessa comunidade depois da des-re-territorialização? Qual a atuação da empreendedora CESTE e da Prefeitura Municipal de Babaçulândia (TO) em relação a essa comunidade e como estão sendo empregados os royalties hidrelétricos? Esse será o eixo elementar desse trabalho.

A instalação de uma estrutura energética em determinada localização, apesar dos discursos que buscam associar tal empreendimento ao desenvolvimento da economia e à manutenção de um consumo sustentável e limpo, trata-se, na verdade, de uma trajetória de espacialização e territorialização, porque reestrutura uma série de vínculos na região,

especialmente políticos, econômicos e sociais em todas as tessituras governamentais, impondo liderança sobre aquele território.

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de estudos que possam contribuir com ações que façam face às dificuldades enfrentadas pelos antigos moradores da comunidade rural da ilha de São José. Sob esse mesmo prisma, há necessidade de estudos cujos resultados sejam compartilhados com comunidades atingidas por empreendimentos como a UHEE, com vistas a suscitar reflexões que possam resultar em efetivas mudanças na nova realidade.

No âmbito da pesquisa o conceito de des-re-territorialização assumido diz respeito ao movimento concomitante que indica a instabilidade dos indivíduos, ou seja, um processo de continuidades e descontinuidades motivadas pelas relações de poder (SAQUET, 2007).

Em razão do exposto, o objetivo geral deste estudo é compreender a mudança territorial da comunidade rural da ilha de São José, no município de Babaçulândia (TO), atingida pela UHEE. Quanto aos objetivos específicos, esses consistem em:

- a) Identificar a área de estudo e apontar o caminho da pesquisa;
- b) Conhecer a atuação do Estado e do empreendedor na construção da usina hidrelétrica de Estreito e seus efeitos à população atingida;
- c) Identificar e descrever as mudanças nos modos de vida dos atingidos pela UHEE, ex-moradores da ilha de São José, des-re-territorializados no reassentamento Baixão.

Importante relatar que esta pesquisa pode vir a se constituir em relevante subsídio para a educação básica, por apresentar uma abordagem sistemática, descritiva e analítica no que diz respeito à construção de usinas hidrelétricas e a conseqüente desterritorialização. O professor, de posse desse estudo, poderá ter embasamento teórico para abordar em sala de aula a problemática referente aos processos de desterritorialização de terras de comunidades tradicionais e a sua conseqüente reterritorialização. Desse modo, poderá levar os alunos a perceberem o quanto esse processo fragiliza essas comunidades, fazendo-as entrar em situação de extrema vulnerabilidade devido à impossibilidade de reconstituir as relações com os elementos em seu território de origem.

Ademais, este estudo tem relevância educacional por contemplar algumas competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como o estímulo de conhecimentos e saberes, bem como práticas socioemocionais que fazem os indivíduos terem despertadas atitudes e convicções que interfiram positivamente na resolução de situações complexas na vida cotidiana e no pleno exercício da cidadania, contribuindo positivamente

com a sociedade tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza e para o respeito aos diferentes saberes (BRASIL, 2017).

O presente trabalho apresenta discussões envolvendo a relação cultura e território a partir de perspectivas teóricas em que o território é tido como um apoio cultural nas relações dos sujeitos. Em sua organização, divide-se em três capítulos.

O primeiro capítulo constitui-se de duas subseções: A primeira subseção detém-se aos caminhos trilhados com vistas a atingir os objetivos da pesquisa. Referindo-se aos pressupostos teórico-metodológicos que balizam o estudo, bem como, os critérios para a escolha do contexto a ser investigado, dos participantes e dos instrumentos para a geração de dados, além das considerações éticas pertinentes à realização da pesquisa. No que concerne ao desenvolvimento do trabalho propriamente dito, destacam-se, entre outros aspectos, as dificuldades encontradas nesse percurso.

A segunda subseção faz um breve histórico social do cenário da pesquisa e do município de Babaçulândia, destacando através de mapas a localização da área de estudo. Focaliza especificidades tanto do território anterior, a Ilha de São José, quanto do território atual, o Reassentamento Baixão, apresentando uma discussão sobre a afetividade da população atingida pelo território. Nesse sentido, procedeu-se com uma análise teórica acerca do território e a uma análise da trajetória econômica do município de Babaçulândia, considerando, nesse processo, a construção da Ferrovia Norte e Sul e a Usina Hidrelétrica do Estreito.

No segundo capítulo, a atenção recai sobre os fatores teóricos que balizam o trabalho, tendo como ponto de partida considerações acerca da construção de usinas hidrelétricas na região Amazônica e no Estado do Tocantins. Apresentam-se os conceitos de atingidos e comunidades tradicionais, discorrendo-se sobre fatores relevantes da construção da UHEE e as políticas públicas para o setor elétrico nos governos pós-neoliberais.

Em seguida, tratou-se da atuação do Estado e do empreendedor no processo de implantação da usina e como se deu a atuação do gestor municipal em razão de seus efeitos, principalmente no processo de realocação do grupo atingido. Posteriormente, analisou-se como o gestor atual utiliza a Compensação Financeira por usos dos Recursos Hídricos (CFURH), em especial, se esses recursos estão sendo utilizados para reparar os efeitos ocasionados ao meio ambiente e à sociedade.

O terceiro capítulo constitui-se da análise e da discussão dos dados, dispensando especial atenção aos roteiros de entrevistas. De um lado, focalizam-se as visões e forma de participação de representantes do CESTE e do município de Babaçulândia no processo de

des-re-territorialização dos moradores da ilha de São José. De outro, o modo como os sujeitos atingidos percebem tal processo, o que pensam e sentem acerca do novo território. Além das falas dos sujeitos envolvidos, lançou-se mão de fontes documentais e das evidências apreendidas por meio das observações e conversas informais.

Em adição às análises, mobilizaram-se saberes relativos à memória, enfatizando a territorialização, desterritorialização, reterritorialização e à cultura, procurando retratar os modos de vida e a identidade dos atingidos, suas narrativas e seus anseios diante da nova realidade.

Finalmente, são apresentadas as considerações. Essas compreendem, inicialmente, reflexões acerca dos pontos que mobilizaram a investigação. Em seguida, foram elencadas sugestões suscitadas pelos achados da pesquisa. Nesse sentido, almeja-se, de um lado, contribuir com ações positivas no sentido de haver maior fiscalização na aplicabilidade dos *royalties* hidrelétricos no município de Babaçulândia e que se façam presentes, sobretudo, às dificuldades enfrentadas pelos moradores do reassentamento Baixão e dos atingidos pela UHEE; de outro, contribuir com o desenvolvimento de processos de reflexões por parte da própria comunidade atingida, com vistas a construir alternativas de mudanças à nova realidade.

1. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS: ATINGIDOS² DA EX – ILHA

Neste capítulo, buscou-se retratar os aspectos teórico-metodológicos que estão associados à pesquisa, além de caracterizar o cenário no qual se inscreve o objeto em estudo e, em consequência, os sujeitos participantes. Para tanto, dividiu-se o capítulo em duas subseções: considerações metodológicas e a localização do município de Babaçulândia e breve histórico social do cenário da pesquisa, no qual se destacam o conceito de território.

Na primeira subseção, apontou-se todo o percurso trilhado em busca de respostas às indagações que emergiram antes e durante a trajetória do estudo. No âmbito das inquietações, destacam-se os seguintes questionamentos: Quais foram os percalços encontrados ao longo da caminhada científica? Qual foi o itinerário percorrido até a captação das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa? É nesse item, portanto, que se apresentaram as considerações metodológicas que deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda subseção, apresentou-se um breve histórico socioambiental da área investigada, focalizando o desenvolvimento econômico do município de Babaçulândia, considerando-se duas perspectivas: a que associa esse desenvolvimento à utilização do rio Tocantins e a que atribui o crescimento da economia local aos empreendimentos Usina Hidrelétrica de Estreito e Ferrovia Norte-Sul. Essa mesma seção traz um breve histórico do município de Babaçulândia, detendo-se à formação e à evolução do Reassentamento Coletivo Baixão, onde se notou que, para essa população, a instalação da UHEE foi acompanhada da disseminação do discurso de desenvolvimento econômico.

No que se refere à UHEE, procurou-se estabelecer o entendimento de que a obra poderia retirar o citado município do estado de inércia, caracterizado, sobretudo, pelo desemprego, pela falta de oportunidades aos moradores. No entanto, a referida visão se revela contrária diante dos dados empíricos, segundo os quais nem todos os moradores do município, em especial os atingidos da ilha de São José, moradores do Reassentamento Coletivo Baixão, compartilham da mesma visão dominante de desenvolvimento e não conseguem se adaptar às mudanças nos seus modos de vida, instauradas por esse projeto de “desenvolvimento”.

² O conceito de “atingido” será explicitado mais detalhadamente no segundo capítulo.

1.1 Considerações Metodológicas

O presente estudo orientou-se por princípios metodológicos da abordagem qualitativa (FLICK, 2009; LÜDKE e ANDRÉ, 1986), entendendo-se que diante das transformações do mundo moderno e das organizações sociais, torna-se mais distante o fazer científico nas ciências sociais apenas utilizando-se da abordagem quantitativa. Diante da complexidade do estudo e da dimensão “multimetodológica” citada por Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), assumiu-se, como um dos parâmetros elementares da pesquisa, a história oral (MEIHY, 2005; ALBERTI, 2004; THOMPSON, 1992), elegendo-se como instrumentos geradores de dados roteiros de entrevistas, análise documental, caderno de campo e observação.

A pesquisa mobiliza, no processo de análise e interpretação de dados, saberes relativos à história oral, memória (BOSI, 1994), a modos de vida e identidade (HALL, 2006; LITTLE, 2002) e a dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), cultura e poder serão abordados a luz do pensamento de autores como: Saquet (2007); Haesbaert, (1997); Raffestin (1993); Tuan (1980; 1983) e Diegues (2001).

A pesquisa qualitativa, conforme conceituação de Flick (2009, p. 8) “visa abordar o mundo ‘lá fora’ (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de maneiras diferentes”. Assim definida, essa abordagem preocupa-se em analisar as experiências dos indivíduos ou grupos, suas interações, suas experiências de vida e profissional.

Considerando-se o fato de que a pesquisa de natureza qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e que se deve privilegiar o significado atribuído pelos sujeitos às coisas e à vida (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), a análise dos dados deve partir do exame dos diversos pontos de vista dos participantes, de suas interações e daquilo que o pesquisador consegue apreender em seus contatos com a situação investigada.

Para isso, a fenomenologia buscará compreender a relação entre sujeito e objeto. Essa corrente se ajusta às pesquisas qualitativas, porque se opõe de forma direta ao positivismo, que visa à objetividade das coisas e tenta conhecer a realidade e descobrir fatos a partir da formulação de normas, de leis (BICUDO, 2011). A fenomenologia, com isso, teme a perda da percepção, visto que a lógica positivista impõe um distanciamento entre o sujeito e a realidade.

[...] a fenomenologia é um pensar a realidade de modo rigoroso [...] não é ser ou procurar ser esse pensar, mas o modo pelo qual age para perseguir essa meta. Na fenomenologia estão presentes a busca do rigor e algumas concepções que dizem da

interpretação do mundo, como: fenômeno, realidade, consciência, essência, verdade, experiência, a priori, categoria, intersubjetividade. (BICUDO, 2011, p. 17).

Dessa forma, sua intenção consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer essa realidade. A fenomenologia ressalta a ideia de que o mundo é criado pela consciência e reconhece a importância do sujeito no processo da construção do conhecimento (BICUDO, 2011). Essa corrente se fixa no estruturalismo, que considera a linguagem como uma atividade de articulação e estruturação. O ato de descobrir os fatos é uma interface na busca do conhecimento. A linguagem, a consciência e atividade intencional, não se estruturam na ordem do “eu penso”, mas na ordem do “eu posso” (BONOMI, 1974, p. 14).

Como orientação filosófica, a fenomenologia foi associada à abordagem qualitativa, pois ela propõe ser possível a reflexão fenomenológica partindo de uma ordem diversa de que as questões necessitam ir ao encontro das análises linguísticas. “[...] a atividade perceptiva ‘dispõe certos vazios, certas fissuras, figuras e fundos, uns em cima e outros embaixo’: é acima de tudo um poder de articulação e diferenciação” (BONOMI, 1974, p. 10 - grifos do autor).

Essa orientação exige do pesquisador pensar a realidade de forma rigorosa, não apenas utilizar-se do pensamento, mas a forma como buscá-lo, como se comportar diante do fenômeno, da realidade estudada, é pensar a partir do olhar, não aceitando proposições de juízo (BONOMI, 1974). Ou seja, uma reflexão interna necessária para chegar à essência do objeto.

As pesquisas qualitativas possuem uma diversidade de instrumentos de coleta de dados. No âmbito da pesquisa qualitativa, o emprego da metodologia e de instrumentos coletores de informações é abundante (SIEBEN; CLEPS JÚNIOR, 2013). Nesse enfoque, alguns pesquisadores preferem traçar um caminho de pesquisa científica que atenda as necessidades dos objetivos a ponto de não se prender em pressupostos que podem causar insegurança conforme destacam os autores;

[...] o método, a metodologia e os procedimentos causam muitas dúvidas e por vezes incertezas nos estudos científicos. [...] esses instrumentos de pesquisa não são encarados como um receituário definitivo, e o que deu certo para alguns poderá não dar para outros. (SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2013, p. 241).

No que tange, por fim, à escolha das técnicas de geração de dados, é relevante esclarecer que “[...] é na realização de entrevista que se situa efetivamente o fazer história oral” (ALBERTI, 2004, p. 79). Isso, porém, não implica o entendimento de que o pesquisador não possa lançar mão de outros instrumentos, de outros caminhos e recursos que se fizerem exigidos à efetiva compreensão do objeto de estudo.

Conforme Santos (2006, p. 12 – grifos do autor), “[...] o método em ciências sociais acaba por ser a produção de um ‘dispositivo artificial’ onde os atores são o que Schutz (1945, 1987, p. 157-158) chama de marionetes ou homúnculos. Quem afinal lhes dá vida é o autor [...]”. Porém a construção do texto presume a possibilidade de dar vida a tais personagens, constituindo uma história surpreendente. Dessa forma, buscou-se conceber ciência trilhando um caminho ou caminhos (métodos) a partir dos quais se pudesse chegar a um objetivo. Nessa perspectiva, novas descobertas poderão ser feitas por novos pesquisadores, dependendo do método e do ponto de vista aplicados.

No caso da pesquisa qualitativa, muitas discussões foram lançadas acerca da aplicação do método científico. Alguns defendem a aplicação de um único método, outros se contrapõem a essa técnica sendo favoráveis à aplicação de mais de um eixo metodológico (SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2013). Neste estudo, buscou-se traçar um caminho com maiores possibilidades de pesquisa, onde a teoria e o empírico foram organizados e tornados compreensível.

Em razão dos objetivos já apresentados, esta investigação está direcionada pelos seguintes questionamentos: (i) Como eram os modos de vida dos ribeirinhos na ilha de São José? (ii) Qual a atuação do CESTE e da Prefeitura Municipal de Babaçulândia (TO) junto aos efeitos da UHEE e no movimento de des-re-territorialização do grupo atingido e como está sendo aplicada a CFURH? (iii) Quais as mudanças ocasionadas nos modos de vida dos atingidos, moradores do Reassentamento Coletivo Baixão?

1.1.1 A história oral como caminho da pesquisa

De modo geral, qualquer tema contemporâneo, ou seja, aquele cujos sujeitos ainda vivam para falar a respeito, é passível de investigação por meio da história oral. Trata-se do caminho que, em face do tema e das questões do pesquisador, privilegia as versões que os sujeitos fornecem sobre o objeto em análise (ALBERTI, 2004). Nesse sentido, afirma Thompson (1992), que a evidência oral pode significar algo mais penetrante e mais fundamental para a história, na medida em que transforma os “objetos” de estudos em “sujeitos” e contribui, por isso, para uma história que “não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (THOMPSON, 1992, p. 137 – grifos do autor).

A história oral, explica Meihy (2005, p. 17), “é um recurso moderno usado para a elaboração, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”, sendo, por essa razão, sempre uma história do “tempo presente”, ou também “história viva”.

O autor acrescenta que a história oral pressupõe não haver uma nítida dissociação entre passado e presente, antes um passado que se define como processo histórico inacabado, algo que tem continuidade hoje.

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança do conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 2005, p. 19).

Desse modo, a história oral é, atualmente, constituinte dos debates acerca da função do conhecimento social, atuando na linha que questiona a tradição historiográfica que tem privilegiado os documentos oficiais. Em resultado, afirma Meihy (2005), dispensa-se maior atenção ao interlocutor, de modo a atribuir-lhe papel essencial no projeto.

Importante esclarecer, entretanto, que nem tudo o que é oral e gravado pode ser remetido ao campo da história oral, pressuposto que marca a diferença entre fontes orais e oralidade. Discursos escritos para serem lidos em públicos e declarações de poemas, por exemplo, são expressões da oralidade em sentido amplo, não se constituindo, por esse motivo, em história oral. Há, nesse caso, manifestações espontâneas, ausentes de uma intenção de registro. As fontes orais, por seu turno, são as manifestações sonoras intencionalmente registradas, com vistas a arquivamento ou estudos, sendo, para isso, demandadas por projetos de gravação, como banco de entrevistas (MEIHY, 2005).

De igual modo, é relevante estabelecer distinção entre história oral como técnica e história oral como método. Como técnica, as narrativas são assumidas na condição de complemento, dado que o objeto central é, sob essa ótica, a documentação cartorial, seja escrita ou imagética. Há, nesse sentido, uma dependência dos depoimentos em relação à documentação, devendo com ela estabelecer diálogo. Em decorrência a importância dos testemunhos orais, dado que esses se inscrevem ao planejamento dirigido de seu uso nos resultados, acha-se neutralizada em função da documentação central (MEIHY, 2005).

Como método, a história oral privilegia os depoimentos enquanto objeto central dos estudos, focalizando, portanto, as entrevistas “[...] como o ponto central e de partida para as análises” (MEIHY, 2005, p. 49), conforme objetivos estabelecidos em projeto específico. Com vistas a valorizá-las metodologicamente, acrescenta o autor, o investigador deve dispensar especial atenção, em todo o percurso da pesquisa, à passagem do oral para o escrito, reconhecendo, enquanto elementos constitutivos da relação mínima da história oral, o entrevistador, o entrevistado e o instrumento de gravação.

Uma das diferenças centrais entre técnica e método, em face da utilização da história oral, recai sobre a importância que, por parte do pesquisador, é atribuída aos testemunhos orais. No primeiro enfoque, as entrevistas são tratadas em sua forma tradicional, “[...] sem preocupações expressivas sobre sua inscrição em um projeto” (MEIHY, 2005, p. 47), sendo os depoimentos, dessa forma, mero detalhe. No segundo enfoque, as entrevistas demandam a elaboração de um “conjunto de procedimentos que devem ser explicitados nos projetos” (MEIHY, 2005, p. 47), com vistas a dar visibilidade aos registros orais.

Isso posto, acrescentamos que entre as alternativas de trabalho com a oralidade o pesquisador pode partir de um assunto específico e previamente estabelecido, esclarece Meihy (2005, p. 162), assumindo um compromisso com “[...] o esclarecimento ou a opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é direta”. A esse respeito, Freitas (2006) acrescenta que a entrevista adquire igualmente natureza temática, focalizando um assunto pertinente a um grupo de pessoas.

Essa entrevista – que tem característica de depoimento - não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Dessa maneira, os depoimentos podem ser mais numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que permite uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva, por exemplo. (FREITAS, 2006, p. 21-22).

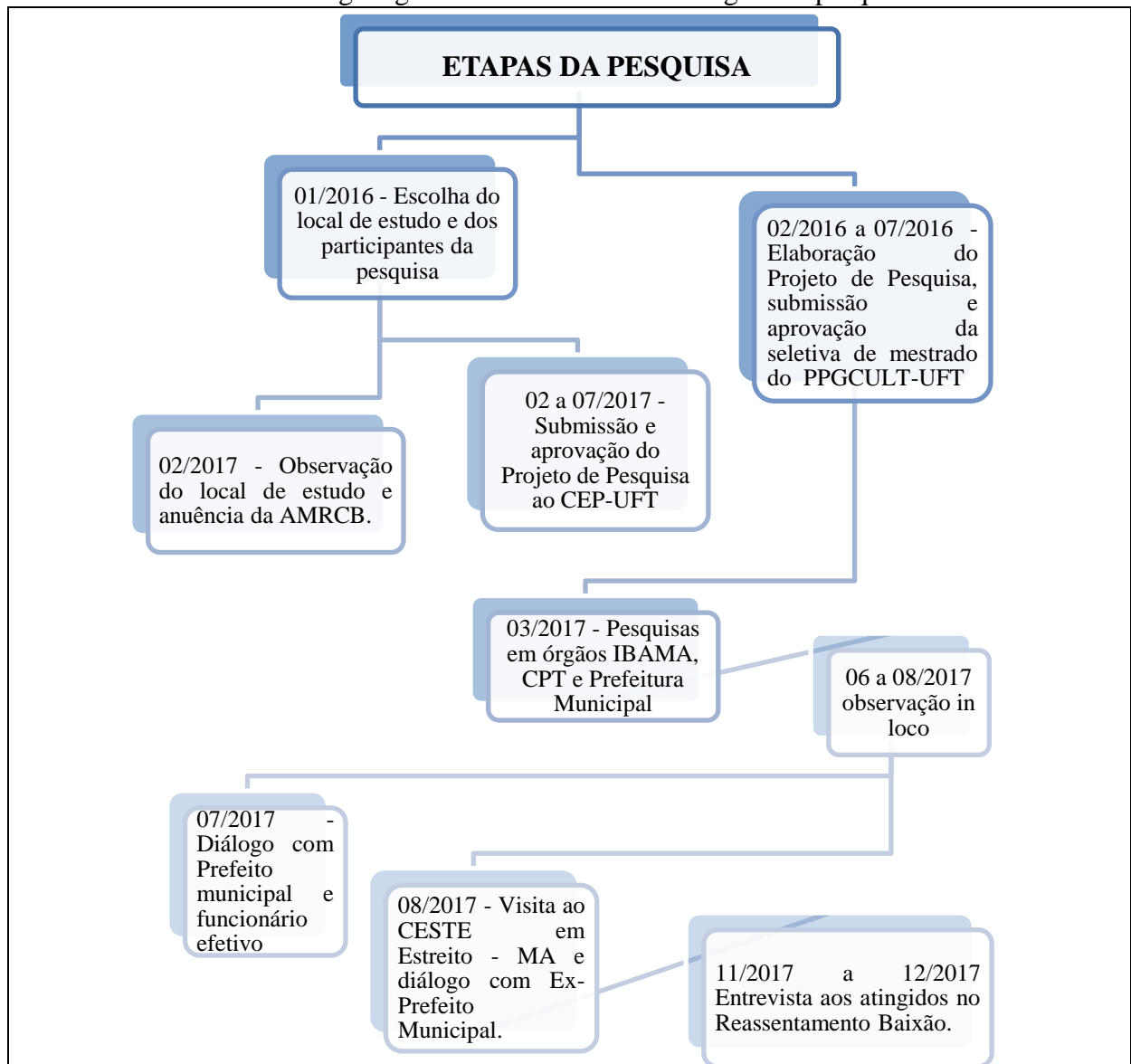
Partindo do pressuposto de que no trabalho com as fontes orais podem-se utilizar roteiros indutivos ou dedutivos, ou seja, direto ou semidireto, a utilização dos roteiros de entrevistas visou reunir situações vivenciadas pelos atingidos, abstrair detalhes dos modos de vida e descrever o modo como ocorreu a desterritorialização da antiga localidade. Em razão da natureza peculiar de que dispõe a história oral com temas previamente definidos, buscou-se aportar dados relevantes para a pesquisa, os quais somente esses sujeitos têm propriedade para esclarecer.

Dado seu caráter específico, a história oral temática ressalta detalhes da história pessoal do narrador que interessam por revelarem aspectos úteis à instrução dos assuntos centrais. Esse gênero da história oral não só admite o uso de roteiros ou questionário, mas, mais do que isso, estes se tornam peça fundamental para aquisição dos detalhes procurados. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 89).

O exposto justifica a opção pelo viés da história oral, haja vista, conforme mencionado, abarcar problemática comum a dado grupo de indivíduos, possibilitando, por isso, respostas às seguintes indagações: Quais foram as dificuldades enfrentadas depois da desterritorialização? Como aconteceu a reterritorialização em território diferente? Como foram ressarcidos materialmente pelos órgãos responsáveis? Suas práticas culturais resistiram e/ou se articularam com as relações sociais depois do processo de mudança?

Quanto à inclinação pelo trabalho com as fontes orais, essa se fundamenta pelo fato de que, ao focalizar a oralidade, o pesquisador assegura aos diversos sujeitos envolvidos em dada situação o direito à voz. Partindo desse pressuposto, compreende-se que é possível, a partir da evidência oral, a identificação e análise de acontecimentos específicos da vida dos reassentados depois do processo de desterritorialização. Para tanto, na busca por resultados na pesquisa cumpriu-se com rigor diferentes etapas, conforme disposto no organograma 1.

Organograma 1- Percurso metodológico da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora (Nov/2017).

1.1.2 Protocolo do CEP - UFT e os participantes da pesquisa

Na pesquisa com seres humanos, existem riscos, incômodos ou constrangimento, já que demanda, por exemplo, tempo do colaborador ao responder os roteiros de entrevistas.

Neste estudo, o risco aparente foi de os participantes serem constrangidos a partir do conteúdo regulado, quando se tratou de alguma insatisfação deles em relação a políticas públicas implementadas nas esferas federal, estadual e municipal. Pensando-se nessa hipótese, as identidades dos participantes foram preservadas.

Nesta pesquisa, ocorreram momentos em que os participantes se emocionaram ao se lembrarem da ilha de São José. Além disso, nas entrevistas com as famílias, priorizou-se a participação dos responsáveis mais velhos. Esses têm características de pessoas simples e com pouca instrução. Distinta situação foi o tempo que os participantes disponibilizaram para efetuar a entrevista. Em muitos casos, excedeu-se 1h30, pelo fato de o roteiro de entrevistas com os reassentados conter 45 questões fechadas e abertas. Outro fator refere-se à disponibilidade de alguns colaboradores para conceder entrevista.

Acrescente-se, por fim, o fato de que, devido a fatores como tempo e por se tratar de pessoas que exercem cargos eletivos e ou de confiança, não foi possível seguir roteiros de entrevistas, estabelecendo-se apenas um diálogo informal com proposições de alguns temas.

Diante de tais circunstâncias e por se tratar de pesquisa com seres humanos, para dar maior segurança e amparo à pesquisadora e aos sujeitos da pesquisa, houve a necessidade de o projeto ser avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP). O estudo proposto foi submetido para avaliação do CEP da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus de Palmas dia 13 de fevereiro de 2017, às 16h18min21s e depois de uma longa e cansativa jornada de reparos e ajustes, o projeto teve parecer favorável à aprovação na data de 7 de julho do ano de 2017, conforme o protocolo nº 028410/2017 e número de CAAE: 66401917.8.0000.5519 (Anexo 1).

Nesse caso iniciou-se a enseada científica de maneira segura, com foco no desvelamento das representações sociais no âmbito da pesquisa, primando-se pela imparcialidade e pelo comprometimento com o campo científico.

Para Sá (1998), as representações sociais não se dão sem a relação e sem a especificação do sujeito, da população ou do conjunto social. Minayo et al. (1994) complementam essa ideia e a fortalecem quando ressaltam que “[...] o objeto das pesquisas sociais é histórico” (MINAYO et al., 1994, p. 13), considerando-se que as relações humanas acontecem num espaço onde as interações e as estruturas organizacionais são exclusivas.

Vivem [os] o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidades são características fundamentais de qualquer questão social [...] Não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão

significado e intencionalidade a suas ações e a suas contribuições, na medida em que estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. (MINAYO et al., 1994, p. 13-14).

Esta pesquisa insere-se no conjunto daquelas que pressupõem, fundamentalmente, envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo, haja vista deter-se na análise de experiências humanas, e os seres humanos, por razões diversas, possuem sua forma particular de se identificar com o pesquisador. Esse fato converge ao nível de comprometimento e de conectividade com os participantes da pesquisa em todas as fases do estudo.

No que diz respeito à seleção dos participantes, essa ocorreu ainda no mês de março do ano de 2016. O critério utilizado foi o fato de a pessoa ter sido moradora da ilha de São José, comprovadamente; ter participado das discussões sobre as alternativas e critérios de reassentamento rural e estar morando atualmente no Reassentamento Coletivo Baixão.

Eleitos os potenciais voluntários do estudo, iniciaram-se as conversações com alguns moradores do reassentamento, sendo que, na tentativa de não intervir em suas rotinas de trabalho, a abordagem ocorreu aos finais de semana. Desde os contatos iniciais, procurou-se estabelecer um vínculo de afetividade e confiança com os sujeitos da pesquisa conforme proposto por (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2002), uma relação que permitisse tranquilidade para a apresentação da proposta inicial de trabalho ao grupo, a fim de não demandar situações divergentes.

Bosi (1994) afirma que, na pesquisa, na busca por resultados, o processo de ir, de ouvir e de estimular os sujeitos para seus relatos de memórias configura-se um processo melindroso. A autora teve como principal esteio de sua pesquisa, a formação de um vínculo de amizade e fidelidade com os seus colaboradores. “Uma pesquisa é um comprometimento afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (BOSI, 1994, p. 38).

Minayo et al. (1994) pontuam que além do vínculo com os sujeitos o pesquisador necessita, no que concerne ao trabalho de campo, ter uma organização prévia quanto ao que pretende e como pretende, o que concorre para obtenção de maior êxito na pesquisa.

É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre investigador e a população investigada, propiciando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a viabilidade de futuras pesquisas (MINAYO, et al., 1994, p. 56).

Isso considerado, para obter a anuência da associação de moradores para a realização da pesquisa, entrou-se em contato com o presidente da Associação de Moradores do Reassentamento Rural Coletivo Baixão (AMRCB) no dia onze de fevereiro do ano 2017, expondo os objetivos da pesquisa e solicitando autorização para realizar a investigação. Logo

em seguida, foi realizada uma visita a alguns moradores, quando se conheceu um pouco da dinâmica das moradias e dos modos de vida dos sujeitos. Na residência de um deles, foi realizada uma breve reunião com a participação de cinco famílias, tendo como pauta a apresentação dos objetivos da pesquisa, bem como, a obtenção da condição de voluntários.

Nesse diálogo, em que todos se dispuseram participar como colaboradores da pesquisa, ficou agendada uma visita às demais residências, haja vista o reassentamento ser composto por vinte e seis famílias. No mês de março de 2017, essa visita foi realizada objetivando-se adquirir a autorização das famílias quanto a participarem como voluntárias do estudo. Das 26 famílias, todas se dispuseram a participar.

Contudo, foi solicitado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Científica (CEP- UFT), em julho de 2017, que fosse delimitado o número de participantes devido ao risco de sofrerem alguma forma de represália por parte da sociedade e, sobretudo por órgãos superiores depois de explicitarem suas percepções sobre as políticas públicas implementadas nas esferas federal, estadual e municipal no reassentamento.

Desse modo, reduziu-se a quantidade pela metade, optando-se, portanto, por 13 famílias participantes, a fim de dificultar a probabilidade de identificação de algum participante. Nesse caso, no processo de escolha, focalizaram-se principalmente aquelas famílias que tivessem maior disponibilidade para participar das entrevistas e que morassem mais próximo, devido às condições de trafegabilidade. No que se refere a esse critério, indicações por parte do presidente da associação foram de grande importância.

Nesse mesmo período e com a mesma intenção, fez-se visita à Prefeitura Municipal de Babaçulândia, ocasião em que foi solicitado ao representante do poder municipal autorização para a realização da pesquisa nas questões referentes à assistência municipal aos moradores. Ao término das conversações, foi acordado com o servidor efetivo do setor de gestão de pessoal e com o prefeito que ambos contribuiriam com a pesquisa.

Em 21 de julho de 2017, foi agendada uma reunião com o prefeito e o servidor efetivo na sede do município. O prefeito não conseguiu cumprir o horário marcado. Diante dos questionamentos, esse não colaborou de forma efetiva. O funcionário, por seu turno, preferiu não dar entrevistas, mas procedeu a um diálogo. Por conhecer a realidade do município, bem como a atuação dos gestores municipais, colaborou efetivamente com a pesquisa, tanto elucidando as questões que lhe foram apresentadas quanto desvelando novos aspectos do objeto de estudo.

Inúmeras foram as tentativas de contato com representantes do CESTE em Estreito (MA), responsável pela implantação da hidrelétrica e operação da usina tanto pessoalmente

quanto por via eletrônica. Foram vinte e cinco *e-mails*, vinte telefonemas para o número disponibilizado no *site* da UHEE. Por duas vezes solicitou-se a um funcionário do IBAMA que agendasse um encontro. No entanto, a visita à UHEE e o diálogo com o diretor do CESTE foi possível somente no dia onze de agosto de 2017, quando, em virtude de realização de uma aula de campo da turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais de Araguaína (PPGDIRE), foi viável participar com aqueles alunos.

Essa visita foi valiosa porque permitiu que se percebesse a visão do empreendedor mesmo de maneira limitada, pois devido ao fato de não ter exclusividade para entrevistar o diretor, a pesquisadora recorreu à técnica da observação e ao uso da percepção, assim como propõe Bicudo (2011, p. 18), quando afirma que uma consciência fenomenológica é estar atento àquilo que se mostra. “A realidade é o compreendido, o interpretado o comunicado [...] não havendo uma única realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações”. Ou seja, a fenomenologia é uma percepção a partir do olhado.

Acredita-se que os demais participantes, ao aceitarem o convite para participar do estudo, deram a oportunidade de adentrar não apenas em suas práticas cotidianas no reassentamento, mas também de compartilhar suas reflexões, dúvidas, incertezas e concepções que envolveram o processo de des-re-territorialização.

No que se refere ao procedimento de identificação dos participantes e conforme orientação do CEP visando à preservação da identidade dos pesquisados, sugeriu-se que fossem inseridas no estudo apenas as letras iniciais dos nomes dos voluntários, o que foi prontamente acatado por todos. O nome real do reassentamento, entretanto, será preservado, a fim de contribuir com novas pesquisas neste local.

No contexto do grupo populacional, podem se classificar os moradores dos reassentamentos como ribeirinhos, pois ainda assim estariam sob a classificação de povos tradicionais conforme o Decreto n° 6040/2007 e Little (2002), segundo os quais essas comunidades têm uma maneira singular de territorializar uma região, seja pelo contexto familiar, seja por questões étnicas e principalmente por questões de subsistência.

Do mesmo modo, podem assim se classificar conforme Fernandes; Welch; Gonçalves (2014), que incluem como povos tradicionais uma determinada parcela da sociedade que não dispõe de mobilidade, não porque é atrasada técnica e economicamente, mas porque diante das transformações do mundo moderno ainda resistem com seus modos de vida e a sua relação com a natureza: “Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros,

pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 75).

Esses povos, segundo os autores, têm a terra e a natureza como um suporte para viver (modos de vida) e têm que protegê-las das empresas capitalistas que veem os recursos naturais como mercantilização e privilégios.

Por fim, podem ser assim classificados ainda conforme Bergamasco e Norder (1996), para os quais se enquadrariam como moradores de reassentamento atingidos por barragens. Os autores apontam o surgimento dessa categoria como decorrente de constantes lutas de atingidos, sobretudo na década de 1970 e 1980, quando as populações atingidas começaram a questionar a forma autoritária como aconteciam os projetos, resultando no reassentamento como medida indenizatória.

Todos os participantes foram esclarecidos a respeito das características e objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, CNS, 2013). As informações sobre eventuais riscos aos participantes da pesquisa assim como a confidencialidade constam nos apêndices 2 (TCLE para os moradores do reassentamento).

A investigação transcorreu no período de fevereiro de 2017 a maio de 2018, totalizando 13 participantes colaboradores orais e 04 participantes indiretos, que colaboraram de maneira dialógica. Um total de 13 entrevistas fazem parte do *corpus* da pesquisa, além de diálogos entre representantes do CESTE e Prefeitura Municipal sendo eles: um representante do CESTE, um servidor técnico assistente da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Babaçulândia, ex-prefeito municipal que acompanhou o processo de instalação do empreendimento e o prefeito atual conforme o quadro 1.

Quadro 01 - Participantes da pesquisa

NÍVEL	PARTICIPANTES	CÓDIGO
REASSENTAMENTO	Representante de Família do Reassentamento C. Baixão	F1 a F13
PREFEITURA	Funcionário Público da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Babaçulândia – (TO)	FP1
PREFEITURA	Gestor – Ex-Prefeito Municipal que atuou de 2002 a 2005 e de 2006 - 2010.	G1
PREFEITURA	Gestor - Prefeito Municipal (2016 – 2019)	G2
CESTE	Gestor do CESTE	G3

Fonte: Organizado pela autora (Mai/2017)

Relevante esclarecer que os participantes da pesquisa, moradores do reassentamento, não se opuseram a colaborar com a pesquisa, ocorrendo às entrevistas sem grandes entraves. Quanto aos participantes FP1, G2 e G3, não foi possível seguirem um roteiro de entrevista, devido à falta de tempo e ao interesse dos participantes, sendo, portanto, necessário proceder apenas um diálogo para conseguir alguma informação. O participante G2 pouco cooperou com a pesquisa em relação ao agendamento da conversa e com informações. Elas foram rateadas de forma aleatória em conversas posteriores com o sujeito sem o devido agendamento. Quanto ao participante G3, foi possível apenas realizar um diálogo aberto, com interrupções de outros pesquisadores e por vezes foram feitas algumas questões diretas.

1.1.3 Instrumentos metodológicos e geração de dados

A abordagem qualitativa está baseada no entendimento e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações (SILVA; MENDES, 2013). Importante destacar que há uma correlação dinâmica entre sujeito e objeto de estudos. Do ponto de vista de Bourdieu (2004, p. 46), “[...] nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto ‘real’, pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente”. Dessa forma, vários são os caminhos utilizados nessa abordagem, entre os quais se destacam: a observação, a história oral, o roteiro de entrevista e a pesquisa documental.

Por observação considera-se a técnica de geração de dados que mobiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não se restringindo a ver e ouvir, mas estendendo-se ao exame de fatos e fenômenos intrínsecos ao objeto de estudo. Trata-se de instrumento que auxilia o pesquisador na identificação e apreensão de provas relacionadas a objetivos não conhecidos dos indivíduos, mas que lhes orientam o comportamento (MARCONI; LAKATOS, 2003).

São dois os tipos de observação: observação participante e observação não participante, essa última assumida neste trabalho, dado o fato de os objetivos da pesquisa não exigirem incorporação à rotina dos colaboradores e participação nas atividades por eles desenvolvidas. Mas a condição de observador não participante, ao colocar o pesquisador sob o papel de espectador, não permite afirmar que “a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 193).

As observações no reassentamento e registro das interações com os participantes aconteceram com a finalidade de gerar subsídios à constituição de respostas às questões-problema da pesquisa. Assim, observações focalizaram os sujeitos, seus comportamentos, sua rotina, com vista a confrontar esse seu modo de ser e de estar com aquele característico do território anterior.

De igual forma, focalizaram o próprio espaço em que esses sujeitos se situam, buscando identificar, por exemplo, se há ali condições favoráveis para suas plantações e criações, para as suas formas de subsistência anteriormente assumidas; enfim, como são agora as suas relações com a natureza.

Para tanto, dedicou-se especial atenção às abordagens destacadas pelos moradores no que diz respeito ao trabalho na terra, à criação de animais, aos meios por eles adotados para sobrevivência, aos modos de vida, às indenizações. Nesse sentido, destacam-se dois aspectos: o solo com pouca tendência à produtividade e a escassez de água potável tanto para o consumo humano quanto para os animais. Procurando-se identificar indícios de adaptação à nova localidade.

Convém ressaltar que as formas adotadas para registro das observações de campo, bem como as sequências das entrevistas e diálogos durante a pesquisa, foram as notas em caderno de campo, que, segundo Meihy e Ribeiro (2011, p. 32), “funciona como um ‘diário’ em que põe o pesquisador numa sequência lógica dos fatos, mediante observação que são essenciais ao desenvolvimento da pesquisa”. Ainda conforme os autores, o caderno de campo funciona como

[...] um diário em que o roteiro prático (quando forem feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como ocorreu a gravação, eventuais incidentes de percurso). [...] O caderno de campo se torna um referencial obrigatório nas finalizações dos trabalhos. A validade dele como elemento de registro garante a trajetória da evolução do trabalho que varia em vista do projeto inicial. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 32).

No caderno de campo, a partir das observações, registrou-se, desde os primeiros contatos com o universo pesquisado, a forma como os moradores vivem no território atual, considerando-se as dificuldades por eles encontradas e o modo como se apropriam do que julgam subsidiar ao desenvolvimento de suas atividades costumeiras. Da mesma forma, foram registrados os demais aspectos que se mostraram essenciais à compreensão da problemática em estudo.

A abordagem qualitativa requer, por parte do pesquisador, especialmente por ocasião da geração de dados, sensibilidade para captar variáveis constitutivas do objeto de estudo,

como aquelas relacionadas às pessoas e aos seus comportamentos. Nesse processo de captação sensível, a exploração dos dados que se vão obtendo demanda desse sujeito à mobilização de suas intuições, percepções e emoções (ANDRÉ, 2009). Esse modo de ser e de sentir do pesquisador faz das conversas informais valioso recurso na apreensão de aspectos não revelados por outras ferramentas de geração de evidências.

As conversas informais impõem ao pesquisador, portanto, o desafio de colocar-se no lugar do seu colaborador, de modo a compreender melhor o que esse diz, sente e pensa. E nesse sentido, conforme ressalta André (2009), instaura-se um clima de segurança, condição *sine qua non* para que as informações fluam com naturalidade, principalmente por ocasião das entrevistas. Em consequência, o entrevistador se sentirá mais à vontade para “[...] ir mais a fundo num determinado aspecto, tocar em questões mais delicadas e explorar pontos de vista controvertidos” (ANDRÉ, 2009, p. 62).

Entende-se que essa relação de reciprocidade entre pesquisador e sujeitos da pesquisa possibilita que acontecimentos informais subsidiem a pesquisa com informações importantes por caracterizar momentos de maior abertura ao diálogo, se comparados aos momentos em que são feitas as gravações em áudio, por exemplo, (BOSI, 1994). Neste trabalho, considerou-se como falas informais depoimentos, comentários, mensagens de textos (SMS) via *facebook*, *WhatsApp* e *e-mails* que foram trocados, de modo geral, fora do campo de pesquisa.

Por meio de conversas informais realizadas via aplicativo *WhatsApp* com membros do grupo OLHO filmes³, foi possível obter informações que possibilitaram encontrar o proprietário da mídia que contém o registro do citado estudo.

Com os moradores do reassentamento, e moradores do município de Babaçulândia essas trocas comunicacionais aconteceram no percurso de uma à outra residência no reassentamento ou durante passeios na orla, aos domingos, realizados com o objetivo de clarificar aspectos do objeto de estudo não alcançados em momentos de formalidades ou via contato telefônico. Por conversas informais, entretanto, são consideradas toda troca comunicacional com sujeitos que de alguma forma pôde colaborar com a pesquisa, como moradores de Babaçulândia, assistentes administrativos da prefeitura municipal, o ex-secretário municipal de meio ambiente e o ex-prefeito.

As falas informais, que neste estudo tiveram como objetivo desvelar ou ainda aprofundar aspectos contextuais da complexa realidade do processo de desterritorialização dos moradores da ilha de São José, bem como do município de Babaçulândia e do

³ Grupo contratado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para realização de estudo detalhado do antigo território, ilha de São José antes da desterritorialização dos moradores em 2008.

Reassentamento Coletivo Baixão, foram registradas em caderno de campo, como já mencionado. O conjunto dessas conversações, que permearam todas as fases da pesquisa, ofereceu subsídios para a geração de dados e análise das evidências. As discrepâncias interpretativas que surgiram no âmbito da pesquisa foram, nesse sentido, (re)avaliadas com os envolvidos por ocasião das trocas comunicacionais.

No processo de geração de dados a entrevista pode ser definida como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 2010, p. 81). No âmbito da pesquisa qualitativa, as entrevistas podem ser: estruturada, semiestruturada e livre. Optou-se pela entrevista semiestruturada, visto os objetivos da pesquisa demandarem a elaboração de um roteiro constituído por questões abertas, flexíveis, as quais, conforme Rosa e Arnoldi (2005), permitem que os entrevistados externem seus pensamentos, tendências e reflexões acerca da temática em estudo.

No trabalho com as fontes orais, há que se ter em mente que utilização desse método dar-se-á especialmente por meio da realização de entrevistas. Em referência à importância dessa técnica de geração de dados, Thompson (1992, p. 118) afirma que a entrevista se mostra dentro da história oral “[...] não apenas um recurso substitutivo de fontes melhores, mas em si mesmas, uma fonte muito nítida e valiosa”. Meihy e Ribeiro (2011), por seu turno, referindo-se a particularidades da entrevista no seio da história oral, conceituam essa técnica como

Encontros planejados, gravados por diferentes mídias, decorrentes de projeto, exercitado de maneira dialógica, ou seja, com perguntas/estímulos e respostas. As entrevistas devem permitir, mais do que dados informativos, entender situações propostas como problemáticas, com versões diferentes ou desconhecidas de fatos, ocorrências ou visões de mundo. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 12).

Os autores registram haver diferentes tipos de situações em relação ao uso de entrevistas em história oral. Nesse caso interessa aos objetivos deste trabalho uma técnica que não se detem ao uso exclusivo das entrevistas, pois implica um trabalho de maior abrangência. Visando a maior êxito deste, faz-se um cruzamento documental, ou seja, promove-se “[...] a mescla de análises derivadas das entrevistas cruzadas com outros documentos” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 16).

Conforme Bonazzi (2006), a realização de entrevistas requer do pesquisador estudos prévios acerca do tema a ser explorado, o que demanda, por exemplo, consulta sistemática à literatura pertinente. No caso deste trabalho, objetivando-se construir conhecimentos relativos ao universo em estudo, empreenderam-se pesquisas em arquivos públicos, *sites* e documentos diversos que envolvem a temática, além de visitas ao reassentamento já especificado. Em

seguida elaborou-se o roteiro de entrevista, instrumento definido por Haguette (2010) como lista de tópicos elaborados conforme uma problemática central.

As entrevistas foram realizadas depois que a pesquisa foi autorizada pelo CEP. Elas aconteceram face a face de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, em local e horário marcados prioritariamente pelos colaboradores da pesquisa. Embora na prefeitura e no CESTE não tenha sido possível a realização de entrevistas, o diálogo ocorreu em horário de maior disponibilidade por parte do gestor e servidores.

A aplicação do roteiro de entrevista aos atingidos reassentados (Apêndice 1), se deu no período de novembro a dezembro do ano de 2017. O roteiro contou com 45 questões objetivando-se informações sobre: I) identificação e características do entrevistado; II) situação de moradia do entrevistado no momento anterior a barragem; III) relação com o território; IV) relação entre os moradores; V) costumes e tradições; VI) avaliação atual do morador em relação à instalação da barragem e às transformações advindas do deslocamento; VII) a atuação da prefeitura perante os entrevistados depois da realocação em território próximo a área urbana; VIII) opções de lazer na temporada de praia; IX) qualidade de vida; X) questões socioeconômicas e XI) indenização.

O diálogo com o responsável pelo empreendimento CESTE ocorreu de maneira inusitada no dia onze de agosto do ano de 2017. O diálogo abordou questões, com as quais se objetivou compreender o processo de implementação das medidas compensatórias no reassentamento e/ou de indenizações para a população desterritorializada, compreendendo-se quais ações foram adotadas para reparar as perdas materiais dos reassentados no processo de desterritorialização. Objetivou-se, por extensão, descobrir quais providências foram tomadas no que se refere aos efeitos ocasionados ao meio ambiente advindos da instalação da UHEE.

Com os representantes do poder municipal ocorreu um diálogo no dia vinte e um de agosto do ano de 2017 na sede da prefeitura municipal de Babaçulândia (TO) e teve como objetivo conhecer a atuação do poder público em relação à comunidade atingida, focalizando quais ações mediadoras foram realizadas em relação ao deslocamento das famílias, bem como identificar os valores referentes à Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) da UHEE que estão sendo repassados para o município e de que forma estão sendo aplicados. Nesta breve reunião reportou-se à atuação do poder municipal diante das dificuldades dos atingidos e à forma como têm sido aplicados os recursos no reassentamento. As informações obtidas foram importantes no processo de análise dos dados.

O diálogo estabelecido com o ex-prefeito ocorreu no dia quatorze de agosto do ano de 2017. Neste momento reportou-se à atuação do gestor quando da implantação da UHEE e à

influência que o município teve em relação à escolha dos locais dos reassentamentos, bem como às ações adotadas pelo gestor municipal em virtude da implantação da usina, como aquelas referentes a indenizações, desterritorialização dos atingidos, problemas relacionados ao lençol freático no Reassentamento Coletivo Baixão e efeitos negativos ao município.

A interação foi feita de maneira dialógica, não sendo necessário seguir o roteiro de entrevista. Nesse sentido, foram cruciais os estudos de Thompson (1992, p. 204-205), para quem “[...] a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Quanto às entrevistas com os atingidos, essas tiveram por finalidade evidenciar a percepção dos participantes sobre o processo de deslocamento do antigo território ao reassentamento e identificar como aconteceu o processo de adaptação das famílias na nova localidade, igualmente verificar a forma como transcorreram as negociações dos moradores com o consórcio empreendedor e como foi a atuação do poder municipal nesse processo; conhecer a opinião dos atingidos sobre seus saberes, seus costumes e modos de vida anteriores e a maneira como percebem as mudanças ocasionadas em suas vidas e no meio ambiente.

Ressalte a este respeito que na passagem do oral para o escrito adotou-se a postura da simples transcrição (MEIHY; RIBEIRO, 2011). Conservou-se as narrativas a fim de retratar o conhecimento dos interlocutores sem fugir do contexto investigado. Alguns vícios de linguagens e expressões foram mantidos no intuito de fazer o leitor perceber a simplicidade dos colaboradores, sendo corrigidas algumas repetições sem “[...] comprometer o teor das ideias em favor da fidelidade à norma culta da língua” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 109). Para dar maior entonação às narrativas adotou-se um código de transcrição proposto por Marcuschi (2003).

Na busca por resultados, as visitas ao contexto da pesquisa inscrevem-se em ações que compreendem desde as interações iniciais com os potenciais colaboradores àquelas que se fazem necessárias à análise e interpretação dos dados. É o momento, de acordo Marconi e Lakatos (2003), no qual se busca conseguir informações e/ou conhecimentos relativos a dado problema em estudo, seja por meio de observação ou da aquisição de documentos, por exemplo. As idas e voltas ao campo, concluem as autoras, devem ser consideradas em sua totalidade, e não apenas aquelas nas quais se realiza a “coleta de dados”.

Desse modo, a finalidade das visitas consistiu em procurar formas de compreender a mudança territorial e os sentidos atribuídos pelos participantes da pesquisa (moradores do

reassentamento) ao território atual e ao anterior, estabelecendo assim um paralelo. De igual modo, buscou-se entender, quando do diálogo com o representante do CESTE e com o poder municipal, como esse território foi preparado para receber os moradores e quais as formas adotadas para reduzir repercussões danosas em suas vidas. Significa dizer que procurou-se saber, considerando-se a opinião dos atingidos, qual foi a função do consórcio e da prefeitura municipal no processo de des-re-territorialização.

Ademais, analisaram-se registros importantes à pesquisa para sistematização das informações com as fontes orais. Philips (1974) e Lüdke e André (1986, p. 38) destacam que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Mas para fins de pesquisa científica, observam Marconi e Lakatos (2003), a análise documental estende-se a documentos não escritos, como fotografias, vestuários e canções folclóricas.

No que concerne às fontes de obtenção de dados, geralmente a análise recai sobre o que se conhece como documentos "de primeira mão", encontrando-se, nessa categoria, os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, como associações científicas e igrejas. Embora em menor incidência, a análise documental pode focalizar inúmeros outros documentos, como cartas pessoais e gravações (GIL, 2002).

Dessa forma, para atingir os objetivos propostos, a pesquisa envolveu várias etapas de busca de documentos. Inicialmente, realizou-se o levantamento de dados no próprio reassentamento, na associação de moradores, como atas de reuniões da associação de moradores e registros de documentos do reassentamento rural; em órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram pesquisados os censos demográficos (1991 e 2010), nos quais coletaram-se informações sobre a evolução da população.

Na Prefeitura Municipal de Babaçulândia, solicitaram-se informações junto ao setor de tributação sobre o cadastro de imóveis rurais, número de famílias do reassentamento, bem como distribuição de terras. Entretanto, não foi fornecido o cadastro municipal que mostrasse tais dados. Por meio de diálogo realizado com o representante da prefeitura, obtiveram-se outras informações sobre a representatividade em termos sociais do reassentamento para o município.

No Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), buscaram-se informações relativas à área do reassentamento, o qual, em resposta, encaminhou, via postal, um ofício contendo informações acerca da formação e distribuição das propriedades. No site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), procuraram-se informações que permitissem entender

o processo histórico da hidrelétrica de Estreito, assim como dados referentes à distribuição da energia gerada por essa usina e distribuição da CFURH. Além disso, pesquisaram-se nos *sites* eletrônicos do CESTE, do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) informações pertinentes à investigação.

Em virtude das muitas pesquisas, foi possível o acesso a alguns documentos públicos, entre os quais se destacam a cartilha do reassentamento rural, jornais do CESTE e panfletos de políticas de divulgação dos trabalhos do consórcio empreendedor. A análise de tais publicações teve como objetivo compreender como elas dialogavam com os anseios dos atingidos, tendo em vista suas demandas em face das especificidades do novo território.

A partir do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), analisaram-se os dados referentes à implantação e à estruturação da barragem, à sua localização, à sua área de influência e seu histórico socioambiental e geográfico, assim como condições meteorológicas, clima, relevo, condições socioeconômicas, histórico da região e o relatório de avaliação dos impactos, abrangendo questões detalhadas, visando à compreensão da inserção do empreendimento na região.

Além dos documentos citados, foi analisado documentário constituído de gravação em vídeos, fotos e textos, realizado pelo grupo OLHO filmes, sob as expensas do IPHAN. Para realização deste, foi feito um estudo etnográfico, no ano de 2008 buscando retratar a realidade vivida pelo grupo no antigo território, bem como a paisagem, o ciclo natural do rio, das florestas e do solo. Esses dados estão armazenados em *Hard Disk* (HD), são de propriedade do ex-gestor municipal, pois o IPHAN ainda não disponibilizou acesso público no *site*, constituem o único material disponível sobre toda a dinâmica do território inundado. Quanto ao fato de esse material ainda não ter sido publicado, justificativas postadas no *site* apontam para repasses insuficientes de verbas.

Dada a inexistência de outros registros similares, os vídeos em questão representam grande importância tanto para o histórico do território atingido quanto para a própria história do município de Babaçulândia. Assim sendo, procedeu-se à sua análise com o intuito de identificar os modos de vida dos sujeitos que ali habitavam antes do processo de instalação da hidrelétrica, assim como características do território hoje submerso. A partir daí pôde-se compreender a forma como um território pode representar suporte identitário e cultural aos indivíduos, como contribuem para a construção dos sentidos à vida dos sujeitos.

Cabe, por fim, registrar que no desenvolvimento do trabalho foram encontradas algumas dificuldades, entre as quais se destaca o fato de que as tentativas de contatos com o CESTE não obtiveram sucesso. Em consequência, aspectos da atuação do consórcio como

aqueles relacionados à assistência aos reassentados da UHEE, à área próxima ao lago e ao reassentamento não foram esclarecidos por parte da empreendedora, seja por meio de telefonemas, *e-mails* ou ofícios.

1.2 O Município de Babaçulândia e histórico da área de estudo

Em decorrência de inquietações já explanadas, adotou-se como elemento espacial para a realização do presente estudo, o município de Babaçulândia (TO), uma das áreas que foram atingidas pelo empreendimento hidrelétrico implantado em Estreito e que, por isso, depois da conclusão da obra, com a formação do reservatório da hidrelétrica, teve modificadas suas características socioterritoriais e transformados os modos de vidas de parte de seus moradores.

No contexto do município, será estudada especificamente a área rural do Reassentamento Coletivo Baixão, local destinado a receber uma parte da população da comunidade rural ilha de São José que em consequência do empreendimento, abandonaram suas terras para dar lugar ao reservatório da hidrelétrica. Houve, nesse sentido, um processo de reterritorialização dessa comunidade em novo território.

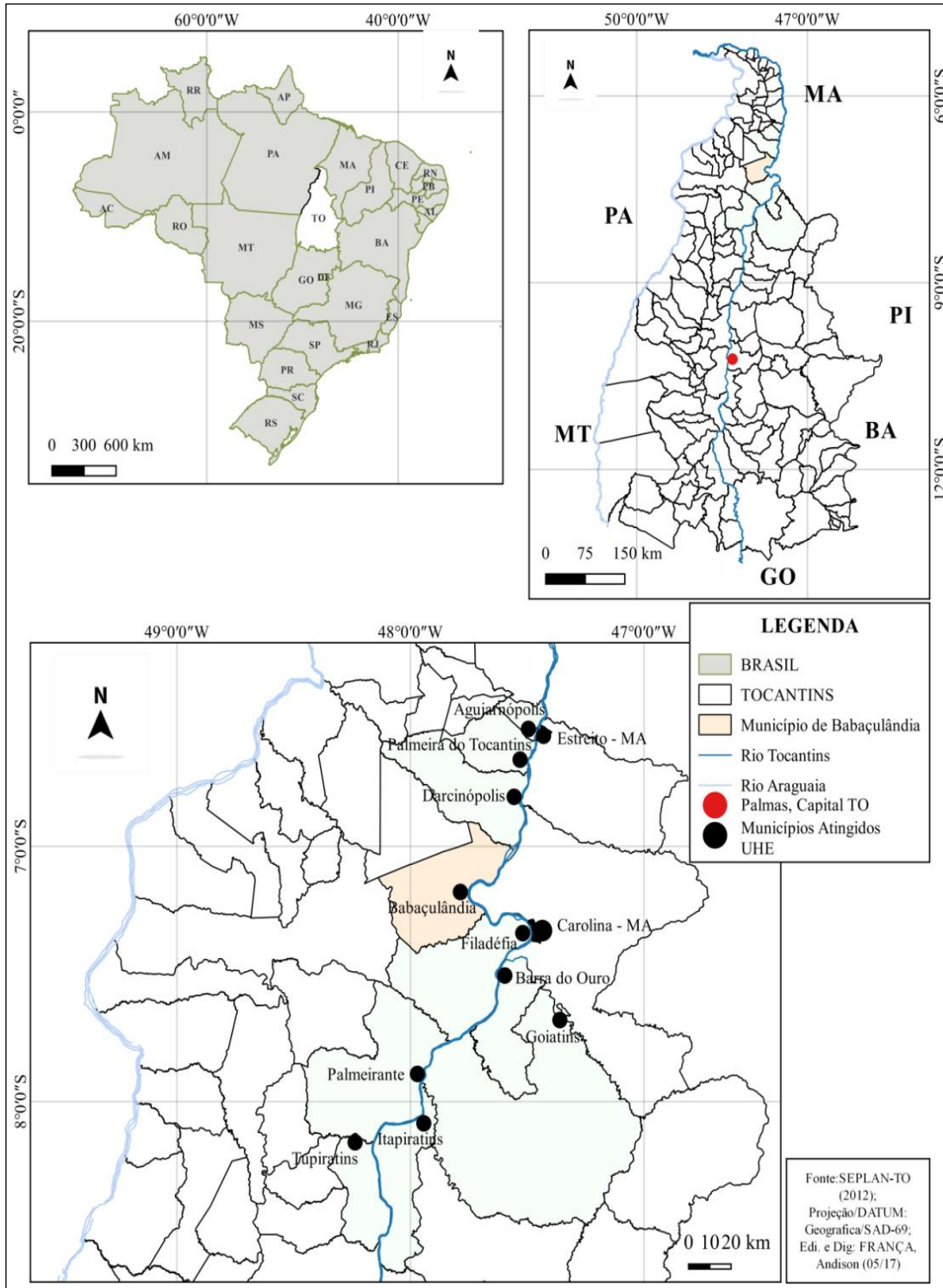
O mapa 1 traz a localização do município de Babaçulândia, suas delimitações e sua proximidade com o rio Tocantins, além de apresentar os municípios localizados às margens desse rio que foram atingidos pela hidrelétrica, ou seja, que estão na Área de Influência Direta do empreendimento (AID). No mapa 1, a área destacada representa o contexto e a localização do município de Babaçulândia, que dista aproximadamente 446 km da capital, Palmas. Babaçulândia tem uma extensão territorial de 1.788.441km².

Os limites geográficos do município de Babaçulândia fazem divisas ao norte com os municípios de Wanderlândia e Darcinópolis, ao sul com Filadélfia, ao leste com o Estado do Maranhão e ao oeste com Araguaína. Com altitude de 160 metros acima do nível do mar, o território se encontra numa média de 20 metros acima do rio, fator que propicia maior segurança no que se refere às enchentes em épocas chuvosas (IBGE, 2017).

Babaçulândia situa-se na mesorregião Norte do Estado do Tocantins, que se localiza na extensa região Norte do país, pertencente à Amazônia Legal. O Estado do Tocantins faz divisa com os Estados de Goiás (sul), Mato Grosso (sudoeste), Pará (oeste), Maranhão (leste e nordeste), Piauí (leste) e Bahia (sudeste). O município localiza-se às margens do rio Tocantins, e esse por sua vez, é formado a partir da confluência dos Rios Paranã, das Almas e Maranhão. Nasce nas serras do Paranã e dos Pirineus, localizadas no maciço Goiano, com

altitudes médias de 1.100. Sua extensão é de 2.400 km e desagua na Baía de Marajó (CNEC, 2001).

Mapa 1 - Localização do município de Babaçulândia e os municípios atingidos pela UHEE



Fonte: IBGE-2010, SAD-69, Google Earth – 2016, organizado por França e Pitombeira (2017).

Situado acima do paralelo 13, o município dispõe de um solo rico de argila e água e possui uma vasta extensão territorial e uma população de 10.424 habitantes, conforme dados do censo demográfico do ano de 2010. O município apresenta densidade demográfica de 5,83 hab./km² (IBGE, 2017).

A população do município cresceu de 2000 a 2010 a uma taxa média anual de 0,09%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,17% no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 41,00% para 47,29 % (IBGE, 2017).

Partindo de Babaçulândia como referência, à jusante do rio Tocantins, estão localizados os municípios de Darcinópolis (TO), Palmeiras do Tocantins (TO), Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA) e à montante estão localizados os municípios de Carolina (MA), Filadélfia (TO), Barra do Ouro (TO), Goiatins (TO), Palmeirante (TO), Itapiratins (TO) e Tupiratins (TO).

O município de Babaçulândia iniciou seu povoamento em junho de 1926, à margem esquerda do rio Tocantins, onde o Senhor Henrique Figueiredo de Brito⁴ se estabeleceu com um pequeno comércio, construindo a primeira casa de telha. Dava-se início, desse modo, ao povoado pertencente à Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis, cujo nome fora inicialmente conhecido por Nova Aurora do Coco. Devido ao seu crescente desenvolvimento, figura em 1933 como distrito e, pelo Decreto-lei nº 557, de 30 de março de 1938, com o topônimo de Babaçulândia. Por força da Lei Estadual de nº 741, de 23 de junho de 1953, foi elevado à categoria de município, solenemente instalado no primeiro dia de janeiro de 1954 (LUZ, 2003).

Em seu histórico, registram-se, como primeiros habitantes, os maranhenses, seduzidos pelas atividades da extração do óleo do coco babaçu, fruto abundante na região e a comercialização da amêndoa. Apesar de o município dispor de registros datados de 1926, obteve desenvolvimento somente na década de 1950. Nessa época a navegação estava em ascensão devido ao transporte fluvial dos derivados do babaçu, da malva e do couro, que se direcionavam para as indústrias nos grandes centros do país, sendo o babaçu destinado para a produção do óleo láurico a ser utilizado na produção de artigos para indústria de cosméticos e na fabricação de óleo para a indústria alimentícia (LEANDRO, 2008).

⁴ “Conhecido como fundador do município de Babaçulândia chegou ali em junho de 1926. Conhecia toda a região devido às suas andanças com os padres nas desobrigas (missão da igreja católica, como: realizar casamentos, batizados e outras) pelo sertão. Ali conheceu sua esposa, Emília Ayres Dias, estabeleceu-se, ganhou respeito dos moradores e exerceu o cargo de delegado de polícia; era homem importante na região” (LEANDRO, 2008, p. 58).

Babaçulândia, nesse contexto, dependia do rio Tocantins para existir, sendo esse o meio para o escoamento da safra e para a aquisição de artigos essenciais. O rio era a via mais apropriada de relacionamento entre o município e os grandes centros do país, de onde vinham os navegantes que movimentavam o município com os produtos industrializados (LUZ, 2003). Entretanto, com a construção da Rodovia Transbrasiliana, em meados de 1958, o rio foi perdendo sua importância como principal via de transportes, e a rodovia assumiu novos sentidos de desenvolvimento.

Necessário acentuar, nesse sentido, que o município passou por um período de inércia em virtude da condição de atraso econômico da região do norte goiano, ficando esquecido pelo governo estadual. Mesmo com todo o esforço de desenvolvimento para a região nortista e “[...] com a proposta de política integracionista do então presidente Juscelino Kubitschek em 1958” (LEANDRO, 2008, p. 80), depois da construção da rodovia a localidade permaneceu estática. Registros relatam que esse período durou da década de 1960 aos anos 2000, ficando seus principais produtos econômicos, o babaçu e a malva, sem o valor econômico de outrora, e o rio sem o fluxo de mercadorias, que propiciava a movimentação financeira no local.

Depois da criação do Estado do Tocantins, em 1988, o município esteve ainda sob um longo período de apatia, o que fez com que seus moradores se consolidassem em outras atividades, como pequenos comércios de secos e molhados, plantações de lavouras e construção de cerâmicas, tijolos e utensílios. Muitos tiveram que migrar para outras regiões em busca de trabalho (LEANDRO, 2008).

Diante das transformações sociais e das poucas chances de crescimento econômico, os governantes enxergavam, no século XXI, a saída para o período de inércia nos projetos de desenvolvimento delineados pela administração federal. No âmbito da construção de empreendimentos significativos para a região, considerados pelos visionários políticos como fonte de progresso, encontravam-se a construção da Ferrovia Norte-Sul e da UHE-Estreito.

Desse modo surgiu, por parte dos moradores, a expectativa de que algo ainda pudesse trazer melhorias ao município, àquela população esquecida. Os moradores acreditavam que propostas anteriores do governo federal pudessem ser de fato concretizadas na região, despontando para seus habitantes como fonte de emprego e geração de renda, atraindo outros grandes empreendimentos para a cidade, que poderiam ser mais um alicerce para alavancar de vez a expansão do capital econômico, efetivando assim o desenvolvimento local.

Com as promessas de desenvolvimento e de geração de emprego pela construção da UHEE e a da Ferrovia Norte-Sul, os babaçulenses eram impulsionados ao trabalho. Talvez essa visão tenha sido crucial para que esses indivíduos não percebessem, *a priori*, a

imensurável mudança nos aspectos territoriais, socioambientais e econômicos que o município e a população pudessem vir a sofrer em função de tais empreendimentos. Alguns moradores, entretanto, viam nas promessas uma esperança remota de que algo ali pudesse acontecer em consequência da implantação desses empreendimentos.

Em maio de 2007, os rumos do município passaram a se modificar depois da visita do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a inauguração do trecho de 100 km da Ferrovia Norte-Sul, que liga Babaçulândia a Aguiarnópolis e a muitos extremos do país. A obra foi planejada durante o governo de José Sarney e executada pelo governo Lula, com o intuito de fomentar o comércio das regiões isoladas e estagnadas por falta de oportunidades de trabalho e de escoação da produtividade agropecuária para os grandes centros econômicos do país. Em seu discurso, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva apontou uma maior movimentação econômica na região devido à construção da ferrovia e da hidrelétrica.

Algumas obras fazem mais do que encurtar distâncias, desenvolver economias, gerar empregos. Algumas obras mobilizam mais do que simplesmente recursos financeiros, máquinas, força de trabalho. Algumas obras são mais que o somatório do ferro e do concreto que a compõem, porque contemplam sonhos, mobilizam corações, tocam a alma de um povo.

A ferrovia Norte-Sul e a **UHE Estreito** é dessas obras, elas tocam a alma de cada cidadão brasileiro e de cada cidadão tocantinense. Aqui no estado, há quem considere a Norte-Sul quase tão importante quanto à própria criação do estado de Tocantins. Há quem a defina como o grande pulmão logístico, a grande revolução na geração de emprego e renda. Há quem a coloque quase no patamar de obras como a construção de Brasília e da BR-153 que Juscelino fez, a Belém-Brasília. E há quem diga, com simplicidade e poesia, que a ferrovia Norte-Sul toca a alma tocantinense. E eu digo que ela toca a alma do nosso País. (SILVA, 2007, n. p. - grifos nosso).

Dessa forma, a região Norte do país estava despontando no cenário nacional com a comercialização dos grãos e a exploração da bacia hidrográfica, pois a implantação da UHEE já era uma realidade, e as movimentações advindas da geração de emprego e de renda aumentaram o fluxo populacional do município, do modo como o presidente havia se referido em seu discurso.

1.2.1 Reassentamento Coletivo Baixão: caracterização e localização

A comunidade atingida da ilha de São José, universo proposto para realização da pesquisa de campo, encontra-se reterritorializada no Reassentamento Coletivo Baixão, zona rural do município de Babaçulândia (TO). Distante 20 km da sede do referido município, porção nordeste do Estado do Tocantins, conforme o mapa 2, e com as seguintes coordenadas geográficas: UTM – N (Km): 9.220.161 e E (Km): 180.149 (IBAMA, 2017), o

reassentamento se formou diante da desterritorialização dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito, que foi construída na primeira década do atual milênio na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins, nas cidades de Estreito e Aguiarnópolis, mutuamente.

A área para o reassentamento foi resultado de uma aquisição da empreendedora CESTE, que, conforme plano de remanejamento da população da empresa, instalou infraestrutura como medida compensatória para a população atingida. Nesse sentido, o local recebeu os moradores no período que compreende 21 a 24 de julho do ano de 2010. O público beneficiado é composto de 23 famílias que residiam na ilha de São José, 1 família que residia em outra área rural no município de Babaçulândia e mais 2 famílias residentes em uma área rural interferida que pertence ao município de Carolina/MA (IBAMA, 2017).

O Mapa 2 destaca a área da localização da UHEE no contexto brasileiro e a área urbana do município de Babaçulândia (TO), bem como a localização da ex-ilha de São José, no qual o rio Tocantins fazia bifurcação e banhava os dois lados desse local, hoje encoberto pelas águas do reservatório da hidrelétrica.

No mapa é possível verificar a localização do território onde se estabeleceu o Reassentamento Coletivo Baixão, que tem como via de acesso a TO/424, com entrada no povoado Corrente, à direita sentido urbano de Babaçulândia a quatro quilômetros da entrada deste povoado.

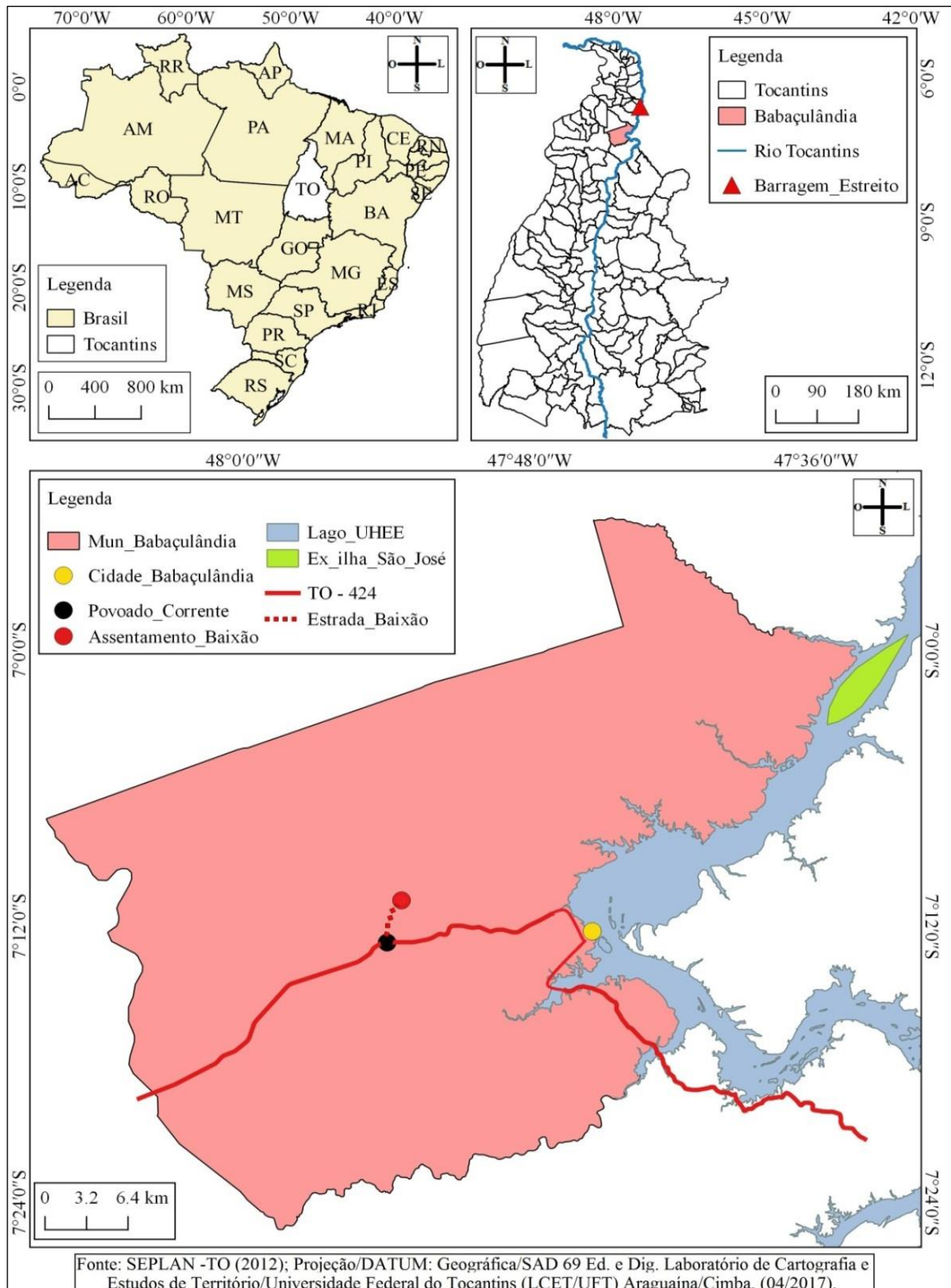
Importante destacar que a questão dos assentamentos rurais é uma política da reforma agrária que se constitui como política organizacional e via de regra tem feito parte da realidade social do país, proporcionando acesso a terra e consoante a isso, acesso aos serviços básicos fundamentais, como escola e saúde (SOARES, 2005).

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais estão em constantes movimentos devido à luta dos trabalhadores rurais assentados, a fim de adquirir as implementações sociais para a comunidade, culminando numa melhor qualidade de vida à população necessitada. Soares (2005, p. 01) enfatiza que as ações da reforma agrária não se restringem apenas à distribuição de terras, “[...] mas um conjunto de ações para que famílias possam produzir, gerar renda e também ter acesso aos direitos fundamentais”. Dessa forma, os assentamentos são comumente uma maneira de execução da reforma agrária. Bergamasco e Norder (1996, p. 7) admitem que;

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Nesse contexto, diante dos problemas de desigualdade social e extrema pobreza perceptíveis no Brasil, os assentamentos rurais constituem-se relevantes na geração de oportunidades de trabalho e renda em níveis relativamente equiparados e justos.

Mapa 2 - Localização da área de estudo



Fonte: SEPLAN – TO (2012), organizado por Sieben (2017).

Conforme Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos dão oportunidade para os sujeitos expressarem sua força de trabalho na terra, tendo como foco constitutivo a ação conjunta da família, permitindo-lhe sobrevivência no presente e no futuro. No que se refere à conceituação do termo, os autores enfatizam que estes se inserem num conjunto de múltiplas origens e por isso constituem-se em cinco classes:

- a) Projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando à ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; b) **reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas;**
- c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;
- d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis. (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 09 - grifos nossos).

Os autores enfatizam que a política de distribuição de terras no país ainda não é suficiente do ponto de vista estrutural, pois a aquisição de terras em grande maioria não se constitui em elementos fundamentais de assistências social às famílias, como: água, esgoto, saúde, moradia digna, transporte e educação e na melhoria da produção agrícola, como: terras férteis, assistência técnica e crédito rural. Na maioria dos casos, depois da posse da terra, inicia-se uma jornada de luta por melhorias e por melhores condições de vida na terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No caso dos reassentamentos dos atingidos por barragens, segundo Bergamasco e Norder (1996), constituíram-se ao longo da década de 1970, na ditadura militar, por meio da construção de grandes projetos hidrelétricos com foco no ágil desenvolvimento e deslanche da economia industrial e agropecuária. Dessa forma, os projetos iniciaram-se excluindo as questões sociais, sem qualquer planejamento e mensuração de seus impactos. Diante disso, as barragens eram construídas desconsiderando-se as populações residentes, de modo que inicialmente as medidas mitigatórias eram pensadas depois da construção dos empreendimentos. Contudo, a partir da década de 1980, as populações atingidas começaram a impor à forma arbitrária de disseminação dos megaprojetos hidrelétricos.

A construção desses projetos ainda insiste em operar em regime autoritário, porém é feito um planejamento prévio e estudos de impactos ambientais a fim de minimizar os efeitos na sociedade e no meio ambiente. Conforme o Dicionário⁵ *On line* de Português (2017, n. p.), a ação de reassentar, consiste em: “Novo assentamento; ação de fixar novamente, ou em outro

⁵ Conceito extraído do dicionário on line, 2017. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/reassentamento/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

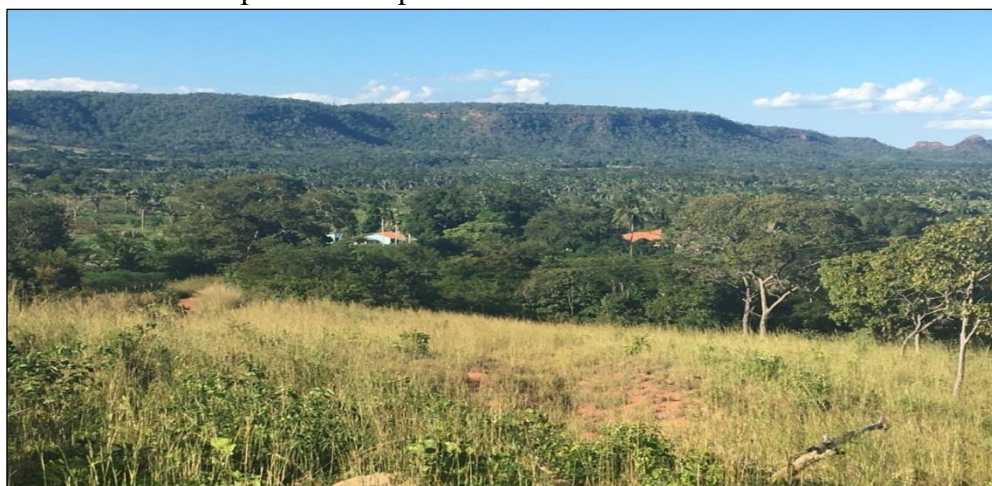
lugar, um grupo de pessoas que já estavam vivendo num determinado local, geralmente se refere aos trabalhadores e camponeses sem terra”.

Assim sendo, o Reassentamento Coletivo Baixão constitui-se em um “reassentamento” para os atingidos como medida mitigatória em compensação ao deslocamento dos moradores da ilha de São José. Muitos moradores da ilha tinham a escritura de suas terras e muitos ali habitavam há mais de 50 anos. Ou seja, existiam vínculos legais e principalmente subjetivos, constitutivos de pertencimento às suas propriedades, às suas benfeitorias e à natureza.

O CESTE executou o projeto de reassentamento com a construção de um conjunto de lotes com infraestrutura para comportar as famílias. Essas famílias são constituídas basicamente por ribeirinhos que viviam do trabalho de subsistência na agricultura e do cultivo de pequenas plantações, criação de animais e pesca, sendo em sua maioria agregados e moradores.

A foto 1 possibilita uma vista panorâmica do Reassentamento Coletivo Baixão, expondo a vegetação predominante na área, às palmeiras de babaçuais e as árvores típicas do cerrado. A área apresenta formações geológicas no local, os morros, que são uma paisagem bastante habitual em todo o município de Babaçulândia. A foto traz à esquerda uma residência de um reassentado e à direita o telhado da sede da associação de moradores, que por sua vez possui uma área de aproximadamente 200m².

Foto 1 - Vista panorâmica parcial do Reassentamento Coletivo Baixão



Autor: Pitombeira (Jul/2017).

A distribuição da área foi realizada conforme proposta que comportava duas alternativas. A primeira na modalidade de reassentamento rural agropecuário, que é uma área parcelada de 40 ha rurais individuais. A segunda alternativa é o reassentamento rural agrícola,

com área parcelada de 12 ha individuais (IBAMA, 2017). São enquadrados nessas modalidades

[...] os não proprietários residentes elegíveis e cadastrados em áreas requeridas pelo empreendimento, que comprovaram o vínculo com a terra, arrendatários, meeiros, agregados e outros trabalhadores. Pequenos proprietários ou posseiros de boa-fé residentes em imóveis rurais, com dimensão total inferior a 80 ha cuja propriedade remanescente resulte inviabilizada economicamente. (IBAMA, 2017, p. 02).

Essas áreas ficam distantes cerca de 20 km do reservatório da UHEE em Babaçulândia, conforme se pode observar no mapa 2. O relatório de Zoneamento Ecológico Econômico da região Norte do Estado do Tocantins (ZEE) (TOCANTINS, 2004) salienta que o clima predominante do estado é árido ou semiárido. Ainda consta no relatório que essa predominância climática é justificada “por processos morfoclimáticos pretéritos, cujo material desagregado, que capeia tais aplainamentos, resultou de um clima agressivo” (CASSETI, 1994 apud TOCANTINS, 2004, p. 67). Dessa forma, há um contraste iminente relacionado à área anterior, haja vista se tratar de uma comunidade rural estabelecida às margens do rio Tocantins.

Para o ZEE (TOCANTINS, 2004), o processo de humificação do cerrado tem consequências severas devido às altas temperaturas no período da estação seca, quando o Estado do Tocantins apresenta apenas duas estações distintas: verão úmido, que vai de outubro a abril, concentrando maior nível de chuvas nos meses de janeiro, fevereiro e março, e inverno seco acentuado, com um período de 4 meses de estiagem de junho a setembro, apresentando “[...] um padrão sazonal de precipitação ligeiramente diferenciado” (CNEC, 2001, p. 9). Essas características contribuem para limitar ainda mais os modos de vida dos reassentados, haja vista se tratar de uma ruptura na maneira de plantar, produzir e trabalhar com a agropecuária.

1.2.2 Ilha de São José: caracterização e relevância

Muitos povos habitaram os sertões tocantinense e maranhense num vasto ambiente de matas, serras, belezas, rios e produtividade em abundância. Esses povoados, quando localizados às margens dos rios, foram também habitados por povos indígenas de diferentes etnias (LEANDRO, 2008). Conforme documentário do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) de 2008, a história do povoado na ilha de São José está associada ao aumento das fazendas de criação de gado na área e à extração do coco babaçu. Com o fim da

comercialização do vegetal, a comunidade da ilha passou a viver da agricultura, da pesca, da navegação, da caça e do extrativismo de subsistência.

A ilha de São José localizava-se a 40 km da sede do município de Babaçulândia, havendo cerca de 70 famílias e um total de aproximadamente 350 habitantes. Seu povoamento ocorreu juntamente com a formação do município, ainda na primeira metade do século XIX, impulsionado principalmente pelas belezas naturais do rio Tocantins, sua biodiversidade e pelo usufruto de suas terras férteis e produtivas (IPHAN, 2008).

O acesso à ilha era feito com uso de barcos, que saíam do porto de Babaçulândia. Depois de aproximadamente uma hora de viagem, o rio era dividido pela fértil ilha de São José, com doze quilômetros de extensão da ponta de cima até a ponta de baixo e seis quilômetros de largura na parte central, sendo estreitada nas duas pontas. Essas medidas sofriam variações conforme o volume de água no rio. Como demonstrado na foto 2, “o Rio Tocantins se dividia em dois braços [...] braço direito, com vista para as serras e morros na margem do Estado do Maranhão, e braço esquerdo, que ficava de frente para a margem do Estado do Tocantins” (IPHAN, 2008, s/p.).

A foto 2 traz a mostra os morros que embelezavam a paisagem natural da ilha e a vegetação nativa da região. A vista panorâmica da ilha de São José demonstra o território outrora habitado pelos ilheiros. O rio Tocantins, envolvendo toda a área da ilha, também contava como parte do território, com o qual seus moradores tinham uma relação bastante íntima. O próprio rio era o local de guarda de seus materiais de pesca. Eles detinham saberes subjetivos, típicos de povos tradicionais, como por exemplo: de conhecer o rio, o cheiro da água, da terra, da brisa, a localização dos cardumes de peixes, dos botos, pontos mais profundos das pedras.

O sentimento de posse se tornava subjetivo e concreto ao mesmo tempo. Para os moradores, o rio era onde se dialogava com as opções de lazer e de prover a renda e o sustento familiar.

O território na ilha de São José era constituído a partir das famílias, que tinham suas linguagens, costumes, universo simbólico, modos de saber, de fazer e suas ciências. Ou seja, um modo de ser e de estar ali. Seus saberes coadunavam com suas prioridades, estando conjugados diretamente com o lugar em que viviam e ao longo de gerações geriam os recursos naturais. Essas pessoas estavam em harmonia com a natureza e essa os abrigava.

Foto 2 - Vista panorâmica da ilha de São José antes da UHEE



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

Esses povos viviam de modo que a agricultura de subsistência, o trabalho autônomo de exploração do rio (pesca) e a criação de rebanhos bovinos, além de outros animais, supriam o sustento de seus habitantes. Em adição, praticavam o partilhamento das atividades laborais. Esse modo de vida, que atendia aos seus anseios, fazia com que os moradores tivessem uma vida tranquila, caracterizada por laços afetivos de amizade ou mesmo por relações de parentesco, o que definia uma sólida relação social, consumada há décadas. Tudo isso contribuía para que se estabelecesse um forte vínculo com o território, propiciador da cultura local e fomentador das atividades laborais de onde era proveniente o sustento das famílias.

A ilha, por ser um território às margens do rio, possuía um solo rico e fecundo. A vegetação era típica do bioma Cerrado, em que se destacavam principalmente as plantas, como as palmeiras do coco babaçu (foto 2). A vegetação se diferenciava do centro da ilha para as margens, de modo que a diversidade de ambientes proporcionava ao território uma flora e uma fauna diversificada.

As árvores, como tamboril (*Enterolobium maximum*), gameleiras (*Ficus gomelleira*), mangueiras (*Hancornia speciosa*), mutamba (*Guazuma ulmifolia*), murici (*Byrsonima crassifolia*), jatobá (*Hymenaea courbaril*) e sucupira (*Pterodon emarginatus*), eram constantes no local e serviam de pontos de encontros para os moradores. Por outro lado, a variedade de frutas nativas complementava sua alimentação. A produção econômica no local tinha por base a agricultura e a pecuária de subsistência, além do extrativismo vegetal, que era realizado pelos ribeirinhos quando ali estavam.

O único atendimento público na ilha consistia em uma escola de educação básica, que atendia às crianças, de todas as partes da ilha, em idade escolar, precisamente no nível fundamental I e II. Por não dispor de atendimento básico à saúde, a comunidade tinha muitos de seus casos tratados pelos próprios moradores, que, possuindo seus saberes tradicionais, extraíam da própria natureza a erva adequada para a manutenção da saúde. Por mais esse motivo, os ribeirinhos viam na natureza uma forma de manter viva a sua cultura, a qual define-se como o processo de os homens se adaptarem ao meio e fazerem esse a eles se adaptarem (CUCHE, 1999).

Por esse e pelos demais motivos até aqui elencados, a ligação dos atingidos com o território anterior ainda é bastante intensa, de forma que a ilha continua sendo vista por eles como o lugar de segurança familiar nos aspectos econômico, cultural e social. Esses ribeirinhos, entretanto, por força da implantação da Hidrelétrica de Estreito movidos pelas promessas de um enganoso desenvolvimento que não resultou em efetiva melhoria em seus modos de vida, tiveram que sair de suas terras para dar lugar ao lago da UHEE.

1.2.3 Território como suporte: espaço como lugar de liberdade

Os ribeirinhos possuíam uma relação muito forte com o território, que além de fazer parte da trajetória de sua vida, era culturalmente reconhecido por eles como parte de suas histórias, pois fomentava várias atividades econômicas, no que tange à criação de animais e às plantações à beira do rio, com o solo às suas margens extremamente fértil. Essa conexão de afetividade entre os moradores e o ambiente biofísico converge ao pensamento de (TUAN, 1980, p. 91), para quem “[...] o meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligadas: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo”. O vivido e a experiência com a natureza são de fato paixões do homem que são projetadas por meio dos valores e das relações com o meio ambiente (TUAN, 1980).

Necessário destacar que as atividades realizadas pelos ribeirinhos movimentavam o comércio na feira livre da cidade com os frutos fornecidos por eles. Em suma, o rio exercia importante protagonismo na região, pois além da movimentação comercial do município, ainda atraía muitos turistas, que representavam um fluxo significativo para os comerciantes locais.

A ilha de São José tinha como cenário o rio Tocantins bifurcando-se ao meio, cuja beleza, que era rara, hoje se encontra encoberta pelas águas do reservatório da hidrelétrica.

Para Santos (2006), o espaço pode ser compreendido entre configuração territorial e as relações sociais, afirmação verificável na mudança social causada pela transformação espacial acarretada pela UHEE. O empreendimento energético privou as pessoas atingidas de seu modo de vida, costumes, afazeres e da ligação com a natureza.

À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc.; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p. 39).

Assim, as mudanças ocasionadas ao território atingido, que se configurava em espaço natural e passou a ser um ambiente alterado pela ação humana, ocasionaram grande perda aos moradores, pois esses já haviam se integrado física e afetivamente àquele território que, tendo sido perdido, abriu importante lacuna em sua vivência e sobrevivência. Suas relações de trabalho com o território e em grupo desestruturaram-se com a saída deles. As novas instalações, por sua vez, impõem graves dificuldades à vivência dos atingidos, impondo-lhes um estado comparável a um trauma.

O território não representava apenas uma parte do espaço com fronteiras politicamente definidas, mas um lugar permeado de significados. Para Saquet (2007), o território é uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). Na visão do autor, há um movimento constante entre esses pilares, perfazendo uma relação multiescalar na ação do tempo e do espaço que envolve o fenômeno da ação territorial.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações *no* e *do* processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais de territorialização semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. (SAQUET, 2007, p. 24).

Por essa ótica, é possível perceber a realidade da comunidade estudada, pois as relações se rematerializaram numa perspectiva de lucro e de desenvolvimento. Entretanto, trata-se de uma atividade visionária de empreendimento lucrativo. As comunidades tradicionais, apesar de habitarem aquele território há décadas, sofrem com o processo de desterritorialização cedendo compulsoriamente seu ambiente de origem para a materialização do empreendimento capitalista.

Em Saquet (2007), percebe-se que a conexão entre território, territorialidades e des-re-territorialização estão vinculadas às ações de poder. Por prerrogativas governamentais, podem ocorrer apropriação técnica e dominação de vastas áreas para diversos fins, provocando graves rupturas no modo de viver de comunidades tradicionais. Foi o que ocorreu aos ribeirinhos da ilha de São José, cujo futuro foi desenhado pela força superior do Estado. Eles possuíam sua identidade e seu convívio social, agora, no novo território, tentam refazer sua história.

Segundo Yi-Fu Tuan (1983), vivemos em um espaço que dá ideia de liberdade. Em função do modo como nele nos organizamos e a ele atribuímos significados, transformamos esse espaço em lugar. Para o autor, o espaço permite movimento, o que Landowski (2015), por sua vez, denomina “voluta”, que consiste no enovelamento do sujeito ao espaço, buscando o melhor ajustamento. Nessa movimentação, as paradas tornam possível que um ponto de localização espacial se transforme em lugar. Dessa forma, “[...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p. 6).

Por esse enfoque, entende-se que território é lugar em que o movimento é pausado. Para Santos (2006), esse movimento abrange não apenas as configurações territoriais como também as relações sociais. Assim, a comunidade garante todas as movimentações com segurança, principalmente seu direito de ir e vir, de controlar e desfrutar, de usar os recursos naturais no todo ou em parte, como seja satisfatório.

Um território, por ser historicamente propiciador das atividades laborais para o sustento da família, fomentando cultura, torna-se um objeto com fortes significados. Assim, um singular sentimento de pertencimento por ele é desenvolvido (TUAN, 1983). Neste estudo, tenta-se refletir sobre a mudança nos modos de vida da população atingida pela UHEE após a desterritorialização seguida da reterritorialização a que essas pessoas foram submetidas. A relação do grupo com o território de origem havia consolidado uma relação definidora de seu modo de viver. Apesar da mudança para o novo território, tais lembranças continuam presentes.

Na concepção de Raffestin (1993), o território é entendido enquanto artigo da apropriação do espaço acordado por relações de domínio, ou seja, pelo poder. Para o autor o espaço aparece como produto de mercantilização, e o território é conduzido pela premissa de que é o resultado da expropriação, apropriação e dominação.

[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve

num campo de poder. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintangmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta e abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. [...] O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143- 144 – aspas no original).

Assim sendo, para o autor o território é construído por nós, malhas e redes. Essas ações são feitas pela sociedade e constituem o território como material (SAQUET, 2007). O território tem um valor de uso e troca, ou seja, essa mercantilização é constituinte do território. As relações existentes no território constituem-se em territorialidades, de forma que “[...] a territorialidade está intimamente ligada ao modo como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar” (SACK, 1986 apud SAQUET, 2007, p. 83).

Nessa perspectiva, o território e a territorialidade são historicamente construídos e têm seus efeitos advindos do modo como estão sendo controlados por grandes grupos econômicos e pelo Estado, para os quais a territorialidade, em nome de uma suposta ordem econômica, constitui-se em um instrumento de poder. As classes menos favorecidas restam se adequar aos desmandos da legislação, do Estado e dos detentores de capitais nacional e estrangeiro (SAQUET, 2007).

[...] as pessoas compreendem os lugares orgânica e espiritualmente, de maneira conectada [...] há um apego à terra nativa, com amor e reverência. Os riachos, as montanhas e as fontes naturais são obras ancestrais de que ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. (SAQUET, 2007, p. 84).

Assim, a ligação dos ribeirinhos com o território se tornou extremamente próxima, não só pelos vínculos familiares e pela dependência econômica em relação ao lugar. Com o aumento da corrente capitalista, afirma Robert Sack (1986 apud SAQUET, 2007), ocorrem os modernos resultados. Sack denominou de “efeitos territoriais” essas transformações, uma vez que o Estado⁶ está ao lado dos agentes capitalistas. Isso considerado passa-se ao capítulo 2 deste trabalho, no qual será feita uma abordagem sobre a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia com foco na bacia do rio Araguaia/Tocantins.

Assumindo-se como recorte espacial a hidrelétrica de Estreito (MA) discute-se sobre o Estado e empreendedor CESTE e como esses agentes atuaram na instalação da UHEE e seus efeitos sobre a população atingida. Debate-se ainda como é feita a distribuição da CFURH aos municípios atingidos, especificamente em Babaçulândia (TO

⁶ No segundo capítulo será explorado a atuação estatal diante da construção dos empreendimentos capitalistas.

2. A ELETRICIDADE NO BRASIL E IMPACTOS NA AMAZÔNIA

Neste capítulo, procurou-se elucidar alguns aspectos da história da eletricidade no Brasil, bem como explicitar os impactos ocasionados à sociedade e ao meio ambiente pela construção de usinas hidrelétricas, sobretudo na região Amazônica. Dentro desse parâmetro, discutiu-se sobre a atuação do Estado e do empreendedor perante os processos de implementação da construção da UHEE.

Para mais esclarecimentos, precisou-se fazer um breve histórico do setor elétrico no Brasil, bem como a atuação dos governos do ano de 2002 a 2010 e as políticas públicas implementadas para o setor elétrico, sobretudo para hidroeletricidade. Nessa direção, percebeu-se que o Estado atuou como financiador e facilitador das licenças para execução dos projetos hidrelétricos, sendo meramente um governo reformista das ações dos governos anteriores, estimulando o crescimento das ações da iniciativa privada no setor hidroenergético.

Dessa maneira percebeu-se que o modelo energético adotado pelos governos brasileiros está primordialmente conectado a ideia desenvolvimentista que vem desencadeando uma série de governos adeptos ao longo dos anos. Esse discurso disseminou-se em nível nacional, local e regional de modo que toda essa premissa se esconde por trás de estratégias que se fazem presentes em inúmeros projetos hidrelétricos direcionados a região amazônica. Tais projetos são pensados, não apenas como obras estratégicas de infraestrutura, mas uma dominação territorial regularizada por órgãos ambientais e o governo brasileiro.

Analisaram-se, também, o forte potencial hídrico da região Amazônica e sua geografia atraente para a construção de usinas e quais as hidrelétricas em operação e em fase de planejamento, sobretudo nas bacias Araguaia/Tocantins. A importância das construções dos barramentos e a premissa de que essas construções estão atreladas ao progresso econômico se destacam neste capítulo.

Por fim, analisou-se como são feitos os cálculos da Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos – (CFURH), “*Royalties* hidrelétricos”, e como esse recurso é rateado entre os municípios atingidos. Considerando-se os discursos de representantes do CESTE e da prefeitura de Babaçulândia (TO), assim como a visita *in loco*, buscou-se constatar em que sentido esse recurso é empregado nas demandas das populações atingidas.

2.1 O modelo energético brasileiro: uma breve história

A história do setor elétrico no país a partir das hidrelétricas, cuja matriz é a suprema abundância hídrica dos rios, está dividida em três passagens marcantes. A primeira, originada no final do século XIX, momento marcado pela iniciativa privada para as primeiras usinas elétricas de pequeno porte, para comportar a demanda privada de pequenas fábricas do final do século passado até a criação do Código de Águas, em 1934. A segunda verificou-se a partir da vigência desse código até a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRÁS), em 1962 (BRASIL, 1977); por fim, tem-se a terceira, quando da criação da ELETROBRÁS até a efetivação de uma política nacional para o setor elétrico pelo governo federal e a criação de órgãos como o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) para regulamentar os setores (BRASIL, 1977).

O setor elétrico, embora deva seu impulso inicial a grupos estrangeiros que aqui aplicaram recursos financeiros e tecnológicos na geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica (MULLER, 1995), consolidou-se por meio de investimentos feitos pelo Estado nos anos de 1930 a 1980. Objetivando assegurar maior controle do setor energético, o governo federal criou, em 1960, o Ministério de Minas e Energia (MME), responsável por toda a política energética. Com sua implantação, instituíram-se órgãos fiscalizadores para o setor, resultando na extinção do CNAEE, sendo que as implantações de novos empreendimentos energéticos deveriam passar por alguns departamentos administrativos, inclusive com as fiscalizações necessárias do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) (BRASIL, 1977).

O DNAEE foi criado para planejar, coordenar e executar estudos hidrológicos em todo o território nacional, bem como fiscalizar e controlar qualquer empreendimento que altere o regime do curso dos rios, controlando os serviços de eletricidade no país. Dois anos depois de sua implantação, considerando-se nesse sentido uma constante busca por políticas de adequação no setor elétrico brasileiro, criou-se a ELETROBRÁS, que se constituiria como *holding* (empresa majoritária), à frente de todas as concessionárias, inclusive com autonomia administrativa sobre o capital financeiro (BRASIL, 1977).

Organiza-se, assim, uma companhia que toma desde o início as características de empresa *holding*, núcleo de um conjunto de concessionários que contam com grande grau de autonomia administrativa, passando a gerir, simultaneamente, vultosos recursos e tornando-se a principal agência financeira setorial. Sociedade de economia mista, ela planeja, financia, coordena e supervisiona os programas de construção, ampliação e operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; promove o desenvolvimento global do setor de

energia elétrica ao mesmo tempo em que atende às necessidades próprias de cada região do país. (BRASIL, 1977, p. 84).

Com a instituição dessa empresa, houve um momento importante na política energética brasileira, o que culminou com o fato de o Estado tornar-se responsável pela ampliação da geração de energia, enquanto sua distribuição ficava a cargo da iniciativa privada. Ainda no período de maturação da ELETROBRÁS, foi criado o Comitê de Estudos Energéticos da região Centro-Sul, tornando possível a criação de novos comitês para a região Nordeste e finalmente para região Amazônica. Tais levantamentos serviram de base para o governo federal, por meio do MME, realizar o Plano Nacional de Energia Elétrica (PNEE), voltado à expansão do potencial hidráulico, pois o país tinha abundante potencial, inclusive destacando-se como um dos maiores potenciais hidrológicos do mundo (BRASIL, 1977).

No Brasil, o uso da hidroeletricidade despontou em meados da década de 1970 (SILVA JÚNIOR, 2014). Com a crise do petróleo em 1972, por ocasião da expansão da política de mercantilização do uso do petróleo em nível mundial, houve a necessidade de buscar alternativas para suprimento da demanda, resultando numa maior propensão na utilização de várias fontes energéticas, tendo exponencial crescimento as fontes por meio hidrológico por se tratar de um aproveitamento eficaz e “limpo” do ponto de vista ambiental e econômico (BRANCO, 1990). Com essa inclinação, a energia elétrica gerada por meio de recursos hidráulicos representa hoje 61,1% do potencial instalado no país, e a capacidade instalada de geração é de 82,8% da eletricidade consumida (BRASIL, 2017).

A política energética do país está traçada técnica e financeiramente por meio da hidroeletricidade, que se sobressai diante das outras fontes devido, principalmente, a fatores financeiros. Atualmente o boletim trimestral da ANELL registra a potência instalada no país com todas as fontes em operação com outorga pelos órgãos ambientais.

O regime de geração por meio da hidroeletricidade se destaca com maior volume de megawatts instalados, conforme a tabela 1. Na tabela, as hidrelétricas apresentam um percentual de 61,1%, enquanto as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) apresentam um maior número de instalação e uma equivalência menor em potência instalada, de 3,3%. As fontes geradas por meio da Central Geradora Hidrelétrica (CGH's), usinas instaladas com potência igual ou inferior a 5.000 KW, representam 0,3% do cenário energético do país.

As termelétricas (UTE), a gás natural e termelétrica a carvão nacional e as usinas Termonuclear (UTN) apresentam 28,4% da potência instalada, gerada e consumida no país, respectivamente. A usina eólica (EOL) apresenta a equivalência de 6,8% e a Central Geradora

Solar Fotovoltaica (UFV), um total de 0,1%, ambas representando um baixo consumo e produção no país.

Tabela 1- Empreendimentos energéticos em operação no Brasil

Tipo	Quantidade	% do total	Potência instalada (KW)	% do total
Usina Hidrelétrica de Energia – UHE	219	4,7	92.605.229	61,1
Pequena Central Hidrelétrica – PCH	436	9,3	4.952.203	3,3
Central Geradora Hidrelétrica – CGH	603	12,9	521.000	0,3
Usina Termelétrica de Energia - UTE	2.952	63,1	41.119.492	27,1
Usina Termonuclear – UTN	2	0,0	1.990.000	1,3
Central Geradora Eolielétrica – EOL	423	9,0	10.364.042	6,8
Central Geradora Solar Fotovoltaica – UFV	44	0,9	23.761	0,1
Total	4.679	100	151.575.727	100

Fonte: ANEEL (2017), Organizado pela autora (Set/2017).

As fontes alternativas de energia despontam para a produção e consumo da hidroeletricidade, mas há que considerar o próprio avanço da tecnologia nas opções e a questão de mercados nesse processo. É visível que a política energética do país tem total supremacia do regime hidrológico, pois essa se configura pelo discurso do Estado como altamente vantajosa para o Brasil devido à abundância das águas dos rios.

Dessa forma, surge no país uma gigantesca fábrica de construções de concreto que, de certo modo, invadem o território brasileiro, alterando consideravelmente o panorama da paisagem, com repercussões nos aspectos econômicos, sociais e territoriais. Tais construções, denominadas barragens, são destinadas “[...] a barrar um curso d’água e proporcionar a formação de um reservatório, criando com isso um desnível entre montante e jusante para acionamento de turbinas hidráulicas” (MULLER, 1995, p. 19). As barragens, do ponto de vista oficial, são idealizadas com o intuito de garantir, em tese, o desenvolvimento do país e de assegurar o bem-estar da população e do meio ambiente.

Para Müller (1995), o Brasil tem despontado nos projetos de engenharia na construção das usinas, porém ainda não alcançou similar avanço no exercício da resolução dos problemas ocasionados pelos empreendimentos. Ressalte-se, entretanto, que conquanto sejam tomadas como símbolo de desenvolvimento operacional ou sustentável, possibilitando eletricidade à manutenção da indústria e do consumo, sem grandes obstáculos, as usinas hidrelétricas trazem ao meio ambiente e às populações atingidas verdadeiras catástrofes, provocando transformações no cotidiano de populações urbanas, tradicionais e indígenas, destruindo laços de convívio, relações sociais e ocasionando conflitos que se somam de diversas faces.

Esse outro lado do universo das barragens é, todavia, obscurecido tanto pela iniciativa privada quanto pelos governos, que ilustram outra face na construção dos empreendimentos, que é a proposta de desenvolvimento sustentável e progresso atrelado ao controle econômico-social.

Mas sua implantação tem, lamentavelmente, registros de experiências onde sociedades viram suas bases de sustentação econômica e seus valores socioculturais repentinamente solapados. Ainda que a geração hidrelétrica seja sustentável, algumas regiões atingidas para que ela fosse gerada tiveram, em lugar de desenvolvimento, retrocesso insustentável (MÜLLER, 1995, p. 45).

Assim, as políticas desenvolvimentistas predominam sobre os territórios, concebendo-os como áreas físicas, superfícies ou dimensões e, como ocorre rotineiramente como um espaço de governabilidade, desconsideram as adversidades existentes ao longo do processo da sua apropriação, dissimulando-as e até mesmo maquiando-as para que as configurações aconteçam sem discordâncias.

A conceituação de políticas públicas para o setor elétrico nacional, conforme Pase (2012), depende do contexto no qual está sendo utilizada. Nesse caso, o conceito adotado aqui se situa na concepção de Teixeira (2002), que afirma que políticas públicas “[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Ainda conforme o autor, essas políticas são implementadas por meio de leis, programas e financiamentos que servem para direcionar a devida aplicação dos recursos, principalmente no caso dos programas criados para incrementar uma ação governamental com foco no desenvolvimento do país.

Os governos de Fernando Collor de Melo (1990-1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciaram uma política econômica voltada para a superação da crise nacional decorrente ainda da política de redemocratização, oriunda da década de 1980. FHC via na implementação da economia a maneira de estabilizar e combater a inflação, o que demandou a participação de empresas privadas externas. Em decorrência, ao término de seu mandato, em 2002, havia várias empresas públicas e privadas, sobretudo no setor elétrico (PASE, 2010, 2012). Esse modelo governista, com influência da concepção neoliberal, visivelmente concebida na década de 1990 com o Plano Nacional de Desestatização (PND), tinha como foco principal a organização da economia do país e o desvelamento de problemas de cunho econômico.

[...] a perspectiva neoliberal, para combater o descontrole fiscal e financeiro oriundos da crise econômica, assim como evitar a estagnação da economia, seriam necessários o ajuste fiscal e o distanciamento do Estado de políticas sociais e,

principalmente da economia, lançando mão de privatizações para desonerar o Estado (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 30).

Nesse sentido, objetivando a retomada de crescimento no setor elétrico e, sobretudo, para o enfrentamento do desequilíbrio fiscal, ou seja, na tentativa de impedir o agravamento da crise financeira, o governo de FHC apostou na implantação de políticas de privatização como um pressuposto para a inserção do país nos limites do desenvolvimento mundial. No período que compreende os anos de 2002 a 2010, as políticas públicas para o setor elétrico passaram por uma remodelagem devido aos novos vínculos de autonomia estabelecidos pelo governo pós-neoliberal de Luiz Inácio Lula da Silva (PASE, 2012).

Referente às questões institucionais, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a ANEEL deixaram de protagonizar a política energética, como nos governos anteriores, passando o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a dar ênfase ao setor, inclusive sendo a ANP responsável por suspender leilões por grupos privados, ou seja, “a privatização do setor elétrico foi interrompida” (ROSA, 2013, p. 173).

Como forma de facilitar o desenvolvimento do setor, o governo Lula legalizou, sob a Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que permite ao Estado estabelecer parcerias público-privadas (PPPs), sobretudo na implantação de empreendimentos hidrelétricos. Nesse âmbito, as UHEs passaram a atuar sob o comando de Sociedades de Propósito Específico (SPE), montadas pelo próprio empreendimento. Isso considerado, PASE e Rocha (2010) observam que a ANEEL, criada sob a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, tinha a mesma premissa, visto que atribuía ao governo autonomia para conduzir o setor elétrico.

Nos anos de 2004 a 2010, o governo assume o compromisso de não romper com as políticas desenvolvimentistas e tão somente implementá-las. “[...] Não houve rompimento de contratos e o processo de privatização e desmembramento do setor elétrico em unidades de negócios (geração, transmissão e distribuição), bem como o marco regulatório que definia a outorga e prorrogação das concessões e permissões” (PASE, 2012, p. 123). As ações agora voltam-se ao aprimoramento de programas e projetos de infraestrutura, ao estímulo de investimento por parte da iniciativa privada e ao estabelecimento de PPPs.

Nesse modelo de governo, o setor elétrico passou por massivas mudanças à medida que ganha força o consorciamento de empresas privadas e as PPPs, sendo o Estado facilitador na garantia de investimentos econômicos, bem como no licenciamento das concessões de implantação e operação. É desse modo que esse setor adquire protagonismo, sobretudo, pela criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que, lançado no dia 28 de janeiro

de 2007, objetivava fomentar a economia, proporcionando a geração de emprego e renda. A estratégia do programa foi a implementação de obras de infraestrutura social e logística, sobretudo, no setor elétrico, com vistas a superar a inércia da economia que repousava, há mais de uma década (ROSA, 2013).

O PAC, segundo Rosa (2013), no que concerne ao setor energético, foi uma política de crescimento, principalmente pelo enfrentamento às situações emergenciais de falta de energia no país, pois ainda no ano de 2001 a política energética já dava sinais de colapso. A crise hidráulica nos reservatórios deixou o país em crise energética, culminando num racionamento. Assim foi possível pensar a inserção de outras fontes como o gás natural e a termelétrica para subsidiar as UHEs em tempo de crise hidráulica.

Com a retomada do crescimento do setor em virtude do PAC, foi possível nivelar os períodos críticos de seca no país. Em consequência, o setor elétrico retomou o planejamento estratégico como forma de ampliar a oferta, inclusive com a criação da EPE e o reinício de obras anteriormente planejadas, como linhas de transmissão e usinas hidrelétricas (ROSA, 2013). O autor destaca que inúmeros foram os avanços no setor elétrico durante o governo Lula, como a interrupção do processo de privatização do setor e a criação do Programa Luz Para Todos. No âmbito das mudanças implementadas para o setor elétrico, é relevante destacar algumas:

Descoberta do Pré Sal pela PETROBRÁS e mudança para o regime de partilha; aumento da participação da indústria nacional no petróleo; interrupção da privatização do setor elétrico e retorno do planejamento com a EPE; redução do preço da energia eólica e crescimento da geração eólica; universalização da energia elétrica com o Luz para Todos (exceção da Amazônia); prorrogações das concessões de hidrelétricas antigas e redução das tarifas para consumidores (ROSA, 2013, p. 179-180).

Para o autor, a política do governo petista para o setor elétrico teve importante significado porque pôde proporcionar uma crescente participação da sociedade no usufruto da energia elétrica, bem como um crescimento na economia do país. Nesse contexto, no qual o programa Luz Para Todos levou energia elétrica a um público de 12 milhões de brasileiros, uma grande parcela da população entrou no mercado de trabalho e adquiriu aparelhos eletroeletrônicos, ocasionando, assim, uma crescente demanda do consumo energético. Há que considerar, entretanto, as relações de força política subjacentes à produção e distribuição de energia elétrica, haja vista que

[...] tem sido colocada a necessidade de uma política energética voltada também para o lado da demanda, visando ao aumento da eficiência dos equipamentos, inclusive no setor residencial, sem com isso negar o direito de grande parte da população mais pobre aumentar seu consumo, dada as enormes disparidades existentes (ROSA, 2013, p. 189).

Destarte, com as políticas governamentais da primeira década do século XXI, percebeu-se a recuperação do dinamismo econômico, o avante em obras outrora paradas e a diminuição da desigualdade social. Pochman (2013) relata que a performance do governo dos anos de 2003 a 2011 foi considerada inédita.

Na perspectiva do PAC, coloca-se o planejamento estratégico de concentrar recursos na reconstituição da infraestrutura econômica e social abandonada pelo neoliberalismo e depauperada por mais de duas décadas de investimentos. Nos setores de energia (elétrica, fóssil, eólica), de saneamento e habitação popular e das ferrovias, aeroportos, portos, estradas, tecnologias, entre outros, a roda da economia começou a se movimentar, com importantes impactos regionais e locais derivados da volta dos grandes projetos nacionais de reforço à integração nacional (POCHMAN, 2013, p. 153).

No âmbito das ações implementadas pelo governo no setor elétrico, mormente pelas obras do PAC até 2010, registraram-se uma implementação de 10.852 MW de potência distribuídos em 16 Usinas Hidrelétricas–UHEs (2.586 MW), 57 Unidade Térmicas–UTES (6.311MW), 62 Pequenas Centrais Hidrelétricas–PCHs e 35 Unidades Eólicas–UEEs (710 MW), essas já concluídas. A previsão para o final de 2010 consistia em um acréscimo de mais de 15.274 MW distribuídos em 11 UHEs (8.797 MW), 31 UTES – (6.069 MW), 5 PCHs (78 MW), 11 UEEs (330 MW). Nessas obras em andamento, a UHEE (1.087 MW) estava, em outubro de 2010, com 95% da obra concluída (BRASIL, PAC, 2007- 2010).

As políticas implementadas no governo criador do PAC para as obras de infraestrutura indicam que o desenvolvimento do setor elétrico está atrelado à superação do subdesenvolvimento, no entanto isso não ocorre de maneira natural, pois à medida que são implementadas políticas de crescimento econômico e de melhorias na indústria e comércio, saúde, educação e transportes, uma parcela da sociedade fica à mercê dos projetos de desenvolvimento, como o caso dos atingidos pela UHEE da ilha de São José.

2.2 UHES da Amazônia: efeitos na sociedade e ambiente

O Brasil tem um grande potencial hídrico excedente localizado na região amazônica. Portanto, a EPE considera que a maior expansão da geração hidroelétrica acontecerá na região Norte. Essa região tem um histórico territorial bastante promissor e se constitui em um importante legado no espaço mundial e nacional, caracterizando-se pelas potencialidades de recursos naturais que têm atraído ao longo dos anos investimentos principalmente no contexto da extração mineral, atividades agropecuárias e exploração dos ecossistemas e biodiversidade.

Esses recursos foram percebidos nos anos de 1850 a 1899 por meio da navegação dos grandes rios, culminando na demarcação do território em meados de 1899 a 1930 (BECKER, 2009).

As políticas governamentais para expansão da região amazônica iniciaram-se, ainda durante o governo de Vargas, que impulsionou o processo de planejamento de desenvolvimento do país com a implantação do Estado Novo. No planejamento, discutiam-se a importância dessa região para o Brasil e a necessidade de povoá-la, de torná-la um território desenvolvido. Mas foi durante o governo de Juscelino Kubistchek que a política desenvolvimentista instituiu a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), iniciando um processo progressista para o povoamento do território.

Voltado para a expansão da energia e transporte, esse processo resultou na abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, oportunizando à região um significativo crescimento populacional entre os anos de 1950 e de 1960 (BECKER, 2009). Entre as diversas perspectivas pelas quais se focalizavam tais modelos de modernização sobressaía-se a ideia de que a região amazônica seria o ápice para o desenvolvimento do país. Contudo, com a expansão de projetos na Amazônia, verificou-se que desde o início os governos, em seus planejamentos, desrespeitaram a população residente em áreas atingidas em nome de um suposto desenvolvimento. Becker (2009) enfatizou ser impossível compreender o que se passa num lugar e, conseqüentemente, conceber e implementar políticas públicas adequadas sem considerar os interesses e as ações conflituosas das diferentes escalas geográficas.

[...] o privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais são as lições de como não planejar uma região (BECKER, 2009, p. 27).

A colonização dos espaços sem respeito às diferenças sociais e ecológicas fornece uma dura realidade; seus efeitos são severos às populações atingidas e ao meio ambiente. Grande parte da ação humana tem ocasionado conseqüências imutáveis na natureza e, conseqüentemente, na vida do homem. Esse, muitas vezes a pretexto de efetivar melhorias para a coletividade, mas na verdade em benefício próprio, transforma o meio em que vive, impactando a vida e o meio natural de subsistência de outros. Oliveira na obra *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia* (1988, p. 32), analisando as ações do Estado na região amazônica, esclarece que “[...] o Estado autoritário criou toda a sorte de políticas para

implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país”.

Apesar de se tratar de uma fonte de energia eventualmente renovável, a construção de empreendimentos hidrelétricos provoca impactos significativos e, muitas vezes, irreversíveis sobre o meio ambiente e a sociedade. Sendo assim, para melhor traçar um panorama sobre os efeitos desses empreendimentos tomaram-se como recorte espacial as principais hidrelétricas da bacia do rio Tocantins, que nutre a ideia de progresso para a região.

Conforme dados da Agência Nacional de Águas (ANA), os potenciais estimados para as regiões hidrográficas Amazônica e Araguaia-Tocantins apresentam, respectivamente potenciais de 107.143 MW e 26.285 MW (BRASIL, 2005). A região da Amazônia brasileira apresenta-se com características positivas à geração de energia pela via do sistema hidráulico devido à extensa quantidade de água e os declínios considerados na topografia dos afluentes do rio Tocantins (FEARNSIDE, 2015).

Em razão da abundância de recursos hídricos da região, estudos minuciosos com vistas à construção de usinas hidrelétricas na região iniciaram-se ainda em 1968, quando foi criado o Comitê de Estudos Energéticos na Amazônia (ENERAM) para levantamento do potencial hidroelétrico em 6.925.000 Km² de rio, sendo 63% no território brasileiro (BECKER, 2009). Considerando-se os resultados dos estudos, criou-se, em 1972, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), que subsidiando o processo de aproveitamento dos recursos hidráulicos, passaria a atuar

[...] nos estados do Pará, Amazonas, Acre e parte dos Estados de Goiás e Mato Grosso, respectivamente, ao norte dos paralelos 15° 30' e 18° e os Territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima, numa extensão geográfica de cerca de 4.908.000 km², equivalente a 50% do território nacional (BRASIL, 1977, p. 137).

A ELETRONORTE tem fundamental importância no cenário de geração de eletricidade no país, não só pelo controle de geração e distribuição de energia elétrica nesses estados, mas porque 80% do potencial hidrológico do país situam-se na região amazônica, ou seja, região de atuação da empresa (BRASIL, 1977).

Segundo Silva Júnior (2014) apud BECKER (1990), o setor elétrico se articulava orientado por duas propostas: uma consiste na finalidade de proporcionar energia com menor preço ao setor industrial, explorando o amplo potencial hidráulico; a outra proposta objetiva promover na Amazônia a colonização de áreas que se encontram sem o controle estatal, por meio de programas de integração social com total interesse do Estado de controlar o território.

Isso considerado, o Plano 2010, que consiste no planejamento para construção de barragens no Brasil, sobretudo na região Amazônica, e que foi liberado para domínio público

em 1987, listou 79 barragens projetadas para construção de obras nos rios brasileiros. Dessas, 68 estavam planejadas para região Amazônica. No entanto, as dificuldades financeiras do Brasil têm postergado algumas. Segundo Fearnside (2015), com o cumprimento desse planejamento, as represas inundariam uma extensão territorial de aproximadamente 10 milhões de ha, o que equivale a 2% da região da Amazônia Legal e aproximadamente 3% da porção brasileira da floresta amazônica.

Conforme o Balanço Energético Nacional (BRASIL, 2016), o Brasil atingiu a produção de energia de 74.417 MW na região Norte, sendo o Tocantins um dos estados com expressiva contribuição nessa produção, perdendo apenas para os Estados do Pará, com 36.600 MW, e Rondônia, com 24.537 MW. Esses dados são complementados com a injeção de pequeno acréscimo na potência de outras fontes renováveis nessa região, como a solar, a térmica, a nuclear e a biomassa, como explicitado na tabela 2.

Tabela 2- Geração de eletricidade por fonte hidráulica na região Norte

Nível de Brasil e região Norte	Geração Total (MW)	Fonte Hidráulica (MW)	Solar (MW)	Eólica	Nuclear (MW)	Térmica (MW)	Bagaço de cana (MW)	Lenha (MW)
Brasil	581.486	359.743	59	21.626	14.734	185.325	34.163	2.180
Norte	87.111	74.417	1	0	0	12.693	398	162
Rondônia	26.463	24.537	0	0	0	281	0	21
Acre	281	0	0	0	0	7.949	13	7
Amazonas	9.143	1.193	0	0	0	175	20	46
Roraima	194	19	0	0	0	1.703	0	35
Pará	38.304	36.600	0	0	0	396	102	53
Amapá	2.380	1.984	0	0	0	0	0	0
Tocantins	10.347	10.084	0	0	0	263	263	0

Fonte: BRASIL, BEN/EPE (2016).

Os dados da tabela 2 refletem o proeminente modelo energético adotado no país, com preponderante potência gerada pelo sistema hidráulico devido ao abundante potencial hidrelétrico estimado nos rios da Amazônia. Entende-se aqui por potencial hidrelétrico “[...] o potencial possível de ser técnica e economicamente aproveitado nas condições atuais da tecnologia” (BRASIL, 2015, p. 124). Ou seja, a estimativa feita baseada na potência firme, na geração máxima contínua. Nesse sentido, as condições hídricas da região amazônica contribuem para o cenário hidrelétrico. Observe-se que, das 31 novas grandes barragens solicitadas no Plano Decenal de Expansão de Energia 2011-2020, vinte e seis estão na Amazônia. Na figura 1, apresentam-se as usinas planejadas, as que estão em operação e aquelas em obras na Amazônia.

comunidades indígenas como os Munduruku e Apiakã (FUNDAÇÃO PROTEGER; INTERNATIONAL RIVERS; ECOA, 2017).

Por seu turno, a construção das usinas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, segundo o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (2017) ocasionou profundas mudanças no meio ambiente e na vida da população, sendo 35.000 o número de pessoas atingidas. Apesar de realidades como essas, a Agência Nacional de Águas (ANA) afirma que as construções de usinas são estratégicas para o governo federal, sob o argumento de que se trata de uma implementação no sistema elétrico nacional, o que resultaria em um ganho da energia garantida no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nesse sentido, a bacia hidrográfica Araguaia/Tocantins adquire acentuada importância, na medida em que tem inserido no mercado energético nacional mais de 26 mil MW de potência, o que justifica o grande número de usinas hidrelétricas instaladas em suas águas. Localizada na região de desenvolvimento da Amazônia Oriental que corresponde ao sul e leste do Estado do Pará e tendo como integrantes os rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. Essa bacia dispõe de 78% do potencial energético da Amazônia, 67,6 mil MW (SILVA JUNIOR, 2014). Situada na Bacia Araguaia/Tocantins, mais especificamente na divisa dos Estados do Tocantins e Maranhão, a Usina Hidrelétrica de Estreito ocupa posição privilegiada perante os mercados consumidores, razão por que essa região é colocada como prioritária para a construção de aproveitamentos energéticos (BRASIL, 2005).

Norteados primordialmente pela lógica do capitalismo, o processo de implantação desses empreendimentos desconsidera as riquezas diversas que cada lugar oferece, as particularidades naturais e culturais que definem cada território, o seu povo com seus modos de vida, de ser e estar em comunidade. Foi no contexto de sobreposição dos interesses dominantes, alicerçado pelo discurso de desenvolvimento econômico, que se deu a instalação da UHEE. Como veremos na seção a seguir, a implantação da usina de Estreito resultou no deslocamento compulsório de centenas de famílias, com perdas não apenas relacionadas a seus bens materiais, mas também à suas relações, à sua cultura, à sua história.

2.3 Usinas hidrelétricas no Estado do Tocantins

O Estado do Tocantins foi criado em 1988, fruto do desmembramento do norte de Goiás. Muito embora a SUDAM já tivesse incluída essa área na Amazônia Legal, o desmembramento foi importante para o desenvolvimento do setor elétrico. Com extensão territorial de 277.621 km² dentro da bacia Araguaia/Tocantins, abriga uma população de

1.383.445 habitantes (IBGE, 2017). Em decorrência da instalação desse estado, impulsionou-se a criação de empresas e órgãos, como a Concessionária de Energia do Estado do Tocantins (CELTINS), em 1989, que ficou responsável por todo o aparato energético de geração, transmissão e distribuição de energia do estado, antes sob a gerência da Concessionária de Energia Elétrica de Goiás (CELG).

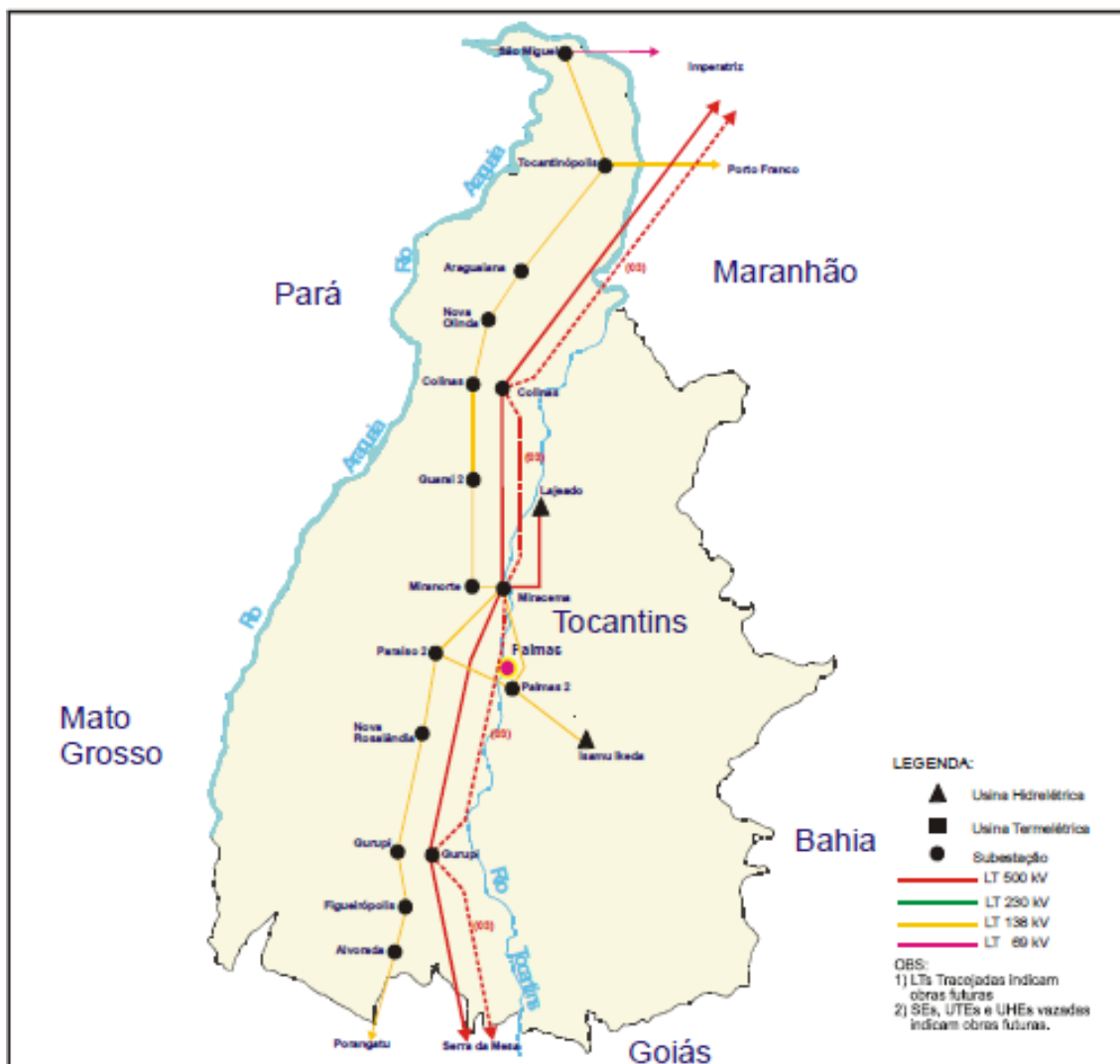
Conforme análise do relatório socioambiental da empresa CELTINS, consta que ela foi privatizada em 1989 com maior porção para o grupo Rede, majoritário da concessionária Cuiá Serviços de Eletricidade S.A., atuante nas regiões de Presidente Prudente e outras. Trata-se de uma parceria inédita entre governo e a concessionária (CELTINS, 2009), sobretudo nos serviços de distribuição de energia elétrica.

Nesse relatório da empresa explicita-se que no ano de 2005 foi modificado o modo de operacionalização do sistema de distribuição. Segundo o documento, houve um processo de desverticalização ancorado pela Lei nº 10.848/04, de 15 de março de 2004. Com esse processo a empresa consentiu acerca da proposta de desmembramento de geração hidráulica e transmissão de energia, passando a “atuar exclusivamente com atividades de distribuição de energia elétrica, efetivando seu processo de desverticalização” (CELTINS, 2009, p. 12). A distribuição de energia pela empresa é normatizada pelo contrato de concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 52/99 – ANEEL, de 28 de junho de 1.999, sendo acompanhada pela ANEEL.

Segundo o relatório de serviços da CELTINS (2009), na década de 1990 havia 144 localidades com interligação no sistema, que hoje é basicamente subsidiado pela rede de distribuição da CELTINS. O sistema de transmissão da Rede Básica da empresa atende às cargas norte e centro do estado. Diante da grande demanda existente, esse sistema ainda não está adequado para atender ao critério de contingência simples disposto na figura 2. “No trecho entre Imperatriz e Porto Franco, existe apenas um circuito em 230 kV, e a perda desse circuito provoca corte de carga temporário nessas regiões” (ONS, 2002, p. 99).

Concomitante à instalação dos sistemas de transmissão, em 1989, a capital do Estado do Tocantins, Palmas, era construída atraindo a corrente migratória de regiões centrais do Brasil. Ao mesmo tempo em que a capital era construída, os municípios de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Miracema cresciam devido ao fascínio, provocado nas pessoas, pelas promessas advindas com a criação do estado. Com o aumento da população, evidentemente houve a necessidade de ampliação de geração de energia.

Figura 2 - Sistema de transmissão de energia do Estado do Tocantins



Fonte: ONS (2002, p. 99).

Palmas foi construída à margem direita do rio Tocantins. Conforme os estudos de aproveitamento realizado em 1976, sob o comando da Eletrobrás por meio das empresas Engevix/Ecotec, o rio Tocantins apresentava grandes potenciais para a instalação de empreendimentos energéticos. Nesse sentido, para seus idealizadores a criação do novo estado e a implantação de usinas hidrelétricas ocasionariam um avanço no seu crescimento, tanto populacional quanto econômico e social. Grande foi a movimentação para povoá-lo e implantar novos empreendimentos energéticos (ARAÚJO, 2003).

Nessa perspectiva, pensou-se em utilizar a região do baixo Tocantins “[...] que vai de Tucuruí à foz, com uma extensão de 280 quilômetros, sendo esse trecho todo navegável no período da cheia” (FLORES, 2006, p.11), portanto, esse perímetro é estratégico para construção de empreendimentos energéticos (ANA, 2005). Até a criação do estado, em 1988, ainda não se pensava em concretizar os estudos elaborados pela Eletrobrás na década de 1970

na bacia Araguaia/Tocantins, sobretudo os empreendimentos de grande porte, salvo Tucuruí (PA).

Conforme relação na tabela 3, em 1976, havia um expressivo potencial energético nos estudos da bacia Araguaia/Tocantins de 209.000 MW. Segundo Araújo (2003), alguns dos projetos inventariados sofreram alterações devido à expressividade da área que seria inundada.

Tabela 3 – Potencial inventariado em 1976 no rio Tocantins e afluentes

Reservatório	Rio	Nível d'água máximo	Área máxima em (Km ²)
Maranhão I	Maranhão	640,00	615
Maranhão II	Maranhão	523,70	71
Maranhão III	Maranhão	523,70	434
			Subtotal 1.120
Tocantinzinho	Tocantinzinho	550,00	56
Almas	Almas	480,00	50
			Subtotal de 106
Uruaçu	Tocantins	480,00	478
São Félix	Tocantins	410,00	1.492
Peixe	Tocantins	330,00	1.960
Porto Nacional	Tocantins	237,00	1.744
Carolina Alto	Tocantins	197,50	3.860
Santo Antônio	Tocantins	140,00	627
Tucuruí	Tocantins	70,00	1.530
Lajeado Alto	Tocantins	237,00	2.950
			Subtotal 14.641
Paraná I	Paraná	348,00	1.607
Paraná II	Paraná	348,00	282
			Subtotal 1.889
Palma	Palma	340	Subtotal 198
M.A. Natividade	Manuel Alves	290,00	Subtotal 416
Balsas I	Balsas	320,00	458
Balsas II	Balsas	243,00	50
			Subtotal 508
Sono I	Sono	320,00	288
Sono II	Sono	253,90	222
			Subtotal 510
Farinha	Farinha	250,00	Subtotal 170
Santa Isabel	Araguaína	150,00	1.680
Itacaiunas I	Itacaiunas	230,00	1.030
Itacaiunas II	Itacaiunas	133,50	910
			Subtotal 1.940
			Total 20.714km ²

Fonte: (ELETRONORTE, 1988), 'adaptado por' Araújo (2003).

Em 1978, foi feita uma complementação na bacia do rio Xingu, elevando essa potência para 213.000 MW. A tabela 3 apresenta os reservatórios das usinas planejadas na década de 1970, bem como o alto potencial energético do rio Tocantins e seus afluentes. O rio Tocantins é fragmentado em três eixos, sendo o primeiro no alto Tocantins, estando entre a confluência do rio Almas e do rio Maranhão até a foz do rio São Félix (GO); o segundo no médio Tocantins da foz do rio São Félix até Carolina (MA) e o terceiro trecho denominado de

baixo Tocantins, que está entre a cidade de Carolina até sua foz no rio o Paraná região de Belém (PA), sendo todo o potencial do rio outorgado pelo Decreto nº 74279, de 11 de julho de 1974, em favor da ELETRONORTE para gerenciar o aproveitamento hidrológico do rio (ARAÚJO, 2003).

O desenvolvimento do setor elétrico no Estado está evidentemente marcado pelo desenvolvimento dos setores industrial, agropecuário, comercial, agroindustrial, entre outros. Segundo estudos de Araújo (2003), a demanda cresceu exponencialmente na década de 1990, que era de 35MW o consumo diário. Segundo o relatório da Celtins (2009), a empresa cobre uma área de aproximadamente 3,3% do território nacional, com mais de 1,2 milhões de clientes distribuídos em 139 municípios. Muitos recursos foram empreendidos pela empresa a fim de subsidiar a demanda crescente de 8,8% da classe residencial, 9,8% da indústria e de 6,2% do comércio (CELTINS, 2009). Atualmente o consumo atinge 2.187 GWh-ano e abrange 277.721 km², um mercado de 1.533.000 consumidores (ENERGISA, 2017).

Defendendo a premissa de que o Estado do Tocantins necessitava crescer economicamente e que a capital Palmas precisava se transformar em um importante polo turístico, foram sendo viabilizados meios de concretização dos potenciais inventariados no rio Tocantins e seus afluentes (ARAÚJO, 2003). Observou-se como reflexo do discurso governamental, que é pautado pela ideia de desenvolvimento econômico, o encantamento da sociedade, culminando numa sociedade meramente submissa, o que foi denominado por Zhouri et al. (2005) de “campo oligarquizado”, que consiste em ludibriar a sociedade com o discurso estatal de desenvolvimento. Como resultado, as populações atingidas têm seus destinos traçados pelos empreendedores que determinam os locais dos barramentos sem ouvir a opinião da população que residem em áreas de implantação (ZHOURI, et al., 2005, p. 22).

O rio Tocantins nasce na serra do Paranhã, com nascente no rio Maranhão, a 60 Km de Brasília, com extensão de 2.710 quilômetros a partir da junção dos rios Almas e Maranhão. “É um rio de planalto que favorece a construção de hidrelétricas” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 15).

É o segundo maior rio totalmente brasileiro, ficando atrás apenas do São Francisco [...] o que explica o grande número de usinas hidrelétricas instaladas em suas águas, [...] praticamente o está transformando numa piscina de grandes proporções [...] Estima-se que até o ano de 2020 serão construídas 12 usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins, o que evidentemente corresponderá a 12 lagos que ‘afogariam’ cada um 180 km de rio, o que ao cabo sobrarão apenas alguns quilômetros de rio entre uma usina e outra (SILVA JÚNIOR, 2014, p. 41).

Dessa forma, tem-se construído uma série de barramentos, o que tem transformado o rio Tocantins em um imenso “lago”, estabelecendo-se uma “monocultura das águas” (PINTO,

2001). Segundo dados do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (2017), são sete grandes usinas hidrelétricas operando atualmente nesse rio e em seus afluentes e quatro em processo de concessão, como se observa no quadro 2.

Quadro 2 - UHEs em funcionamento e em fase de projeto no rio Tocantins

HIDRELÉTRICA	ESTADO	LOCALIDADES	ANO	POTÊNCIA (MW)
Tucuruí I	Pará	Tucuruí, Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco	1984	4.200
Serra da Mesa	Goiás	Minaçu, Uruaçu, Niquelândia	1998	1.275
Lajeado	Tocantins	Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional	2001	903
Cana Brava	Goiás	Minaçu, Cavalcante, Colinas do Sul	2002	472
Peixe Angical	Tocantins	Peixe, Palmeirópolis, Paranã	2002	452
São Salvador	Tocantins	Paraná, Palmeirópolis	2006	241
Estreito	Tocantins/ Maranhão	Palmeiras, Estreito, Carolina, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Aguiarnópolis, Filadélfia, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Babaçulândia, Tupiratins	2007	1.087
Ipueiras (Projeto)	Tocantins	Brejinho de Nazaré, Ipueiras		480
Tupiratins (Projeto)	Tocantins	Tupiratins, Pedro Afonso		620
Serra Quebrada (Projeto)	Tocantins/ Maranhão	Sítio Novo, Itaguatins		1.328
Marabá (Projeto)	Pará	Marabá, Imperatriz		2.160

Fonte: Araújo (2003), Organizado pela autora (Set/2017).

De acordo com o Sócio-Ambiental de Barragens (2017), o processo de construção de usinas hidrelétricas no Estado do Tocantins, especificamente no rio Tocantins, iniciou-se ainda em 1981, quando foi permitida a concessão para o aproveitamento da UHE Serra da Mesa, iniciada em 1995 e posta em operação em 1998. Licitada com domínio de Furnas Centrais S.A. e financiada pelo BNDES e Banco Mundial, a UHE-Serra da Mesa situa-se no Estado de Goiás, nos municípios de Colinas do Sul, Minas Sul e Cavalcante (GO) e possui potência máxima de 1.275 MW, com reservatório de 1.784 km².

Em 2001, a UHE–Peixe Angical recebe a concessão da ANEEL para o grupo Enerpeixe, com 60% para Furnas S.A., por meio do leilão para iniciar os procedimentos de construção do barramento. Esse empreendimento de 452 MW de potência está construído nos municípios de Peixe e São Salvador do Tocantins (TO). O reservatório possui 294 km² e atingiu os municípios de Gurupi, Peixe, São Valério de Natividade e São Salvador do Tocantins (TO). Em 2002, a TRACTEBEL Energia GDF Suez vence o leilão para construção da UHE – São Salvador, no município de Paranã e São Salvador do Tocantins (TO). Essa entrou em operação no ano de 2010, com potência de 241 MW (BRASIL, 2005).

O ano de 2002 foi marcante para o setor elétrico do Estado, bem como para a capital Palmas, pois entrou em operação a UHE–Lajeado, atualmente denominada Luís Eduardo

Magalhães, que, atingindo uma área de 1000 km², abrange os municípios de Miracema do Tocantins, Lajeado, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Palmas (TO). A potência máxima, de 903 MW, está instalada nos municípios de Miracema e Palmas (TO). No mesmo ano, o CESTE vence o leilão da ANEEL referente à construção da UHE – Estreito. Em abril de 2011, a usina entra em operação com potência de 1.087 MW instalada no município de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO). Segundo o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (2017), os números apresentados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) somaram aproximadamente 5.000 famílias deslocadas compulsoriamente.

2.4 UHE Estreito e os atingidos pela barragem

A Usina Hidrelétrica de Estreito está localizada no rio Tocantins, na divisa dos Estados do Maranhão e do Tocantins, entre o município de Estreito, à margem direita, e Aguiarnópolis e Palmeiras, à margem esquerda. Localizada ao norte do Tocantins e no sudoeste do Maranhão, a UHEE dista aproximadamente 513 km da capital Palmas (TO) e 752 km da capital São Luiz (MA). O barramento está situado às margens da BR-010, no sentido Estreito-Carolina, distante 130 km de Imperatriz (MA). Importante ressaltar que a Casa de Força está instalada do lado maranhense, no município de Estreito, enquanto o Vertedouro localiza-se no município de Aguiarnópolis (TO).

A execução do projeto iniciou-se depois da ampla divulgação dos anseios de construção do empreendimento pelo Estado e empreendedor, sendo sua licença em definitivo concedida pelo IBAMA no ano de 2006. Com isso, deu-se início à obra no ano de 2007. Em 2010, com mais de 95% do cronograma físico da obra cumprido, o CESTE e o governo federal comemoravam a celeridade do projeto. A visita do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao canteiro de obras da UHEE marcou o fechamento da primeira comporta do vertedouro, iniciando-se o processo de enchimento do reservatório. Em 2011, a UHEE pôs em operação quatro unidades geradoras das oito turbinas do empreendimento, representando 50% da capacidade nominal instalada de geração de energia da Usina. No ano de 2012, todos os geradores estavam em pleno funcionamento (CESTE, 2011).

A UHE-Estreito inundou uma área de 43.532 ha (CNEC, 2001). Os municípios atingidos são: Estreito e Carolina (MA), Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (TO), consistindo em um fato marcante na história desses municípios.

O local onde o empreendimento está instalado compreende uma superfície de aproximadamente 47.000 km². Com 40 metros de altura, a usina dispõe de um reservatório que percorre uma área de 400 km², excluindo-se a calha natural do rio, e 555 km², incluindo-a. Os municípios atingidos tanto do lado maranhense como do lado tocantinense tiveram partes significativas de seus territórios inundados, com destaque para os municípios de Filadélfia (TO), com 18,3%, e Carolina (MA), com 36% do total de seus territórios inundados. Babaçulândia teve o equivalente a 14% de inundação (Tabela 4). A tabela 4 mostra o percentual de área inundada de todos os municípios atingidos.

Tabela 4 - Áreas inundadas pela UHE - Estreito por município e Estado

Município	Área inundada (ha)	Inundada %
Estreito (MA)	3.206	7,4%
Carolina (MA)	15.637	36,0%
Babaçulândia (TO)	6.099	14%
Barra do Ouro (TO)	4.231	9,7%
Darcinópolis (TO)	2.527	5,8%
Filadélfia (TO)	7.982	18,3%
Goiatins (TO)	525	1,2%
Itupiratins (TO)	243	0,5%
Palmeirante (TO)	1.373	3,2%
Palmeiras do Tocantins (TO)	1.709	3,9%
Total	43.586	100%

Fonte: CNEC (2001), Organizado pela autora (Set/2017).

A barragem é um empreendimento de enormes extensões e nesse sentido é ampla a área sobre a qual o lago da hidrelétrica em questão tem abrangência. Os dez municípios atingidos tiveram grandes mudanças em suas rotinas e nos modos de vida de seus habitantes, além de alterações ambientais e territoriais. O município de Babaçulândia, nesse contexto, teve inundadas áreas urbanas e rurais significativas, como o núcleo urbano Palmatuba, o centro da cidade, o porto de carga e descarga de transportes fluviais (rampa), o porto das mangueiras, além da praia do coco e da ilha de São José (OLIVEIRA, 2011).

Com a construção da UHE-Estreito, segundo o EIA-Rima, 1.020 famílias foram deslocadas compulsoriamente, no entanto, o Movimento dos Atingidos por Barragens registra um número bem mais abrangente, aproximadamente cinco mil famílias. Nesse contexto, dados do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (2017) registram que 913 imóveis urbanos e 1.498 imóveis rurais foram atingidos, entre esses imóveis, registraram-se a perda de duas igrejas e de nove escolas públicas. Essas informações corroboram os dados do EIA-Rima, segundo os quais 3.216 habitantes da área urbana e 4.721 habitantes foram atingidos de

forma direta e indireta, totalizando 7.973 pessoas, sendo 833 famílias da zona urbana e 1.205 famílias da zona rural (CNEC, 2001).

Da população atingida, conforme EcoDebate (2017), quatro povos indígenas não foram incluídos no EIA-RIMA na Área de influência Indireta (AII): os povos Krahô e Apinajé, no Tocantins, e Gavião Krikati, no Maranhão.

A magnitude do desastre ambiental e social se encontra nos benefícios minguados que o projeto produz à região, pois os grandes beneficiados desse empreendimento são os grandes centros consumidores do país. Isso é reflexo da ação humana e do conjunto de complexos que vão se construindo ao longo da história na busca pelo capital.

[...] quanto mais poderosa a maquinaria, mais riscos ela provoca para a vida humana e tanto maior é a pressão econômica para tirar dela mais lucro e desempenho. Explorando as riquezas da Terra, a forma capitalista de produzir afeta diretamente o meio ambiente, muitas vezes provocando impactos irreversíveis ou de difícil recuperação. Hoje os riscos produzidos se expandem em quase todas as dimensões da vida humana, obrigando-nos a rever a forma como agimos sobre o meio natural e as próprias relações sociais, obrigando-nos a questionar os hábitos de consumo e as formas de produção material. Muitas vezes a consciência dos riscos provocados pelas novas tecnologias no ambiente natural se torna alarmista, mas ninguém pode negar a gravidade da situação (BERNARDES; FERREIRA, 2005, p. 28).

As autoras contestam o argumento de que as transformações ocasionadas aos territórios inundados e às populações atingidas resultam apenas em benefícios, pois atualmente com a execução desse grande projeto muitas mudanças foram percebidas nos meios físicos bióticos e antrópicos. Cite-se, como exemplo, o fato de a elevação do lençol freático e a desestabilização do solo terem provocado a perda de práticas anteriormente executadas pela população, como barqueiros, pescadores, vazanteiros e a quebra do coco babaçu.

A alteração na qualidade da água nas extensões do rio Tocantins a jusante do barramento e a elevação do nível da água consistiram em mudanças permanentes sobre a vegetação, dada a inundação de 434 km² de áreas com diferentes utilizações. As deformações no solo e no rio provocaram perdas à fauna, incluindo espécies em extinção, à flora e à ictiofauna, caracterizando-se como grave problema de cunho ambiental e social (CNEC, 2001). Em resultado, os modos de vida da população atingida passaram por modificações consideráveis, haja vista que grande parte dos atingidos via na natureza e na cultura de subsistência a maneira de subsidiar o sustento, seus costumes e tradições.

Com o território tomado pelos projetos governamentais, o trabalho, a terra e a funcionalidade do meio social se distinguem das premissas naturais, submetendo-se a uma reconstrução. Ou seja, as comunidades atingidas são obrigadas a se adaptar à nova vida, tendo

que se adequar às condições precárias do novo território. A ruptura no meio ambiental e principalmente social nutre uma ideia de um recomeço, o que é denominado por Acserald e Silva (2011, p. 62) de “novas trajetórias sociais”.

Os autores enfatizam que as transformações impostas por esses empreendimentos mudam as trajetórias sociais das pessoas. “A terra por sua vez, sofre mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso” (ACSERALD; SILVA, 2011, p. 62). As terras, outrora livres, passam pelo crivo mercantil de produção feita para o capital fundiário, agropecuário ou objeto mercadológico de produção.

Acontece uma mudança radical do uso geral do solo, as terras deixam de ser totalmente férteis devido à interrupção do manejo natural do trânsito do rio, impedindo o fluxo de resíduos orgânicos. As populações desterritorializadas redirecionam os núcleos rurais e urbanos com novas correntes populacionais. Nesse processo, acontece a mudança nos modos de vida: a nova forma de apropriação de recursos, as mudanças nos sistemas reprodutivos da fauna da flora e da biodiversidade são acompanhadas por transformações no uso desses recursos, que são territorializados.

Importante destacar que a concepção de mudanças nos modos de vida é aqui assumida a partir de Acserald e Silva (2011, p. 63), que as compreendem como alterações de apropriação dos recursos naturais que “[...] se exprimem na privatização de bens livres ou na interdição de sua exploração”. Desse modo, atividades rotineiras e desenvolvidas por décadas, como a caça e o extrativismo vegetal, além de outras formas de uso dos recursos naturais, são desarticuladas, diminuindo o padrão de vida no que se refere às atividades de subsistência. O uso comum do território é desestruturado radicalmente.

No caso em estudo, as mudanças no ciclo natural do rio inviabilizaram a pequena frente de expansão de produção de vazantes, assim como as atividades atreladas aos meios biológicos. Em razão de alterações no ecossistema, a fauna, a flora e a ictiofauna foram inviabilizadas do ponto de vista da pesca e da caça depois da desestruturação do processo natural. Em consequência, instauraram-se na sociedade atingida novas redes de relações atreladas a novas práticas cotidianas, sobretudo atividades capitalistas, notadamente a venda de produtos como temperos e frutas, assim como o emprego informal, que tem se tornado típico no local estudado.

Magalhães (2007) afirma que nos casos de deslocamentos pelos projetos de desenvolvimento como barragens, ferrovias, estradas, aeroportos, etc., põem-se em pauta a violação dos direitos humanos, o direito de permanecer no seu local de origem e o direito de

continuar o ciclo natural e reprodução cultural das populações tradicionais, como indígenas e outros.

Sob o ponto de vista dos empreendedores, é ilegítima a condição de deslocado ou eco-refugiado. Referindo-se a esse último, Magalhães (2007, p. 84) advoga “[...] que nos projetos de desenvolvimento prevalece o interesse do ‘bem nacional’”. No caso do deslocado, a autora chama a atenção para duas frentes de mobilização, sendo elas: os deslocamentos ocasionados por desastres ambientais, naturais e as guerras, aqui prevalecendo uma questão humanitária e havendo, portanto, uma mobilização nacional e internacional; e os deslocamentos provocados por projetos de desenvolvimento, no quais o Estado se utiliza de instrumentos próprios, legislações específicas que obriga o cidadão a obedecer à autoridade estatal (MAGALHÃES, 2007).

As comunidades tradicionais e seus modos de vida sucumbem nas mãos dos empreendimentos capitalistas prevalentes. Concernente ao eco-refugiado, esse pode ser analisado caso a caso, porque pode estar em questão a perda judicial de um bem comum para o verdadeiro dono, no caso em questão o Estado (MAGALHÃES, 2007).

Ressalta-se que as comunidades tradicionais são aquelas oriundas de lutas sociais pelo reconhecimento de direito ao usufruto da terra, de seus modos de vida e de suas tradições. Trata-se daqueles povos que fazem força para permanecer em seus respectivos territórios frente “à usurpação por parte do Estado-nação e outros grupos sociais vinculados a este” (LITTLE, 2002, p. 23).

O conceito de atingido surgiu na tentativa de dar autonomia territorial aos grupos atingidos. Nessa perspectiva, a comunidade ilha de São José, por ter uma vida marcada por gerações, sobretudo desde os anos 1950, era formada por ribeirinhos que tinham vínculos profundos com o território. Por essa razão, pode, conforme Little (2002), ser considerada uma comunidade tradicional. Os povos tradicionais, explica esse autor,

[...] procura[m] oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade (LITTLE, 2003, p. 23).

Assim, as consequências sociais das barragens são inúmeras e têm como desfecho o deslocamento compulsório, esse compreendido, segundo Cernea (1998 apud MAGALHÃES, 2007, p. 99), como “[...] aquele provocado por projetos”. A autora contesta relatórios, inclusive de bancos interamericanos, que apontam tais deslocamentos como sendo de importância crucial para o desenvolvimento regional ou nacional. Segundo Magalhães (2007),

o paper técnico de Cernea (1998), por seu turno, esclarece que o deslocado compulsoriamente culmina no reassentamento involuntário, sendo esse o diferencial entre os deslocamentos por via catastrófica e guerras.

Magalhães (2007) explicita que esses deslocamentos são defendidos pelo Estado e por órgãos capitalistas sob a premissa de alavancar o desenvolvimento econômico nacional, sendo compreendidos pela autora como aqueles que são atingidos pelos seguintes projetos:

[...] barragens para qualquer fim (irrigação, energia, abastecimento de água); corredores de transporte (ferrovias, estradas, aeroportos); linhas de transmissão, canais de irrigação; infraestrutura urbana (metrô, avenidas; expansão da cidade); portos; exploração de minas; proteção de áreas de pastagens ou rotas de transumância. (MAGALHÃES, 2007, p. 99).

Os projetos de desenvolvimento, entretanto, não raro ocasionam o deslocamento involuntário e, por isso, diferem dos demais. Acrescente-se o agravante de que as vantagens nacionais de longo alcance para a sociedade confrontam-se com os direitos de grupos sociais que vivem em áreas de abrangência desses projetos e que via de regra têm suas vidas atingidas velozmente (MAGALHÃES, 2007).

Necessário esclarecer que, diante da desterritorialização, a concepção de atingido tem sido foco de discussão abrangente e evolui desde a década de 1970. Desse modo, a denominação do campo atingido tem buscado desmistificar os conceitos anteriormente estabelecidos pelas empresas construtoras de barragens e pela legislação, que inicialmente consideravam como atingidos apenas o território inundado, seus proprietários e suas benfeitorias. Vainer (2003) denominou esse campo de consideração de concepção patrimonial-territorialista e de concepção hídrica. No entanto, o autor destaca a evolução desse termo e sua abrangência, de modo a afirmar que o mesmo passa a comportar o reconhecimento de direitos.

A noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. (VAINER, 2003, p. 01).

Para Vainer (2003), a caracterização do termo atingido tem variações no tempo e no espaço, pois refere a uma categoria em constantes disputas, dado que as tensões sociais têm ocasionado imensuráveis conflitos, trazendo à tona diversas faces da concepção desse termo. Melo e Chaves (2012), utilizando-se de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), afirmam que houve no município de Estreito (MA) 1.150 conflitos de origem de barragens e açudes em função de descumprimento da legalidade. No município de Babaçulândia, as autoras relatam

36 conflitos entre a população atingida e a UHEE, esses ocasionados pela luta por justa adequação nos reassentamentos e reconhecimento da condição de atingido.

As empresas do setor hidrelétrico têm assumindo tanto a concepção territorial-patrimonialista quanto a concepção hídrica. Na primeira, conforme a visão do empreendedor, o território atingido é tido como sendo a área inundada e as pessoas a serem indenizadas são aquelas consideradas os proprietários de terras com suas benfeitorias, ou seja, considera-se tão somente, o patrimônio territorial inundado (VAINER, 2003).

Nesse sentido, uma gama de efeitos produzidos a diferentes categorias da população atingida é ignorada. A concepção hídrica adotada pela legislação, conforme esse autor, concebe atingido apenas como o inundado, desconsiderando-se os não proprietários – meeiros, posseiros, arrendatários, o que impede que os efeitos dos empreendimentos sejam percebidos de forma abrangente. Ou seja, esse modo de ver o atingido limita o alcance dos impactos do empreendimento hidrelétrico sobre o terreno inundado pela barragem, deixando de considerar aspectos de caráter socioeconômico e ambiental.

Exclui-se qualquer dano causado a áreas que não são inundadas pelas águas do lago, de modo que quaisquer efeitos ocasionados pela UHEE a outros territórios, como os de cunho social, por exemplo, não implica considerá-los como atingidos. Nessa perspectiva, conforme o próprio CNEC (2001), os efeitos da UHEE serão notados por mais 22 municípios e algumas áreas destinadas ao lazer da população, sendo quatro praias: Filadélfia, Babaçulândia, Palmeirante e Barra do Ouro; e duas ilhas, a dos Botes e a de São José.

A categoria atingido, destaca Magalhães (2007), é predominantemente brasileira, porque nas últimas décadas nossa sociedade vem assistindo à disseminação de projetos hidrelétricos comandados por empresas hidrelétricas e subsidiárias do grupo ELETROBRÁS. O surgimento da legislação ambiental foi o início da expansão do termo, no entanto, movimentações sociais, como as do MAB; Banco Mundial; comissões de variadas nuances; e organizações internacionais, entre elas a *International Financial Corporation* (IFC), têm contribuído para superação das concepções iniciais excludentes (MAGALHÃES, 2007).

Conforme Vainer (2003), essa movimentação tem contribuído para ruptura da concepção supressória. A IFC publicou a *Resettlement Handbook*, abordando uma mudança relevante sobre o deslocamento físico e deslocamento econômico. O primeiro referindo-se à “recolocação física das pessoas resultante da perda de abrigo, recursos produtivos ou de acesso a recursos produtivos (como terra, água e florestas); o segundo “resulta de uma ação que interrompe ou elimina o acesso de pessoas para recursos produtivos sem recolocação física das próprias pessoas” (IFC, 2001 apud VAINER, 2003, p. 6). Nesse contexto, o MAB

tem envidado esforços com vistas a incluir áreas não inundadas no marco regulatório de políticas públicas de reparo à população diretamente atingida pelos efeitos das barragens. Ou seja, trata-se de uma luta que tem como principal objetivo transgredir a premissa do setor elétrico de considerar apenas o inundado e o território perdido. Para o movimento, é preciso analisar todo o universo das barragens, inclusive depois de anos de construção.

Todos aqueles que se virem sujeitados aos seguintes impactos – sem o conceito restritivo de ‘polígono do empreendimento’ (previsto no Decreto 7.342/2010):

- I. Perda de propriedade ou da posse de imóvel;
- II. Perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel parcialmente atingido;
- III. Perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos;
- IV. Perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente;
- V. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais;
- VI. Inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações;
- VII. Prejuízos comprovados às atividades produtivas locais à jusante e à montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações;
- VIII. **‘Comunidades e populações anfitriãs’**: impactos negativos sobre os meios e modos de vida das comunidades que acolherão os atingidos pesqueiros (MAB, 2013, p. 20-21 – grifos nossos).

Nesse sentido, foi se nutrindo a ideia de que, na conceituação de atingido, não se trata apenas de considerar os inundados e o território perdido, e sim olhar sistematicamente para os modos de vida que se perdem ao longo das construções de barragens (MAB, 2013). No entanto, ainda que o conceito de atingido aqui assumido esteja assentado na concepção de Vainer (2003), ressalte-se ser de maneira absolutamente particular, qual seja sob a questão identitária: ser atingido é compreender-se realmente como atingido.

A empreendedora CESTE não mensurou as condições não materiais da população estudada e tampouco as relações subjetivas, tidas aqui como os vínculos sociais com as pessoas e com o território e ainda as relações simbólicas culturais com a natureza e o rio. Nas pesquisas de campo realizadas no Reassentamento Coletivo Baixão, os moradores em seus depoimentos citam os laços simbólicos e apego ao território, explicitamente com a natureza e o rio.

Tomando-se, portanto, como ponto de partida a construção da UHEE, e considerando-se, nesse contexto, a concepção de atingido, na seção abaixo concentrar-se-ão esforços em destacar as questões referentes à atuação do Estado e do empreendedor na implantação da usina e a distribuição da Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) – (*Royalties* hidrelétricos) para o município de Babaçulândia (TO), bem como analisar, por meio dos diálogos realizados com o ex-gestor municipal, gestor atual, funcionário efetivo

municipal e com representantes do CESTE a forma como está sendo feita a aplicação desse recurso.

2.5 O Estado e o CESTE: compensação financeira da UHEE

O contexto dos empreendimentos hidrelétricos envolve um número significativo de atores sociais. Dentre esses se destacam as populações da área de influência direta (AID), as populações locais, as regionais residentes nas áreas para onde os atingidos serão reassentados, as instituições financeiras nacionais ou internacionais, o consorciamento responsável pela execução do empreendimento, as empresas de consultoria e as instâncias governamentais e administrativas, o “Estado” (ZITZKE, 2007).

Estes atores conformam um sistema de interações complexo, aberto a negociações e conflitos de diversos tipos e sujeitos a distorções, presentes em todo processo de comunicação onde os interesses em jogo e os sistemas de codificação das mensagens estão longe de serem homogêneas [...] a sociedade e a natureza são os resultados de práticas nas quais nem todos os atores são humanos. (ZITZKE, 2007, p. 123).

No contexto da implantação da UHEE dois atores sociais, o Estado e o empreendedor CESTE, agiram para que sua instalação fosse percebida absolutamente como algo benéfico à sociedade. A UHEE foi enunciada estritamente como símbolo de desenvolvimento e progresso para a região Norte do Estado do Tocantins e para o Brasil. Entretanto, desde o ano de 1964, ainda que defendida sob a premissa de promoção de desenvolvimento econômico e social, a construção de empreendimentos hidrelétricos tem se constituído, por ações do Estado, como uma forma de consolidação do sistema capitalista.

Este agente prepara o terreno, regulamentando e organizando o espaço através de infraestrutura e incentivos para que as empresas (capitalistas) se instalem. O capital, isolado não consegue se instalar e assim necessita do Estado. Contudo é o sistema que controla o Estado e o sistema é controlado pelos detentores de poder. (SIEBEN, 2012, p. 59).

O Estado assumiu a organização econômica espacial baseando-se nas tecnologias aliadas ao capital estrangeiro e às forças exógenas, mas de forma que, desde o início, as ações estatais fossem culminando na mercantilização da natureza (BECKER, 2009). Essas forças uniformes foram a prerrogativa encontrada pelo Estado brasileiro para abertura de caminhos produtivos para a potencialização do capitalismo. Essa metodologia encontrada pelo Estado foi o início do processo dos deslocamentos compulsórios das classes menos favorecidas, de modo que “[...] as hidrelétricas compreendem um complexo jogo de interesses estatais e imperialistas” (SIEBEN, 2012, p. 63).

A visão hegemônica criada pelo Estado no sentido de crescimento econômico e progresso nutre em alguns intelectuais o desejo de estudos mais avançados, como o caso do grupo de Estudos Subalternos da América Latina (*Latin American Subalternos Studies Group*), mencionado por Laschefski (2011). O autor menciona que tais estudos foram criados para entender a atuação hegemônica no que se refere aos subalternos. Esses estudos têm visões relevantes, haja vista que se utiliza das premissas de Antônio Gramsci. Pelos estudos de Laschefski (2011), Gramsci tinha um pensamento arraigado em relação à hegemonia do Estado.

[...] a hegemonia como sistema de poder dominante não redutível à estrutura do Estado e às elites que o sustentam [...] considerou ainda as práticas de construção e manutenção do poder que englobam o discurso social, político e cultural com a finalidade de subordinação de todo o social, formando assim o aparelho da hegemonia. (LASCHEFSKI, 2011, p. 25).

Vale destacar que o conceito de subalterno aqui “[...] refere-se a uma pessoa ou grupo sem acesso às estruturas hegemônicas de poder, caracterizando, assim, um estado de exclusão” (LASCHEFSKI, 2011, p. 25). Nesse sentido, a hegemonia estatal transgrediu os direitos dos cidadãos ribeirinhos, que, em função da violência simbólica estatal magistralmente articulada, tiveram que abrir mão de seu território original.

Para Bourdieu (1984, p. 490), o Estado define-se como “[...] instância oficial, reconhecida como legítima, isto é, como detentora do monopólio da violência simbólica legítima”. O Estado, por meio de concessão, atribui ao CESTE a condição de dominante em face dos ribeirinhos da ilha de São José, que não tiveram alternativas a não ser abandonar suas propriedades para dar lugar ao reservatório da UHEE.

Conforme Zitzke (2007), o discurso do Estado do Tocantins era trazer para a sua jurisdição a produção de energia e, nesse sentido, persuadiu a sociedade sob a alegação de que isso resultaria em desenvolvimento sustentável, além de alavancar a geração de empregos e renda para a população tocaninense.

Em discurso na inauguração da usina, no ano de 2012, o ex-governador Siqueira Campos mencionou que o canal do rio no local onde se localiza a UHEE foi muito especulado no passado para busca de diamantes. No entanto, o ex-governador ressaltou que o grande tesouro é a usina e seus geradores. Sua efetivação se constitui em desenvolvimento devido ao seu poder de geração de energia e produção de recursos (CONEXÃO TOCANTINS, 2012a).

[...] viabilizou-se a possibilidade de modernização do estado em contexto sustentável, conquistando e manipulando a opinião pública da mesma forma se tentou fazer com a UHE Estreito, utilizando do poder de convencimento e

aproveitando-se de casos particulares onde alguns atingidos conseguiram melhorar de vida. (SIEBEN, 2012, p. 69).

Conforme Bourdieu (2014, p. 309), o Estado é uma “[...] instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens, sem exercer coerção permanente [...]”. O Estado, juntamente com o CESTE, implantou a UHE sob a alegação de manutenção da ordem econômica. Na medida em que a usina se sustentou em uma promessa de progresso, sua instalação trouxe problemas de cunho social cuja resolução, lamentavelmente, não foi planejada pelo Estado e pelo empreendedor. A população atingida da ilha de São José, em Babaçulândia (TO), teve seus modos de vida modificados. São mudanças irreparáveis do ponto de vista sentimental, patrimonial e cultural.

Em discurso na inauguração da usina, no dia 17 de outubro de 2012, o então Senador da República, João Ribeiro, enalteceu a implantação da UHEE e afirmou que o empreendimento seria o ápice para a região Nordeste do estado. “Quando uma usina é entregue à população de uma região, muda para melhor a realidade das pessoas que moram naquelas cidades. A usina gera emprego, renda e se transforma num marco para as cidades abrangidas” (CONEXÃO TOCANTINS, 2012b).

O discurso do então senador imprime ao empreendimento uma tonalidade auspiciosa, a de que, mesmo antes de começar, já estaria causando transformações no panorama urbano e econômico de uma região. Esse discurso, em comparação com a situação dos ribeirinhos da ilha de São José, apresenta-se um tanto quanto contraditório, uma vez que os municípios e a população atingida ficaram sem seu território e impossibilitados de praticar seus modos de vida e conseqüentemente suas atividades econômicas.

A violência simbólica consiste em “[...] uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22). A violência simbólica, assim compreendida, manifesta-se quando o dominado concebe como natural a dominação à qual se submete, por não dispor de conhecimentos necessários para pensar-se dentro de sua relação com o dominante.

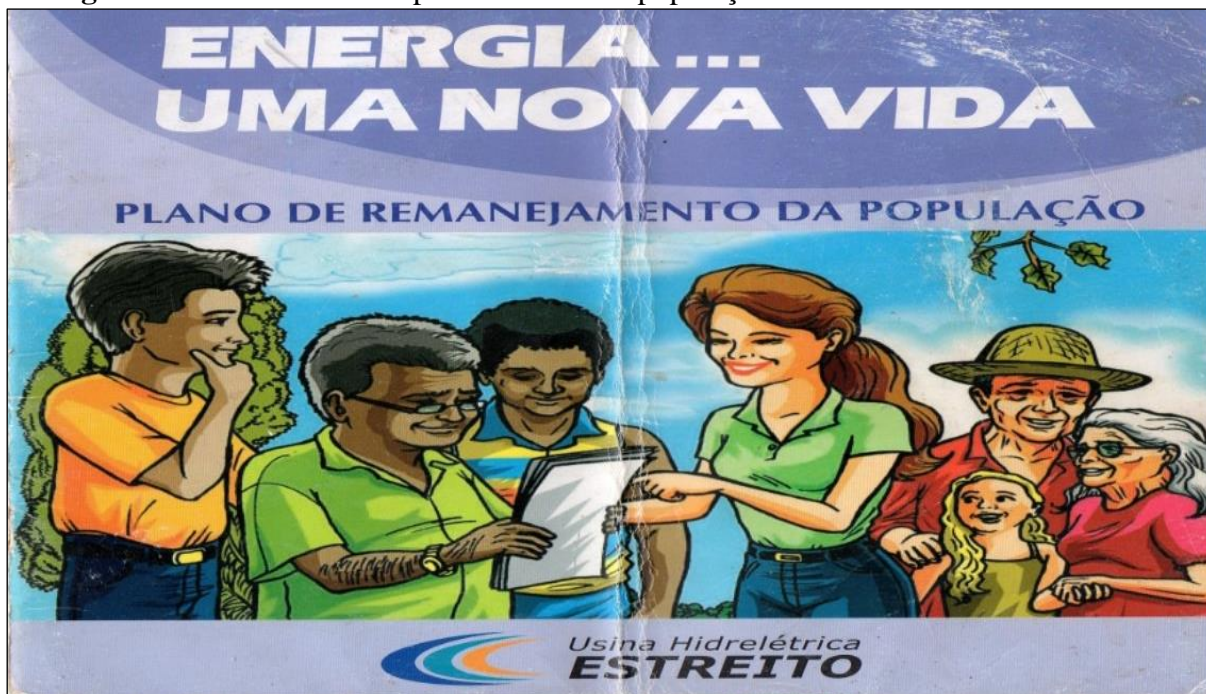
Bourdieu (2012) chama a atenção para o equívoco de entender simbólico como oposto de real. Na verdade, longe de tratar-se de uma agressão meramente espiritual, a violência simbólica resulta em efeitos reais, efetivos. A violência simbólica que, por força das ações do CESTE na e para a instalação da UHE, sobreveio sobre os atingidos consubstanciou-se por investimento maciço na circulação de informações pedagógicas mobilizando simpatizantes para o empreendimento. Após a aprovação da licença para início das obras da UHEE, iniciou-

se a publicização do evento. Muitos folders, banners, jornais, revistas, matérias jornalísticas nos meios de comunicação e panfletagens.

Esta circulação de informações propagava em todos os âmbitos, inclusive nas zonas rurais a serem atingidas, informações técnicas do empreendimento e, sobretudo do engajamento da empresa com a população atingida. Dentre essas publicações a cartilha⁷ de remanejamento da população com o título *Energia... Uma nova vida* foi distribuída nas áreas de influência da UHEE em 2007 informando aos leitores sobre as supostas vantagens da usina.

A cartilha, contendo 20 páginas, engloba informações, num contexto geral, acerca do esquema de mitigação proposto às famílias pelo empreendimento. Seu conteúdo é basicamente destinado para classificar a população atingida a ser indenizada, de modo que a dinâmica utilizada para fornecer as informações aos leitores revela o interesse didático do CESTE. O assunto abordado mostra o sistema de exclusão social, pois a cartilha indica, nos moldes da indenização, quem seriam ressarcidos e em qual categoria seriam encaixados, posto que, de alguma forma um determinado grupo foi excluído de tal contemplação.

Figura 3 - Cartilha CESTE para convencer a população a abandonar os modos de vida



Fonte: CESTE (2007).

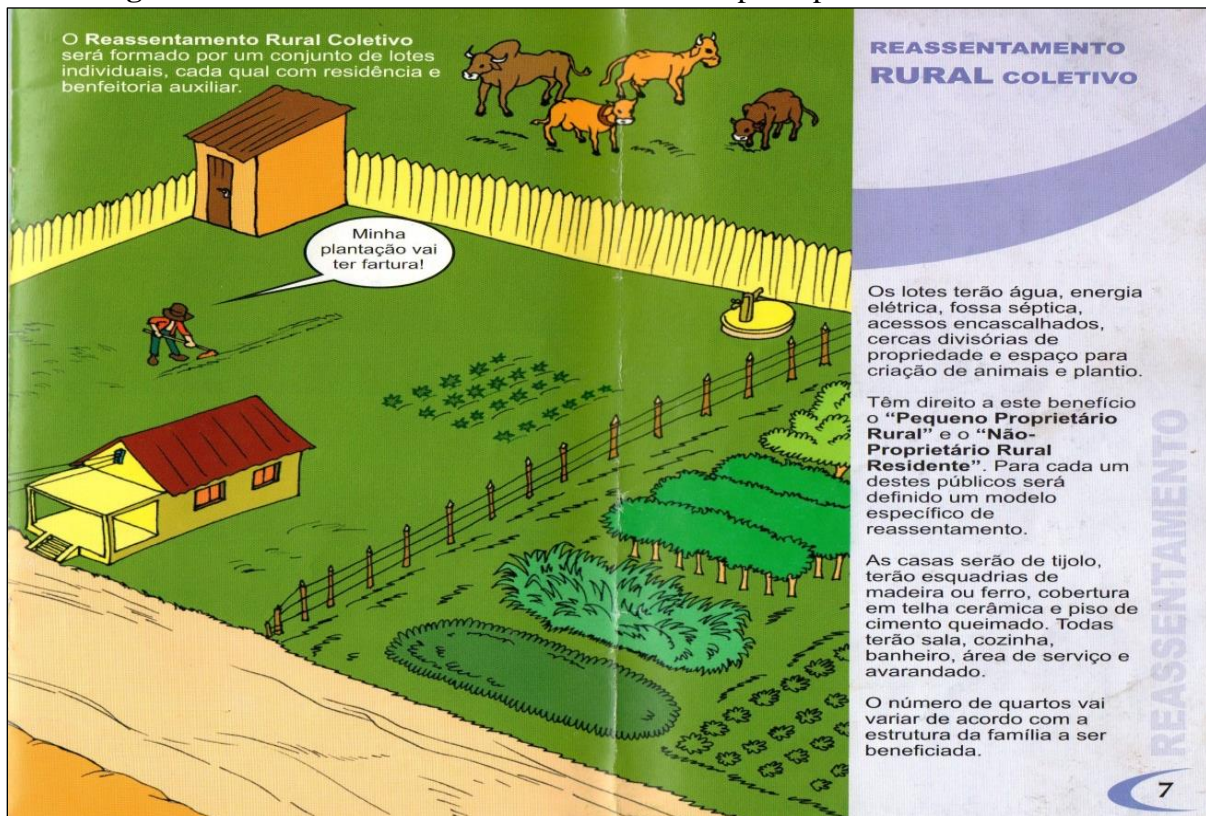
⁷ Importante destacar que o contexto principal do trabalho não é fazer uma análise aprofundada da cartilha, mas enfatizar a forma como o consórcio aproximou-se das famílias com informações ludibriadoras.

A cartilha apresenta os personagens representantes do consórcio dialogando amigavelmente com as famílias atingidas pela UHEE. Ao lado das imagens estão às informações relacionadas à UHE bem como as justificativas da desterritorialização das famílias e as supostas vantagens que viriam com as mudanças.

A imagem da capa da cartilha, estampada na figura 3, traz sete figuras humanas dispostas estrategicamente, seis delas para ouvir atenciosamente as explicações propostas pela moça de blusa verde. Ao centro ela aparece mostrando um documento às famílias. Ao mesmo tempo em que os sorrisos e atenção dada indicam uma afeição à aproximação da moça, as informações dadas apontam para as incertezas quanto ao futuro.

A postura da moça, ao centro apontando com o dedo para o documento, faz-se deduzir que o papel segurado pela jovem é o componente crucial da figura. Aprofundando mais detalhadamente, as proposições do CESTE, o contexto enunciativo da cartilha são promessas relacionadas à melhoria de vida, geração de empregos, bem como, indenizações para os moradores da região com foco numa família estruturada e feliz, conforme se observa na figura 3.

Figura 4 - Reassentamento rural coletivo: uma suposta promessa de melhoria de vida



Fonte (CESTE, 2007)

Em seu conteúdo, a principal informação é que as terras do município e as áreas de propriedades privadas teriam que ceder espaço ao reservatório do empreendimento energético. A figura 4 mostra a proposta do empreendedor do que seria o reassentamento rural coletivo: uma área de pastagens com criações e uma propriedade visivelmente estruturada para uma moradia digna. Nesse último caso, o enunciador apresenta uma infraestrutura constituída com água potável, energia, fossa séptica, acesso encascalhados e adequações na divisão das terras, os pastos verdes, árvores frondosas e animais alimentando-se com fartura. Some-se a isso a promessa de que as casas teriam estrutura adequada ao conforto do núcleo familiar. Por fim, se observa ao centro, o proprietário contente e feliz anunciando a fartura que terá em seu lote.

As representações contidas na cartilha visam convencer os leitores de que a implantação da UHEE traria benefícios para eles e que tudo seria organizado de modo a atender os vários grupos que ali residiam. Porém, nota-se que a forma abrupta das imagens, baseando-se nos modos de vida do ribeirinho, do lavrador, do homem do campo impõe a identidade do grupo. As figuras e o conteúdo estabelecem um estatuto de como deveria acontecer às indenizações. Eles procuraram enfatizar ao leitor a conotação de que a instalação da UHEE libertaria o atingido de um crítico estado de extrema pobreza, para dar-lhes dignidade e honradez, tudo isso atrelado à produção de energia que tem em seus enunciados um presumível desenvolvimento.

O conteúdo de um texto pode ser manifestado por diferentes planos de expressão (BARROS, 2008). A narrativa da Cartilha foi produzida na tentativa de encorajar os ribeirinhos a passarem à condição de reassentados e, como tais, experimentarem diferenças significativas em suas vidas causadas pela mudança territorial. O dinâmico discurso tinha como pressuposto obrigá-los a abandonar seu território, e a intenção mais provável do enunciador, portanto, é sensibilizar o enunciatário para que adira à medida mitigatória.

A didática da informação utilizada pela “Cartilha do CESTE” age de forma lúdica e atua como um dispositivo cuja função não reside somente em direcionar a decisão dos atingidos, mas prepara os leitores para o pensamento de uma mudança feliz, sem presumir o futuro que está por vir. Dessa maneira, a mensagem contida na cartilha pressupõe uma comunidade coletora e propagadora o máximo possível para ganhar adeptos.

Bourdieu (2014) chama atenção para o fato de serem frases teológicas as que têm como sujeito o Estado, o que não significa que por essa razão sejam falsas. Ao contrário, não se pode negar que o Estado se constitui em uma entidade teológica, na medida em que existe pela crença. Sendo assim, sugere que se substitua Estado por atos de “Estado”, justificando a

utilização das aspas nesse último por tratar-se de atos políticos que objetivam ter efeitos no mundo social.

Há uma política reconhecida como legítima, quando nada porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada. Esses atos políticos legítimos devem sua eficácia à sua legitimidade e à crença na existência do princípio que os fundamenta. (BOURDIEU, 2014, p. 39).

O autor toma como exemplo professores que emitem julgamento acerca de seus alunos de forma desrespeitosa, como chamando-os de idiotas. Trata-se de um insulto “legítimo”, visto o professor ser autorizado pelo Estado a classificar o aluno quanto ao seu nível de inteligência. O CESTE por sua vez tem “legitimidade” em face da autoridade que lhe foi concedida pelo Estado para deslocar a população atingida, não havendo preocupação com as pessoas e seus modos de vida, sua história e principalmente sua cultura de subsistência atrelada ao território e ao rio tendo, como base, além da pesca, o extrativismo vegetal e a criação de animais de pequeno porte, como aves, gados, suínos e caprinos.

Grandes batalhas entre o empreendedor e o município foram travadas na tentativa de amenizar as propostas do empreendedor e fazê-lo analisar a realidade encontrada no município de Babaçulândia, conforme depoimento do gestor que acompanhou as negociações no município no âmbito inicial de sua implantação.

[...] a verdade é que a barragem trouxe problemas graves para o município [...], as terras férteis foram inundadas, os empreendedores, de difícil conversa e acesso, faziam diversas promessas e não cumpriam. Foram muitas audiências públicas duras, reuniões que quase chegamos às vias de fato. Me lembro, em Imperatriz, que eu chamei uma técnica de coração de pedra que ela não estava preocupada com a população, tive muitos debates [...] com essa turma toda do CESTE. Cada um ali... podemos detectar que os políticos do Maranhão, todos já tinham as empresas encaixadas, tudo dentro do esquema para ganhar dinheiro, uma firma pra desmatar [...] tudo esquematizado e sem nenhuma preocupação com o município e a população que devia ser reassentada. (G1, 14/08/2017).

Conforme relatos do gestor municipal, que atuou no período que compreende os anos 2002 - 2005, 2006 - 2010, a preocupação do município foi de chamar a atenção do consórcio para as mudanças que a barragem ocasionaria ao município. No caso de Babaçulândia, no que se refere à organização da infraestrutura pública, o Gestor 1 relata que sua atuação consistiu na aquisição de bens e reparos na infraestrutura: aquisição de ambulâncias, máquinas, calçamento, pavimentação asfáltica, rede de esgoto, construção de posto de saúde, escolas, entre outros. O gestor relata que por várias reuniões houve desentendimentos com os responsáveis pelo consórcio, por falta de negociação. O CESTE por sua vez atraía com promessas os atingidos, entre os quais muitos não se atentavam para o futuro.

Eu centrava muito na questão da família, de dizer: ‘Gente não peguem o dinheiro, seja reassentado!’ Essa era a minha preocupação e acabou acontecendo com muita gente [...] eu até dizia mais ou menos essa frase: ‘Dinheiro na mão de gente besta se acaba no contato’, eu falava isso nas reuniões e muita gente não gostava, o pessoal achava que 40 mil era a independência deles e muitos pegaram, compravam carros, motos, um rádio [...] outros que foram reassentados até que se estabeleceram. A minha luta era para que a população de Babaçulândia centrasse em Babaçulândia, mas nós perdemos muito para o Assentamento Mirindiba, em Araguaína, perdemos para Darcinópolis e Palmeiras uma parte da população, perdemos outros pro Pará, que foram realocados [...] acabou se concretizando as coisas que eu dizia [...] conheço várias famílias que pegaram o dinheiro e hoje não tem onde morar, não tem emprego. (G1, 14/08/2017).

De acordo com o G1, houve uma preocupação por parte do município quando da negociação da desapropriação das terras. Esse fato, segundo o gestor, não foi acompanhado em sua gestão, porém houve uma acentuada atuação pelo poder municipal no sentido de garantir melhores condições de vida aos munícipes e ao município como um todo. Conforme seus relatos, a gestão procurou pormenorizar os efeitos decorrentes da implantação da UHEE. Ressalte-se, porém, que as desapropriações ocorreram no ano de 2010, tendo sido, portanto, acompanhadas por outra administração.

A narrativa mostra que durante as negociações houve uma grande preocupação em manter a densidade da população, a fim de não reduzir os repasses do Fundo de Participação do Município (FPM). Não obstante, muitas famílias saíram do município sendo “[...] 23 famílias para o Assentamento Mirindiba, em Araguaína, e 18 famílias para Palmeiras (TO), além de muitos que tomaram rumo ignorado” (G1, 14/08/2017).

O gestor admitiu ter sido áspero no contexto das negociações com o CESTE. Ele afirma que por diversas vezes se alterou em reuniões para garantir mais benefícios ao município de Babaçulândia. Foi acertado, então, como medidas compensatórias ao município, a implantação da rede de esgoto (configurada como promessa não cumprida) calçamentos, praças, avenidas, além de acordos para a construção da Associação das Quebradeiras de Coco, Associação dos Barqueiros e a Colônia de Pescadores.

O colaborador afirma que houve uma discussão intensa com vista a manter a cultura dos barqueiros e da população, pois os projetos para a construção da praia artificial previam que essa seria perene e em meio ao lago, não se perdendo, assim, os costumes do município (G1, 14/08/2017).

Desse modo, diante da construção da UHEE e dos retornos financeiros que a implantação poderia proporcionar, aconteceu um visível exercício de poder do consórcio e dos poderes públicos, em escala global, para a transformação do território em questão, não se observando a relevância deste para os ribeirinhos e tampouco para as mudanças que a

desterritorialização poderia vir a ocasionar à vida dos mesmos. Toda transformação da sociedade acontece pelas relações de poder. “O poder se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). O autor demonstra, a partir de suas concepções foucaultianas, que o poder não se constrói, é exercido e as relações são concomitantemente intencionais e não objetivas.

Para Haesbaert (2005, p. 6.774), “Território [...] tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Diante da afirmativa, considera-se que o poder envolve todas as relações que perpassam a junção natureza, cultura e política até as relações que os sujeitos possuem com o espaço e que pela apropriação transformam-se em território carregado de marcas do experimentado, com significados pertinentes aos saberes apropriados pela experiência vivida (TUAN, 1983). No caso em estudo, os atingidos da ilha de São José possuem uma intimidade com o território de origem, essa consolidada como definidora de seu modo de viver. Apesar da mudança para o novo território, lembranças dessa relação continuam presentes.

Raffestin (1993) chama atenção para o que ele denominou de “trunfos do poder”, que são constituídos, sobretudo, pela população, pelo território ou pelos recursos, adquiridos por meio de uma ação de determinado ator em seu benefício em troca do sufrágio de outras pessoas. No caso em estudo, a estratégia da qual o CESTE lançou mão para aquisição do seu trunfo maior, o território, consistiu no treinamento de equipes de apoio e na contratação de serviços de veículos de comunicação, com vista a conseguir adeptos e defensores da implantação da UHEE. Em consequência, muitos atingidos foram lesados e não conseguem reconstruir sua vida, restando evidente o poder que as organizações exercem sobre a vida das pessoas.

Qualquer organização é caracterizada por seres ou coisas, seja porque os possui, os controla ou os domina [...] A empresa controla não somente todo o aparelho de sua produção, que compreende seres e coisas, mas também controla, de uma forma mais indireta, os seres e as coisas por intermédio de seu ou de seus mercados. (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

O gestor, embora tenha tentado persuadir o consórcio durante as negociações, não foi possível um total cumprimento do que fora acordado, haja vista que na condição de dominante o consórcio tinha um trunfo diante do Estado: a geração de energia elétrica e a contribuição financeira a ser repassada ao Estado, aos municípios e aos órgãos federados.

Utilizando-se desse trunfo, o consórcio controla todo o aparelho estatal agindo conforme suas prerrogativas.

À luz da teoria de Raffestin (1993), o consórcio controla suas ações em face dos municípios, das pessoas e das coisas, mesmo que de forma indireta. “Obter trunfos suplementares não significa, de modo algum, “possuí-los” ou “dominá-los”. Simplesmente, pode se tratar de exercer um controle que permita prever, ter acesso, neutralizar etc.” (RAFFESTIN, 1993, p. 59).

Segundo o gestor, muitos problemas que poderiam existir na região foram relatados ao CESTE. Diante do poder do consórcio, coube ao município atuar de maneira imparcial, de forma que os efeitos da UHE não interferissem na relação econômica de seus municípios. O relato mostra que a atuação do gestor diante dos problemas sociais consistiu em buscar parcerias com o CESTE e órgãos educativos para capacitar os atingidos em programas de geração de renda: produção de verduras, criação de pequenos animais, criação de peixes em tanques, artesanatos, além de programas culturais, como educação ambiental, para manter viva a relação dos atingidos com a natureza (G1, 14/08/2017).

O município vivenciou um momento de aumento demográfico, novas oportunidades de emprego e renda quando da construção das obras. Não obstante, hoje sua população se encontra sem oportunidades de trabalho e sem infraestrutura natural para a continuidade das atividades no turismo, na pesca, na produção de vazantes e na criação de animais. Em diálogo com funcionário efetivo da prefeitura, constatou-se que a UHE tem ocasionado muitos problemas no que se refere à movimentação econômica no município.

[...] na questão de arrecadação [...] no turismo a distribuição antes da barragem nós tinha uma praia que naquela época aquele pessoal que morava na beira do rio [...] a maioria da cidade [...] achavam uma maneira de ganhar o dinheiro na temporada de praia [...] nas pescarias em época de temporada e fora de temporada [...] tinha seus barcos, suas excursões na beira do rio [...] hoje você vê que se você for olhar no leito da orla você não vê mais um barco daquele de madeira da qual todos eles geravam renda para o próprio dono. Então assim... aquela pessoa a gente não sabe onde está mais... a gente vê que na beira do rio tinha os que atravessavam as pessoas pra praia hoje não existe mais... os próprios barraqueiros que tinha 30 a 40 barraqueiros hoje tem 4 a 5 barracas. Então assim, nessa parte acredito que caiu muito o recurso que o turista trazia para dentro do município é uma minoridade que tá tendo acesso [...] hoje embora a praia seja permanente o turismo é pouco em relação ao período anterior, as pessoas vão para os destinos próprios na orla, suas chácaras (...) e na orla são pouca as barracas (...) ainda trazem seus jet ski, lanchas... não utilizam mais os barcos (...) Na praia anterior tinha o eletricitista, o barraqueiro, os vendedores de melões e melancias da ilha de São José, tinham os guardas, no estacionamento, tinha os carregadores de bagagens, encanadores. (F.P.1, 21/07/2017).

O depoimento supramencionado retrata os efeitos da UHEE no município de Babaçulândia. O cenário depois de sete anos de formação do lago é estritamente assolado no

que se refere ao desenvolvimento econômico. A falta de oportunidades impera diante da população, e o município não consegue subsidiar emprego e renda a todos. Conforme Wood (2010), o capitalismo mudou a acepção dos direitos políticos, bem como sua conexão com os direitos econômicos e sociais.

Para a autora, o capitalismo tem uma forma peculiar de atuar na sociedade, com suas regras e suas próprias formas de empoderamento. Ou seja, o capitalismo criou sua forma econômica de obter lucro. Desse modo, o capitalismo imposto para a construção da UHE, produziu um aglomerado de problemas sociais. A falta de condições econômicas aos municípios gradativamente foi se agravando ao longo dos anos e isso se deve ao modo como a sociedade se organizou e como atua diante dos fatos sociais. Grande parte das atividades lucrativas dos moradores de Babaçulândia se dissipou. Atualmente, apenas uma minoria tem o usufruto natural e coletivo da terra e do rio.

Na foto 03, visualiza-se a embarcação denominada pelos babaçulandenses de “flutuante”, construída de madeira, movida a motor de alta potência, dispendo de três andares com área de lazer, quartos equipados com cama, ar condicionado, sala com televisor, sofá, cozinha equipada com fogão, micro-ondas e área gourmet. A embarcação atraca durante a semana no píer do lago e é utilizada para o lazer aos finais de semana e feriados. Segundo relatos, a embarcação custou a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Ela pertence a um grupo empreendedor logístico no Estado Tocantins e comporta um grupo seletivo de cerca de 60 passageiros. O condutor fica na parte traseira de onde tem a visão total do percurso, a embarcação desfila durante os finais de semana por todo o lago.

Na foto 3, o que se percebe é a utilização do lago como instrumento de lazer para uma pequena parcela da população. A maioria dos atingidos e moradores da área urbana babaçulandense ficam às margens do lago sem desfrutar de sua extensão e seus atrativos. Os moradores atingidos mesmo após a desterritorialização são considerados não como indivíduos que precisam de assistência social e amparo às dificuldades no manejo do solo, mas apenas como um dado matemático a ser contabilizado nos casos de construção de usinas. Este fator se consolida quando se analisa o contraste das fotos 3 e 4 em que os efeitos da UHEE são sentidos de forma chocante para uns e de maneira favorável para outros. Os atingidos ficaram afastados do lago, estes não usufruem de seus benefícios e não utilizam as margens do lago para nenhuma atividade. As margens do lago, devido às propriedades particulares impossibilitou o acesso a terra para plantações.

Foto 3 – Flutuante de grupo capitalista usufruindo o Lago em Babaçulândia



Autor: Pitombeira, (Ago/2017)

A foto 04 mostra o início de uma construção do futuro condomínio náutico Residence Club, localizado a 800 metros do centro de Babaçulândia, na Rodovia Transdías, sentido Filadélfia, com a divisão de 275 lotes. Segundo informações comerciais, o condomínio terá toda a infraestrutura de energia, água, rede de esgoto, além de piscinas, píer, marina, campo de futebol, quadra, praça, bar e restaurante e praia permanente. Nesse empreendimento, estão à venda pequenos lotes em até 180 parcelas. Relatos revelam que os adquirentes estão sendo selecionados a fim de não terem problemas com repasses financeiros e que está havendo, certa demanda para investir nesse empreendimento, principalmente por pessoas de outros municípios.

Foto 4 – Condomínio Náutico: capitalismo às margens do lago em Babaçulândia



Autor: Pitombeira, (Ago/2017).

Ambas as fotos demonstram que o usufruto dos recursos naturais do município está acessível somente para portadores de capital financeiro. O fluxo de recursos financeiros hoje atende apenas um reduzido grupo no município, estando disseminado nas pequenas casas à beira da orla. A praia não tem o atrativo de outrora e fica abandonada. As plantações de vazantes à beira do rio dão margem ao lago que em muitos casos ficou privatizado devido às propriedades particulares. O município não recebe o fluxo de turistas de outrora, e o pouco turismo existente aos finais de semana é tomado por um grupo relativamente seletivo.

Nesse sentido o poder privado e o poder público, além da análise técnica, necessitam conhecer a realidade e histórias das áreas atingidas por obras de infraestrutura, sua cultura, política, economia, saberes próprios e únicos que cada região e população trazem consigo.

Pereira (2013) destacou que a busca pelo desenvolvimento, vinculada aos interesses econômicos e tendo as novas tecnologias disponíveis associadas, fez com que a ação humana viesse a ser cada vez mais acentuada sobre os recursos naturais. O homem, ao se apropriar do território e de seus recursos, ocasiona grandes alterações no território natural e no contexto social das pessoas, num ritmo mais enérgico do que o ciclo congênito da natureza.

As usinas hidrelétricas são parte de uma necessidade de desenvolvimento de um país que precisa crescer economicamente e suprir a demanda energética da sociedade (MULLER, 1995). Engajadas em projetos de grandes proporções que buscam o progresso e apoiadas pela evolução tecnológica vão destruindo áreas naturais de florestas e comunidades com suas histórias, crenças e saberes para dar lugar a uma nova dinâmica espacial e social, fazendo com que as comunidades atingidas sofram com os efeitos diretos do empreendimento.

[...] o desenvolvimento tecnológico está gerando um novo modelo de relacionamento entre relações de propriedade e relações de produção e apropriação de riqueza. Há áreas de cooperação, e a apropriação comum, ligadas a áreas competição e apropriação privada. Embora ainda sejam embrionárias, talvez essas tendências prenunciem uma profunda transformação da lógica social da inovação, da produtividade e do crescimento econômico. O território é planejado/produzido diante das intencionalidades e interesses de apropriação e domínio das distintas classes sociais. (CASTELLS, 2003, p. 86).

Não se deve desassociar as pessoas do território que ocupam. O espaço, apesar de mutável, é parte das vivências, seja na história pessoal ou coletiva da vida de uma população, que trazem consigo momentos individuais e compartilhados que não se podem medir e nem relevar por ações de vínculos e sentimentos consolidados na identidade com o lugar em que vivem. Por essa ótica, é possível perceber a realidade da comunidade estudada, pois as relações se rematerializaram numa perspectiva de lucro e de desenvolvimento (SAQUET, 2007).

Segundo Laschefski (2011, p. 39), “[...] os projetos desenvolvimentistas são vistos como invasão no seu território, mesmo quando lhes são apresentados planos para aquisição de terras de ‘boa qualidade’ numa outra localidade”. Dessa forma, a população atingida possui características naturais, e a territorialidade na área em estudo tem concepções divergentes do modelo abstrato de desenvolvimento estimado pelo Estado.

A ação estatal e do empreendedor com seus projetos é percebida pelos atingidos como algo altamente invasivo, embora tenha tido o *know how* administrativo de licenças ambientais para sua construção e os empreendedores tenham ofertado as medidas mitigatórias no plano de remanejamento da população.

A relação dos atingidos com o lugar é de fato algo muito forte e visivelmente latente. O EIA Rima destaca as medidas indenizatórias, como a disponibilidade de glebas com as condições necessárias ao devido recomeço, tamanho, qualidade de solo, produtividade, entre outros (CNEC, 2001), algo considerado insuficiente, pois os atingidos consideram insubstituível o lugar vivido e parte de suas histórias, seus costumes, crenças e saberes. Entretanto, a instalação de usinas hidrelétricas desconsidera tudo isso, pois se constitui em um empreendimento lucrativo e visionário (MULLER, 1995).

Assim sendo, a comunidade estudada, por habitar aquele território há décadas, ainda se aflige com a desterritorialização que a obrigou a ceder seu ambiente de origem para a materialização do empreendimento capitalista. Dessa forma, buscou-se, na seção abaixo, discorrer acerca dos benefícios financeiros referentes às indenizações oriundas do uso recursos hídricos e como o município de Babaçulândia está aplicando tais recursos.

2.6 Compensação financeira da UHEE aos municípios

O setor elétrico do país consolidou-se desde o início pela forte valorização do potencial hídrico e pelo escanteamento das questões socioambientais na idealização das barragens (SILVA, 2007). As ações governamentais nesse âmbito não mensuravam a instabilidade na vida das comunidades locais pela implantação das usinas, que tampouco participavam dos benefícios financeiros oriundos desses empreendimentos.

Obras hidrelétricas trazem uma visão capitalista, abstrata e subjetiva de desenvolvimento com a premissa de que geram um suposto melhoramento na condição de vida das pessoas, criam emprego remunerado e desenvolvem obras de infraestruturas nos municípios onde a obra é instalada (LASCHEFSKI, 2011).

Uma movimentação em favor das regiões afetadas instigou o Estado a potencializar medidas para o setor energético que viessem reunir instrumentos mitigatórios, de valorização do território inundado, importantes para o desenvolvimento biótico, antrópico e econômico (MULLER, 1995). Entretanto, a parcela maior dos empreendimentos generalizantes é a energia elétrica e essa é rateada por todo o país (COMASE, 1992 apud SILVA, 2007, p. 22).

Os municípios afetados pelos empreendimentos têm suas histórias econômicas modificadas e são surpreendidos com as mudanças devido à implantação das usinas (MULLER, 1995). Esses sofrem com o desequilíbrio de suas receitas municipais pela ruptura nas atividades produtivas e econômicas atingidas pelas obras.

No município de Babaçulândia, houve a interrupção de inúmeras atividades que movimentavam a economia local. Muitas situações de trabalho foram lamentavelmente ceifadas. As transformações físicas e sociais do município de Babaçulândia associaram-se a uma visão hegemônica de novos vetores consolidados pelo aumento crescente dos recursos que seriam injetados na economia do município, bem como na movimentação e aumento da população.

As escalas assumidas na implantação do megaprojeto hidrelétrico na Amazônia Oriental e pela construção da ferrovia Norte/Sul inicialmente deram suporte a uma movimentação econômica razoável para o município, o que corresponde ao fluxo de trabalhadores para a construção de ambos os projetos. Essa movimentação alterou a natureza das relações sociais que era estabelecida pela população babaçulandense.

Nesse período de construção da UHEE, o município recebeu um aumento populacional atraído pelas obras. Além dos contratados pela empresa, o município foi visivelmente procurado por trabalhadores em busca de empregos nessas obras. Esse fator de alguma forma contribuiu para o descontrole dos sistemas de assistência social, haja vista o município não dispor de receitas suficientes, o que gerou uma sobrecarga no sistema municipal.

Conforme Laschefski (2011), os rios são declarados pela legislação brasileira como públicos. Dessa forma, o autor chama a atenção sobre a questão da territorialidade em diferentes visões interpretativa, inclusive do ponto de vista do uso comum. Para ele, a construção de usinas hidrelétricas impede o usufruto coletivo de determinados territórios. Embora seja adotada uma medida legal para justificar a apropriação para o processo de geração de energia, o licenciamento é necessário para a regulamentação legal dos empreendimentos, haja vista que o produto final do trabalho das usinas é idealizado pelo Estado como inserção de desenvolvimento no país, inclusive beneficiando a população em

geral. Assim “[...] há uma utilidade pública mais importante do que o uso do rio pelos moradores locais” (LASCHEFSKI, 2011, p. 40).

No entanto, as diversas faces de sustentação familiar e de lazer que o rio oferece, bem como as relações das populações atingidas, seus modos de vida são desprezados pelos empreendedores. Essas populações têm uma dependência em relação ao rio para sua sobrevivência, que compreende atividades como: produção agrícola (plantação de vazantes), pesca, lazer, higiene corporal, além de atividades laborais.

Para Laschefski (2011), no pensamento dessas populações o rio não pode ser utilizado para uma única atividade, é preciso pensar na forma de subsidiar o uso coletivo do rio. Porém a “monocultura das águas” imposta pelo Estado, em suas formas abstratas de propagar o uso dos rios para geração hidráulica de energia, tem imposto de forma improcedente a desterritorialização de inúmeras famílias e seus modos de vida no contexto do território vivido.

Os problemas antrópicos causados aos municípios decorrentes da implantação das usinas foram se intensificando de modo que a exequibilidade foi ficando ameaçada (MULLER, 1995). Dessa forma, visando a garantir o ressarcimento decorrente da utilização dos recursos hídricos, a Constituição de 1988, em seu artigo 20, parágrafo primeiro, estabelece:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração [...] de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental [...] **compensação financeira** por essa exploração (BRASIL, 1988, p. 15 - grifo nosso).

Sendo assim, os municípios nas áreas de influência direta (AID) das barragens, que têm seus territórios inundados pelos reservatórios das hidrelétricas com potência superior a 30 MW (ANEEL, 2007), recebem mensalmente um montante em dinheiro. Esses recursos oriundos das empresas energéticas e dos consórcios produtores são caracterizados de Compensação Financeira e *Royalties* hidrelétricos (LEITE; YOUNG, 2013).

Na visão de Quintela e Carvalho (2010), *royalty* é a compensação financeira fundada pelo Tratado de Itaipu⁸. Nesse sentido, os *royalties* são pagos pela Itaipu – Binacional por uso dos recursos hídricos do Rio Paraná, seguindo a mesma metodologia da compensação financeira.

A ANEEL (2007) ressalta a distinção entre a Compensação financeira e os *Royalties*. A primeira, embora conste na Constituição de 1988, foi regulamentada pela Lei n° 7.990, de

⁸ O Tratado de Itaipu foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de setembro de 1973.

28 de dezembro de 1989. O segundo foi previsto pela Lei 8.001/90 do Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991. Leite e Young, (2013) destacam que embora o termo “*Royalty*” tenha sido idealizado pela legislação para pagamentos da Itaipu Binacional ao Brasil, em virtude de legislação exclusiva interposta no tratado entre ambos países, as características são as mesmas da Compensação Financeira e por isso esse termo é em geral difundido pela sociedade para caracterizar todas as compensações financeiras feitas pela construção de barragens.

Segundo a ANEEL (2007), a Compensação Financeira por Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), popularmente chamada de *royalties*, são os ressarcimentos oriundos de empresas e consórcios de geração de energia elétrica que fazem uso dos recursos hídricos. E, consoante a isso, inundam uma parte do território, impedindo os municípios de continuarem suas atividades produtivas no território atingido.

Tecnicamente falando, segundo Leite e Young (2013) a área inundada corresponde “[...] ao nível associado à vazão de cheia máxima prevista no respectivo projeto da usina hidrelétrica, a partir do leito original dos rios” (ANEEL, 2013 apud LEITE; YOUNG, 2013, p. 3). No entanto, os autores chamam atenção para o critério metodológico de ressarcimento, haja vista que grandes são os problemas externos ocasionados pela implantação de UHE, os quais consistem em

[...] uma significativa quantidade de impactos negativos – ambientais, sociais, econômicos, entre outros – que vão além da perda territorial. Como estes impactos não são incluídos como critério na distribuição dos royalties, acredita-se que não há uma compensação adequada pela empresa produtora de energia e pelo poder público aos municípios [...] Espera-se que os municípios sejam compensados de uma forma mais justa, em que o conceito de justiça está ligado exatamente à reparação dos impactos negativos recebidos. (LEITE; YOUNG, 2013, p. 3).

Para os autores, a forma de distribuição dos *royalties*, considerando-se a área inundada, é insuficiente, visto que o processo de construção das UHEs, do início da implantação até o seu funcionamento, ocasiona grandes efeitos negativos aos meios bióticos, antrópicos, econômicos, entre outros que ultrapassam a questão da supressão do território. Com a exclusão desses efeitos na compensação financeira, depreende-se que existe um solapamento dos problemas sociais por parte das empresas do ramo hidrelétrico e pelo poder público aos municípios (LEITE; YOUNG, 2013), prevalecendo à concepção territorial patrimonialista (VAINER, 2003).

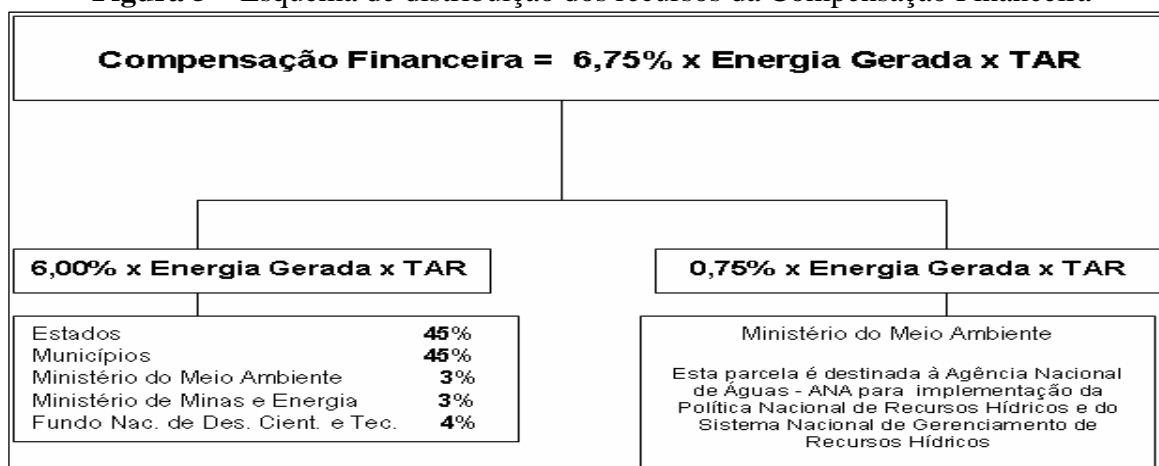
As sistemáticas similares entre *Royalty* e Compensação Financeira, embora dispostas em legislações distintas, suas diretrizes se complementam. Portanto, ao ressarcimento da UHEE faz menção ao termo Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na ANEEL (2007).

Segundo a ANEEL (2007), o rateio da compensação distribuída aos municípios é direcionado por dois pressupostos: o primeiro concentra-se na produção de energia elétrica, compreendendo a regularização da vazão do rio; o segundo é compreendido pelo tamanho do território inundado por empreendimentos hidrelétricos de cada município. Essa divisão é elencada na Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Sendo essa legislação implementada pela Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que definiu os percentuais a serem distribuídos (MULLER, 1995).

Pela legislação, o valor dos repasses da Compensação Financeira correspondem à importância de 6,75% sobre o valor da energia produzida. Baseado nas informações da ANEEL (2007), os valores repassados são oriundos de cálculos com base na Tarifa Atualizada de Referência – (TAR⁹). Conforme os dados da agência, o valor da tarifa em MWh atualmente está ao custo de R\$ 72,20, sendo obtidos os valores dos repasses aos municípios atingidos por meio da expressão: Energia gerada X TAR (72,20) X 6,75 = valor a ser repassado como compensação financeira (*ROYALTY*) (ANEEL, 2007).

Conforme dados da ANEEL (2007), para o rateamento da CFURH é destinado aos estados, municípios, entes federados e para políticas ambientais do Ministério do Meio Ambiente, conforme disposto na figura 5. A aplicação correta desse recurso é fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Figura 5 – Esquema de distribuição dos recursos da Compensação Financeira



Fonte: ANEEL (2005 apud SILVA, 2007, p. 28).

Na visão de Quintela e Carvalho (2010), esses recursos são significativos na gerência dos municípios afetados porque a maioria não dispõe de arrecadações suficientes para suprir

⁹ Esse valor é fixado pela própria ANEEL obedecendo os “índices Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE e é revisada a cada quatro anos. Esse valor tem como base a venda de energia às distribuidoras [...] (ANEEL, 2007, p. 7)

as deficiências sociais básicas e de se recompor autonomamente depois dos efeitos da UHE. Não obstante haver essa receita orçamentária, por força da Lei nº 7.990/1989, artigo 8º, os municípios beneficiados não devem empregar tais recursos em despesas correntes, como folha de pessoal ou pagamento de dívidas.

Em 2001, com a instituição da Lei nº 10.195, abriu-se o leque para os recursos serem utilizados na capitalização dos estados e municípios, com foco no financiamento de investimentos e de melhorias locais. Esses recursos, segundo Silva (2007), posteriormente poderão ser empregados em melhorias que poderão se transformar em redes de abastecimento de água, esgoto, escolas, manutenção de estradas vicinais etc.. Com o uso correto e planejado, a aplicação dos recursos possibilitará a melhoria gradual das condições de vida da população municipal.

[...] para a adequada análise dos impactos dos recursos da Compensação Financeira no desenvolvimento social e econômico dos municípios, cabe avaliar qual a significância desses recursos tanto na receita municipal quanto no montante a ser aplicado em investimento (SILVA, 2007, p. 112).

Informações disponíveis no *site* da ANEEL em outubro de 2017 indicam que 189 UHE's pagavam *royalties* no Brasil equivalente a 199 reservatórios. Os dados apontam que 22 estados e 710 municípios recebem a compensação financeira. Até aquela data foram arrecadados no Brasil um total de R\$ 822.620.108,07 milhões a título de pagamento dos *royalties* hidrelétricos (ANEEL, 2017).

Quando da inauguração da UHE, no ano de 2012, o então senador, João Ribeiro, discursava na tribuna do Senado Federal comemorando os valores a serem investidos nos estados. Um total de R\$ 12,3 milhões seria destinado ao Estado do Tocantins e ao Estado do Maranhão, sendo R\$ 7,3 milhões para o primeiro e R\$ 4,9 milhões para o segundo (CONEXÃO TOCANTINS, 2012c).

Em se tratando da UHE-Estreito, atualmente no Estado do Tocantins 23 municípios são beneficiados por indenizações hidrelétricas. Em alguns deles, essas indenizações têm influência decisiva sobre a receita orçamentária municipal total. Nesses casos, as melhorias e os investimentos executados são oriundos do recebimento dos *royalties* hidrelétricos (ANEEL, 2007).

A Compensação Financeira da UHEE destinada aos municípios de sua área de abrangência, aos Estados do Tocantins, Maranhão e Goiás, além dos órgãos do governo federal desde junho de 2011, quando se iniciou o repasse, até meados de abril de 2017, injetou o montante de R\$ 86.495.608,43 milhões, o que significa um padrão mensal de aproximadamente R\$ 1,8 milhão (CESTE, 2015).

O reservatório da UHE Estreito possui uma extensa área, abrangendo parcialmente 10 municípios, conforme explanado na tabela 5. Em referência à UHE-Estreito, os municípios beneficiados com o recurso recebem em suas contas por meio da Secretaria do Tesouro Nacional o dinheiro proveniente da geradora. Esses valores sofrem variações, conforme disposto na tabela 5. Os maiores beneficiados são os municípios de Carolina (MA) e Filadélfia (TO), os quais perderam maior área territorial.

O ressarcimento é feito obedecendo a um percentual estabelecido pela legislação. No caso dos municípios, o repasse é contabilizado levando-se em conta a dimensão da área inundada e a quantidade de energia gerada. Isso significa que o orçamento injetado nas contas municipais sofrem variações para mais ou para menos dependendo da vazão dos rios. Os valores disposto na tabela 5 fazem o comparativo da compensação. O mês de setembro apresentou a menor arrecadação devido ao período de estiagem. Esses recursos são gerenciados pela ANEEL, que arrecada da geradora e distribui aos municípios (SILVA, 2007).

Em se tratando do município de Babaçulândia (TO), os recursos arrecadados, conforme informações do G2 são importantes para a manutenção de estradas vicinais e manutenção cotidiana das rotas escolares. Segundo esse colaborador, existe diante dos valores recebidos atualmente uma aplicação na pavimentação de calçamentos do estacionamento da praia. Pelo montante recebido em Babaçulândia de janeiro a dezembro de 2017, um valor de R\$ 856.942,25,00 percebeu-se que falta um planejamento estratégico para o uso correto desses recursos, uma vez que o público-alvo – a população atingida pela UHE e o meio ambiente – não está sendo beneficiado.

Silva (2007) chama a atenção para a finalidade principal das receitas geradas a partir dos tributos ambientais, que deve ser a tentativa de reparar o mal ocasionado a natureza pelos efeitos das usinas, ao menos sempre que possível ao formato natural. “Em certas situações, no entanto, é impossível a reconstituição do dano ambiental. Nesse caso, o dinheiro deve ser revertido em algum benefício ao ambiente, podendo ser direcionado a outros bens que não os efetivamente lesados” (SILVA, 2007, p. 21).

Tabela 5 - Receita proveniente da Compensação Financeira (*Royalties*) da UHEE 2017

Município	01/2017	02/2017	03/2017	04/2017	05/2017	06/2017	07/2017	08/2017	09/2017	10/2017	11/2017	12/2017	Total- R\$
Babaçulândia-TO	74.160,55	94.151,00	72.100,85	135.015,11	121.342,29	108.467,37	70.195,81	50.509,08	39.422,17	34.848,31	22.729,09	34.000,63	856.942,25
Barra do Ouro-TO	37.420,96	47.508,02	36.381,65	68.127,81	61.228,58	54.731,98	35.420,38	25.486,58	19.892,19	17.584,25	11.468,96	17.156,51	432.407,86
Darcinópolis -TO	30.578,85	38.817,77	29.726,66	55.665,75	50.028,54	44.720,31	28.941,22	20.824,53	16.253,47	14.367,71	9.371,04	14.018,21	353.311,07
Filadélfia- TO	89.628,61	113.788,58	87.139,31	163.175,93	146.651,30	131.090,99	84.836,92	61.044,03	47.644,66	42.116,81	27.469,82	41.092,32	1.035.679,28
Goiatins -TO	11.747,90	14.914,62	11.421,62	21.387,97	19.222,03	17.182,50	11.119,83	8.001,23	6.244,93	5.520,38	3.600,55	5.386,10	135.749,64
Itapiratins -TO	11.935,86	15.193,25	11.604,36	21.730,17	19.529,59	17.457,42	11.297,75	8.129,25	6.344,65	5.608,71	3.658,16	5.472,27	137.921,64
Palmeirante -TO	19.932,26	25.305,13	19.378,64	36.288,25	32.613,38	29.152,97	18.886,65	13.575,42	10.595,57	9.366,24	6.108,94	9.138,41	230.321,90
Palmeiras -TO	21.945,07	27.860,50	21.335,58	39.952,72	35.906,76	32.096,90	20.771,85	14.946,29	11.665,53	10.312,07	6.725,83	10.061,23	253.580,33
Tupiratins -TO	697,04	884,93	677,68	1.269,02	1.140,51	1.019,49	659,78	474,74	370,53	327,57	213,63	319,58	8.054,48
Estreito -MA	38.258,98	48.571,93	37.196,40	69.653,48	62.599,75	55.957,66	36.213,59	26.057,33	20.337,66	17.978,03	11.725,80	17.540,72	442.091,34
Carolina -MA	161.674,53	205.254,95	157.184,27	294.341,21	264.533,62	236.465,51	153.031,16	110.112,90	85.942,74	75.971,46	49.550,82	74.123,45	1.868.186,59

Fonte: ANEEL (2017), Organizado pela autora (Dez/2017).

No que se refere à Babaçulândia, não há possibilidade de reconstituição da natureza. No entanto, pelos valores da CFURH dispostos na tabela 5, compreende-se que depois de sete anos de recebimento do ressarcimento financeiro a aplicação do recurso, até o momento da presente pesquisa, não está sendo direcionada aos reparos das questões sociais.

Ressalte-se, a esse respeito, que a legislação permite o seu uso para qualquer fim específico, exceto pagamento de dívidas e folha de pessoal. No caso do Reassentamento Coletivo Baixão, o G2 enfatizou que todas as benfeitorias são de responsabilidade do CESTE. Este ao ser questionado, afirmou que a responsabilidade do consórcio com o Reassentamento Coletivo Baixão e a população atingida é de apenas cinco anos. Entretanto, já se passaram sete desde o desterritorialização e, no entanto, o CESTE ainda está oferecendo suporte aos atingidos, embora de forma limitada.

Atualmente, a visão do empreendedor é a de que, baseado na legislação e nos preceitos do Estado, a responsabilidade principal do grupo é elaborar políticas e programas que sejam consistentes e sustentáveis que primem pela reparação de danos ao meio ambiente e medidas de mitigação para a população atingida. Ou seja, reparar os danos a ela provocados. Na visão do empreendedor sua responsabilidade continua sendo cumprida. Assim, subtendeu-se que o município também é responsável pelo reparo ao meio ambiente e suporte aos atingidos a partir do recebimento das compensações financeiras pelas geradoras.

Em diálogo estabelecido em agosto de 2017, o diretor responsável pela UHEE, aqui denominado Gestor 3 (G3), ressaltou que a empreendedora firmou acordos com os atingidos da ilha de São José para o deslocamento das famílias. Segundo o G3, os ribeirinhos tiveram oportunidade de opinar entre cartas de crédito rural ou urbana ou alocar-se em áreas de reassentamentos coletivos nas modalidades rural ou urbano e/ou lote urbano. Feito isso, assinou-se um termo definindo a opção. O consórcio disponibilizou glebas urbanas e rurais para remanejamento das famílias. Essa ação, conforme a cartilha é o nome que denomina o processo de mudança das famílias, observando-se diferentes eixos de assistência. A figura 6 apresenta informações sobre os programas que viriam a ser empregados pelo CESTE para o realocamento das famílias atingidas pela construção da barragem.

Figura 6 – Separação das categorias com direito a medidas indenizatórias pelo CESTE

CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS	
<p>1) Pequenos Proprietários Rurais: são todos os proprietários ou possuidores de área rural (estes desde que atendam os requisitos necessários à aquisição da propriedade por usucapião), que preencham as seguintes características:</p> <p>Ter sido cadastrado pela UHE Estreito no Cadastro Socioeconômico (CSE) efetuado em 2004;</p> <p>Possuir imóvel rural com até 80 hectares, que esteja integralmente na área definida como necessária à implantação do empreendimento, ou cujo remanescente resulte inviabilizado socioeconomicamente em razão da implantação do empreendimento;</p> <p>Não possuir outro imóvel rural e no máximo possuir um imóvel urbano;</p> <p>Neste imóvel rural deverá residir, desenvolver e depender de atividade econômica ligada à terra, desde o CSE até o Cadastro de Beneficiários da Propriedade (CBP);</p> <p>Não ter adquirido o imóvel rural após o encerramento do CSE.</p> <p>2) Proprietários Rurais: são todos aqueles proprietários ou possuidores de área rural (este desde que atenda os requisitos necessários à aquisição da propriedade por usucapião), não classificados na definição de Pequeno Proprietário Rural. O CSE levou em consideração os proprietários residentes e os não-residentes.</p> <p>3) Não-Proprietários Rurais Residentes: são todos aqueles que tenham sido cadastrados somente como moradores da propriedade atingida e não possuam imóvel rural ou urbano, conforme o CSE, ou todos aqueles que tenham sido cadastrados como moradores e trabalhadores na propriedade atingida, ou seja, que possuam vínculo de trabalho com esta, e não possuam imóvel rural e no máximo possuam um imóvel urbano, conforme o CSE.</p> <p>Além disso, que atendam a todos os requisitos dos Grupos I e II, a seguir discriminados:</p>	<p>Grupo I - Não ser filho de proprietário. Em sendo, ser caracterizado como de baixa renda, totalmente dependente do trabalho desenvolvido na área afetada, não possuir outra fonte de renda cadastrada, não ser herdeiro de outra propriedade rural e não possuir nenhum imóvel rural ou urbano, conforme o CSE, e ter sido aprovado como beneficiário após realização de ESTUDO DE CASO.</p> <p>Grupo II - Mantenham, desde o CSE até o encerramento do CBP, vínculo efetivo e/ou dependência econômica com a fração atingida da propriedade rural afetada.</p> <p>4) Proprietários Urbanos: são todos aqueles proprietários na área urbana diretamente afetada pela implantação do empreendimento. O CSE levou em consideração os proprietários residentes e os não-residentes.</p> <p>5) Não-Proprietários Urbanos Residentes: são todos aqueles que preencham todos os requisitos a seguir:</p> <p>Terem sido cadastrados pelo UHE Estreito no CSE levado a efeito em 2004;</p> <p>Não possuam imóvel rural ou urbano, conforme CSE;</p> <p>Mantenham, desde o CSE até o encerramento do CBP da propriedade, vínculo de moradia com a propriedade afetada;</p> <p>O remanescente da propriedade a que estejam vinculados seja inviabilizado socioeconomicamente em razão da implantação do empreendimento;</p> <p>Não ser filho de proprietário. Em sendo, ser caracterizado como de baixa renda, totalmente dependente da moradia existente na área afetada, não possuir outra opção de moradia, não ser herdeiro de outra propriedade urbana ou rural e ter sido aprovado como beneficiário após a realização de ESTUDO DE CASO.</p>

Fonte: CESTE (2007)

As páginas dezessete e dezoito da cartilha de remanejamento da população apresenta a intenção do empreendedor no âmbito das medidas mitigatórias. Essa cartilha propõe os benefícios estabelecendo um caminho para cada atingido, visto que indicava quem fazia parte do programa de reassentamento e quem tinha direito de participar das categorias propostas. As referidas páginas fizeram uma filtragem na população atingida executando uma abstração dos cidadãos. A classificação proposta pelo CESTE foi pormenorizada, uma vez que distinguiu as categorias (proprietários rural ou urbano), dividindo-as por proprietário: pequeno proprietário, não proprietários urbanos residentes.

Conforme Silva Júnior (2014), todo esse processo de classificação dos grupos atingidos ocasionou graves problemas, entre eles a exclusão de grupos e pressão sobre os atingidos para que se encaixassem em dada categoria. Seu conteúdo controla a ação humana numa trama que presume o fim.

Raffestin (1993, p. 218) alertou para o fato de que “todo o indivíduo está preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo o grupo e toda a sociedade”. Para o autor, a comunicação obedece a uma estrutura formal e é um instrumento de poder. No caso em tela, o

CESTE se utilizou da rede de comunicação para romper com os valores da sociedade e ocasionou a dispersão do grupo e a consequente separação das famílias. Questionado sobre as divisões dos grupos e sobre o processo exclusivo de sua caracterização, o representante da UHEE destacou:

[...] empreendimentos dessa natureza, elas dão uma mobilidade gera um processo de movimentação e dinâmicas regionais muito rápido [...] esse processo de remanejamento ele teve a blindagem desde o processo de cadastro socioeconômico feito em 2006. [...] a partir daí não teve retardatário, ninguém recebeu. Concluído em 2010, foram atendidas 6.000 famílias, quase 5.500, famílias indenizadas e beneficiadas. Público-alvo: proprietários rurais, proprietários urbanos. (G3-Ago/2017).

O discurso do representante, conforme normas impostas pela sociedade possui amparo social devido ao “poder simbólico” que é atribuído ao empreendedor perante as classes menos favorecidas. O G3 admite que o corte temporal do cadastro socioeconômico excluiu uma parcela da população atingida, por força do que ele denomina “blindagem”. No entanto, essa classificação feita pelo empreendedor foi dispersante, porque para o representante boa parte dos classificados não se constituía de proprietários, e sim agregados, ou seja, filhos que casaram e passaram a viver na propriedade dos pais. “Foram remanejados 181 famílias, dessas apenas trinta famílias eram proprietários rurais. Os demais são agregados de família” (G3-, Ago/2017).

O processo de desterritorialização dos atingidos foi mediado pelo CESTE, que providenciou a implantação de sete reassentamentos. A tabela 6 retrata o número de reassentamentos idealizado pelo consórcio para instalar os atingidos.

Tabela 6 - Reassentamentos formados pelo CESTE e distribuição das famílias

Número	Nome da Fazenda (Município)	Origem	Quantidade de famílias
01	São João – Palmeiras do Tocantins	Darcinópolis- TO, Estreito – MA e Palmeiras - TO	17
02	Santos Estêvão – Babaçulândia - TO	Babaçulândia e ilha de São José	28
03	Bela Vista – Babaçulândia - TO	Babaçulândia e ilha de São José	20
04	Baixão – Babaçulândia - TO	Comunidade ilha de São José	26
05	Mirindiba – Araguaína - TO	Comunidade ilha de São José	18
06	Maju – São Bento do Tocantins	P.A. Formosa	30
07	Novo Milênio – Babaçulândia – TO (reassentamento urbano)	Babaçulândia	42
Total	-	-	181

Fonte: CESTE¹⁰ (2017), Organizado pela autora, (Ago/2017).

¹⁰ Os dados apresentados na tabela são oriundos de informações adquiridas na visita de campo à UHE – Estreito, realizada em 11 de agosto de 2017.

Conforme dados da tabela 6, os ribeirinhos da ilha de São José foram deslocados para quatro reassentamentos. Desses, o Reassentamento Coletivo Baixão foi o que recebeu o maior número de famílias de uma única localidade. Entre todos, o reassentamento Novo Milênio é o único denominado como núcleo urbano.

O discurso do empreendedor é composto pela astúcia institucional que retrata um suposto lado positivo da usina e as idealizações do consórcio. O gestor, por meio de sua oralidade, descreve um nível de satisfação dos moradores dos seis reassentamentos que destoa da realidade encontrada no transcorrer da pesquisa. Os dados do CESTE, após quatro anos do deslocamento, apresentam os seguintes índices de satisfação social¹¹:

Para o consórcio, da população abordada, 79% afirmaram que estão satisfeitos com a localização da propriedade e 75% gostam de viver na nova moradia; 63% dos reassentados afirmaram que estão contentes com a infraestrutura de suas residências. Quanto à oportunidade de renda, conforme a pesquisa do consórcio, 35% dos reassentados conseguiram melhorar as condições. Quanto a proximidade das famílias, os números do CESTE revelam que 75% estão satisfeitos com a proximidade entre parentes e vizinhos, 61% acham que tiveram maior acesso a saúde, 62% mais acesso à educação e 56%, maior acesso ao lazer e à cultura.

Do ponto de vista do reassentamento Baixão os dados expostos pelo empreendedor contrapõem-se às informações coletadas na presente pesquisa. Pois existe insatisfação em quase todos os níveis apontados pelo CESTE. O discurso do representante chama a atenção para o caráter inexorável da UHEE. Na visão dele essa se constitui como condição *sine qua non* para a geração de eletricidade e manutenção do desenvolvimento da região e do país. Seu discurso se utiliza da premissa de que a empresa acata a legislação ambiental e por isso tem respaldo pelos sistemas de gestão de qualidade “ISO 9000” e “ISO 14.000” para esconder os prejuízos causados ao meio ambiente e à sociedade pela construção da UHE.

O gestor, lançando mão de termos da engenharia elétrica e de um estilo cuidadoso em suas explicações, tenta obscurecer a realidade da outra face da moeda. Do mesmo modo, percebe-se sua tentativa de sair pela tangente, no momento do diálogo com a pesquisadora, utilizando-se de artifícios, como apresentação em *slides* mostrando o lado positivo das medidas mitigatórias, com depoimentos em favor do empreendimento.

A narrativa do G3 foi sucinta do ponto de vista geral na tentativa de elucidar as catástrofes ocasionadas: deslocamento da população ribeirinha, que morava há mais de 50

¹¹ Dados coletados na visita de campo à UHEE realizada em 11 de agosto de 2017. A câmera do celular foi o instrumento valioso para fotografar os *slides* e melhor explorar os dados

anos em seu território de origem, a supressão de grandes áreas territoriais e no caso do Reassentamento Coletivo Baixão dificuldades dos atingidos para se recompor com a falta de água e adaptação ao local, com características díspares às do território anterior, entre outras.

Para G3, “[...] o sentimento de perda, de saudade, não tem como mitigar [...] a empresa se baseia na compensação das perdas de bens patrimoniais” (G3, Ago/2017). No entanto, os benefícios recebidos pelos bens patrimoniais são trocados pela energia elétrica. Via de regra, a população atingida a recebe em suas casas por um preço exorbitante.

No terceiro e último capítulo, pretende-se fazer uma análise descritiva dos achados da pesquisa *in loco* no reassentamento Baixão. Nesse sentido, focalizam-se os modos de vida anteriores e atuais e particularidades da transição – a desterritorialização - e os processos de reconstrução dos modos de vida.

3. EFEITOS DA USINA À REESTRUTURAÇÃO DA VIDA NO BAIXÃO

Buscou-se, neste capítulo, descrever os modos de vida atuais dos moradores do reassentamento Baixão, contrapondo-os aos modos de vida anteriores, quando ainda moravam na ilha de São José, evidenciando, sobretudo, as mudanças ocorridas após a desterritorialização. Foram destacados os pontos cruciais para o grupo atingido no que se refere às transformações em seus modos de vida, seus costumes e tradições.

Para tanto, a seção versa sobre a ocupação do território anterior em contraste com o atual, fazendo um cruzamento com as discussões já realizadas, além de utilizar-se dos dados coletados por meio da aplicação do roteiro de entrevista com questões fechadas e abertas (apêndice 1) e da análise de fotografias contidas no documentário do IPHAN (2008) a fim de elucidar e, até mesmo, comprovar as alterações nos modos de vida dos atingidos.

Salienta-se que a oralidade e as discussões evidenciadas no texto são fruto dos roteiros de entrevista discutidos sem seguir a ordem das questões. Estes foram aplicados ao final do ano de 2017, sete anos após a desterritorialização.

A dicotomia homem-natureza, a cultura de subsistência, a dinâmica territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como as relações sociais, a identidade, os vínculos afetivos ao meio biótico e antrópico serão evidenciados através da articulação do empírico e o teórico na concepção de autores como Diegues (2001); Tuan (1980; 1983); Raffestin (1993); Haesbaert (1997) e Hall (2006).

Através das narrativas dos atingidos e das informações obtidas no transcorrer da pesquisa foi possível compreender as questões referentes à atuação do CESTE e da Prefeitura Municipal de Babaçulândia. Além disso, verificou-se se a atuação destes órgãos tem contribuído para a adaptação do grupo e se os recursos de compensação financeira são aplicados visando ao reparo social e ambiental do município.

Analizou-se por meio da pesquisa *in loco* e das entrevistas com os participantes como a questão da falta de água potável, um dos maiores problemas enfrentados no reassentamento, está sendo mediado. Verificou-se ainda se a assistência do poder público municipal em elementos essenciais como a saúde, o transporte escolar e a manutenção das estradas está sendo realizada de modo a minimizar os problemas. Por fim, buscou-se descrever de modo analítico as angústias e os anseios dos participantes da pesquisa na nova realidade, elencando as transformações e a ruptura ocasionada pelos empreendimentos energéticos na vida das populações atingidas.

3.1 Modos de vida: ocupação e costumes na ilha e Baixão

No que concerne ao antigo território (ilha de São José) habitado pela população estudada, importa afirmar, em consonância com Silva Júnior (2014), que os ribeirinhos o ocuparam atraídos pela fertilidade do solo, a criação de gados e porcos, a plantação do fumo, complementados com a extração e venda do coco babaçu e as riquezas proporcionadas pelo rio Tocantins.

As características do grupo estudado consistiram em 56% do sexo masculino e 46% do feminino, com idade entre 40 e 83 anos de idade, sendo naturais dos estados do Tocantins e do Maranhão. Todos são representantes de famílias advindos da ilha de São José e lá habitaram por mais de trinta e cinco anos. As propriedades variavam entre um e cinco alqueires, sendo dois desses colaboradores da pesquisa agregados de terceiros. De um modo ou de outro, todos passaram pela des-re-territorialização.

A ilha de São José, território habitado pelos ribeirinhos, há mais de meio século era permeada pela simbologia que comportava as características do grupo. Avistada da ponta de cima até a ponta de baixo do rio Tocantins, seus habitantes eram abrigados em casas de palmeiras de coco babaçu, taipa e pau-a-pique, com piso de chão batido. As habitações, ilustradas nas fotos 5 e 6, eram feitas com simplicidade pelos próprios moradores em regime de mutirão com os vizinhos.

Foto 5 - Casa de adobe e palha de coco babaçu na ex-ilha e **Foto 6** - Casa de palha na ex-ilha



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

A foto 5 retrata uma moradia de uma família na ilha de São José, construída com adobe e taipa, coberta com palha de coco, rodeada de árvores. A lona espalhada ao chão para secar o arroz era uma prática realizada pelo grupo para dar o ponto do beneficiamento do grão. A foto 6 expõe uma residência feita com paredes e teto de palha do coco babaçu, complementada de taipa, construída em meio às árvores, onde se percebe a exposição do

casebre ao sol, fator que, sobremaneira, contribuía para a breve deterioração do vegetal, sendo necessário trocar as palhas com frequência.

Conforme informações do IPHAN (2008), havia na ilha aproximadamente cinco moradias construídas com alvenaria e telhas, sendo que apenas uma residência possuía vaso sanitário e chuveiro. Três residências faziam uso de energia solar e poucas casas possuíam energia elétrica, provenientes de geradores movidos a óleo diesel. Essa energia era usada para iluminar por algumas horas os barracos e o suficiente para assistir a telenovelas à noite, fato ilustrado pelos moradores como uma passagem importante, porque reunia a vizinhança, pois nem todos tinham disponíveis, em suas moradias, energia elétrica e aparelhos de TV. Dos treze representantes das famílias entrevistados, cinco relataram que possuíam casas totalmente feitas da palha do coco babaçu; sete afirmaram ter casas de pau-a-pique com cobertura de palhas; e um afirmou ter sua casa construída com tábua e cobertura de palha.

Concernente a essa realidade, após sete anos da mudança territorial, muitas pessoas atingidas afirmaram que se sentem inseguras com as novas moradias. Algumas casas apresentam rachaduras e, embora feitas de tijolos e cimento, seus moradores não se acostumaram com o calor que dizem fazer dentro delas. Alguns ainda insistem no modelo anterior e construíram barracos de palha a fim de sentirem-se seguros, e passam a maior parte do tempo neles, pois também ajudam a amenizar o calor.

A foto 7 ilustra uma moradia construída pelo CESTE para uma família do reassentamento. Todos os atingidos receberam casa com banheiro, instalação elétrica e hidráulica e um pequeno galpão para guardar os mantimentos. Os moradores puderam optar em ter a casa com a cozinha acoplada ou não. Mas, conforme seus relatos, o local de construção das moradias não foi escolhido pelos proprietários. Existe no reassentamento uma residência construída com a porta da frente voltada para os fundos da casa. Alguns moradores já modificaram a estrutura construindo áreas cobertas de telhas e/ou puxadinhos de palhas, conforme demonstra a foto 8.

Foto 7 – Moradia no reassentamento Baixão e **Foto 8** - Casa adaptada no reassentamento



Autor: Pitombeira (Fev/2017)

Quanto às novas moradias, muitas delas apresentam falhas no alicerce, rachaduras nas paredes e buracos no piso. É o que afirma o representante da Família 1, que teme uma fatalidade em relação às condições de sua moradia;

Eu tenho muito medo dessa casa cair em cima de mim uma hora dessas. Porque bem ali é fofo, a mulher pisou com um tamanco afundou o piso, as paredes são rachadas. Então minha casinha era feita de palha e forquilha eu sabia que era segura porque é um instrumento seguro, firme na terra, mais fresquinha porque era de palha, mesmo que estragasse a palha a gente fazia outra mais os companheiros, então era uma grande vantagem. Pra nós que recebemos uma casa dessa aqui de tijolo e telha, se ela rachar é suficiente pra fazer uma arte com a gente, a gente não tem condição de levantar ela de novo (...) (F.1, J.C.M.P., Entrevista em 25/11/2017)

O discurso do representante da F1 demonstra a insatisfação com sua moradia atual. Sua narrativa sugere que as residências foram construídas com material de baixa qualidade. Sua moradia anterior, apesar da simplicidade e de ter sido feita por ele mesmo na ilha, lhe dava a sensação de maior segurança. O CESTE assume que muitas dessas casas estão em estado crítico. Por isso está reconstruindo quatro novas casas no reassentamento. A população do Baixão aguarda uma medida enérgica da empresa no sentido de reconstruir todas as residências, porém a empresa não confirma o atendimento desse anseio, tendo assumido compromisso apenas com as quatro residências relatadas por acreditar que somente elas ofereciam riscos aos seus moradores.

A ilha era banhada pelo rio, rodeada por matas, plantações de vazantes, roças de arroz, milho, feijão, bananas e mandioca. Tudo isso delineava a cultura de subsistência do grupo e a relação homem-natureza. Essa conexão dos ribeirinhos com o meio natural corrobora com o que assevera Diegues (2001). O autor destaca que na visão biocêntrica o homem enxerga o mundo natural como um todo, ele está integrado ao meio natural como todos os seres vivos. A natureza tem valor próprio, não importa sua utilidade para o mundo. Na ilha a dicotomia homem-natureza estava atrelada ao uso consciente dos recursos naturais, uma vez que os ribeirinhos tinham conhecimentos tradicionais dos ciclos naturais do solo e das plantações.

O modo de vida do grupo no antigo território se afina com a assertiva de Diegues (2001, p. 48): “[...] o homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida. Ela não é um meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza, e a natureza, seu mundo”. Nas fotos 9, 10 e 11 está visível a relação do homem com a natureza no que se refere a suas plantações, com toda singularidade, pois as lavouras eram idealizadas sem o uso de artifícios técnicos para ampliar a produção, mas apenas o fertilizante natural decorrente da vazante do rio Tocantins. A foto 9 ilustra uma plantação de bananas de um morador da ilha. A

fruta era cultivada por quase todos moradores, que em sua maioria complementava a renda devido à fácil comercialização desse produto.

Foto 9 - Plantação de Bananas na ex-ilha



Foto 10 - Lavoura de Arroz na ex-ilha



Fonte: IPHAN (Mai/2008)

Na foto 10, percebe-se a abundância de uma plantação de arroz com a coloração amarelada, da espécie denominada por eles de ‘agulhinha’. Na imagem, um ilheiro surge ao lado do filho, evidência que desde criança já se nutria naquele lugar a relação com a natureza e com o trabalho no campo. Segundo narrativas dos participantes da pesquisa, para o cultivo do arroz era necessário iniciar o manejo em meados de outubro a dezembro até a colheita, de março a maio.

Quanto à foto 11, expõe o plantio de feijão em vazante em meados dos meses de abril a maio. Segundo os colaboradores, a espécie mais cultivada na ilha era o ‘feijão manteiguinha’, espécie cujos grãos são menores e cuja comercialização é realizada mais facilmente. O frasco com água, ao lado da plantação, indica uma crença popular do grupo com a intenção de evitar imperfeições na lavoura e proteger a plantação de uma espécie de mau olhado e intempéries da natureza.

Foto 11 - Plantação de feijão e a crença do grupo na ex-ilha de São José



Fonte: IPHAN (Mai/2008)

Para Diegues (2001), ainda existem representações simbólicas e míticas que vão além das diferentes culturas e das diferentes organizações sociais. Embora as transformações do mundo moderno tenham atingido a natureza de forma exorbitante, cada forma de interação tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural. Desta forma, Diegues (2001, p. 85) admite que “[...] o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais”.

A ilha era um lugar favorecido pela natureza, cuja fertilidade era notável. Toda forma de recurso e de intimidade com o território hoje está submersa, conforme demonstra a foto 12. As árvores em decomposição devido ao represamento da água do rio foi o que sobrou do território perdido. Atualmente o território da ex-ilha está coberto, não sendo possível visualizar nenhuma lembrança a não ser a paisagem entre morros e a vegetação às margens do lago, conforme retrata a foto 12.

Foto 12 - Resquícios da “ilha”: árvores em decomposição no lago da UHEE em Babaçulândia



Fonte: D. SANTOS (Fev/2018)

A nova localidade apresenta um contraste. Sem água potável, cujas terras necessitam de manejo técnico para produzir, os moradores desterritorializados lutam para refazer sua vida mesmo diante das dificuldades encontradas. O representante da F8, antigo morador da ilha, relata que o território inundado era ricamente produtivo e propício à criação de animais, servindo de base fundamental para a sobrevivência do grupo.

Se a gente colhesse 20 ou 40 sacos de arroz, a gente guardava pra comer a metade e vendia a outra parte, a gente vendia o milho, a melancia, abroba, o melão, o feijão, a fava [...] a gente ia produzindo e vendendo, as vezes a gente vendia que dava pra comprar um gado. A gente ficava todo alegre quando o rio vinha que lavava a vazante para a gente plantar [...] todos os anos dava de comprar 3 a 4 gados e assim ia multiplicando (...). Logo que a terra era muito produtiva, não precisava adubo,

nem nada. Tudo que você plantava tinha e aí a gente vendia as coisas, vendia banana, vendia tudo (+++) [...]. (Entrevista F8, P.D.N., 25/11/2017)

A narrativa do F8 reforça a ligação do grupo com o território, enfatiza o uso da terra para fins de sobrevivência e apoio econômico às famílias, que além de venderem parte de suas colheitas, alimentavam-se em abundância. O contato familiarizado com os recursos naturais era o meio de suprir as necessidades econômicas e de subsistência do grupo. No entanto, muitos moradores da ilha de São José tinham outros ofícios para complementar a renda familiar, a exemplo da foto 13, que retrata um ofício empreendido pelos ilheiros há meio século, quando o coco babaçu tinha grande fluxo comercial no mercado de cosméticos. No entanto, mesmo com a eliminação da venda do vegetal para este fim, essa prática perdurou, haja vista o valor comercial do óleo extraído dessa fruta em seu beneficiamento.

Foto 13 - Quebra do coco babaçu para fazer azeite na ex-ilha de São José



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

Da população investigada, todos se qualificaram como lavradores, pois trabalhavam na terra, nas plantações de lavouras e vazantes, que eram para eles o principal subsídio para alimentação e arrecadação de recursos, com a venda da produção na feira livre em Babaçulândia e Estreito. Todos tinham um ofício peculiar, repassado por gerações, que era complementado com a produção agrícola. No cerne da pesquisa, os colaboradores afirmaram ter mais de uma atividade, devido às condições apropriadas do território. Dentre elas, destacam-se a pesca, criação de gado bovino, condução de passageiros em barcos, quebra de coco, açougue, caça, carpintaria naval, serviços de produção de merenda. Alguns trabalhavam no serviço público, sendo um vigia noturno da unidade escolar, um agente de saúde e um piloto aquaviário da embarcação da Secretaria de Saúde, disponível para transportar os ilheiros em casos extremos de doenças.

Atualmente, essa população sofre com as mudanças, no que concerne ao modo de atuação profissional, principalmente quanto ao que se refere ao trabalho típico na terra e no rio. Muitas pessoas investigadas, no âmbito da mudança territorial, tiveram seus ofícios dissipados, conforme explicita a tabela 7.

Tabela 7- Profissões da população estudada no antigo e novo território

PROFISSÃO	ILHA DE SÃO JOSÉ	REASS. BAIXÃO
Pescadores amadores	09	0
Pescadores profissionais	01	0
Caçadores	02	0
Vazanteiros	13	0
Barqueiros	01	0
Quebradeira de coco	08	0
Carpinteiro naval	01	0
Aposentado	03	04
Açougueiro	01	0
Agropecuária	11	11
Agente de saúde	01	01
Vigia noturno	01	01
Merendeira	01	01
Piloto aquaviário	01	0

Autor: Pitombeira, (Dez/2017)

Fonte: Dados de campo

As mudanças estabelecidas pelo contexto territorial trazem um sentimento de perda tanto emocional quanto financeira. Os participantes da pesquisa não deixaram de trabalhar com a produção na terra e a criação de gado. Porém, é unânime o discurso de que a produção é fraca e a terra é imprópria para suprir as necessidades. Eles relatam ter sofrido um declínio na produção agrícola, passando a comportar maiores despesas, de modo que muitos procuram se estabelecer agora em trabalhos assalariados.

Conforme questão do roteiro de entrevista junto à população investigada, em relação à criação de gado e a adaptação à terra, apenas dois participantes afirmaram que estão satisfeitos com suas terras, pois moravam em terrenos menores como agregados de terceiros e hoje têm sua própria gleba. Ambos, por terem se estabelecido próximos a um pequeno córrego, afirmam não ter problemas com a criação de animais: “Eu não passava de dez cabeças de gado, porque a terra era pequena demais. E aqui não! Nós tem uns 30 e pouco, e não tem mais porque nós vende direto” (Entrevista com F6, A.F.A.S., em 25/11/2017).

O discurso do representante da F6 confronta-se com o dos demais participantes da pesquisa, instalados em locais secos e rochosos, e por isso afirmam terem sido prejudicados na produção agropecuária e agrícola. Para os demais colaboradores, os benefícios são irrisórios frente aos prejuízos, conforme relata o representante da F1.

No meu alcance os benefícios que têm de melhor foi pros agregados, porque eles tinham aquela possibilidade de morar subordinado ao fazendeiro, agora eles têm oportunidade de ter um pedacinho de terra para eles fazer aquele criativo para eles sobreviver. Agora para nós que tinha nossa terra pra ser desapropriado de qualquer forma tomando prejuízo que nem a gente tomou, e muitos tomou também foi prejuízo pra nós [SIC]. Porque nós deixamos nosso lazer que estava colocado, situado em cima com nosso criativo com tudo nas mãos, aí paremos (+). A questão minha aqui, eu recebi esse pedaço de terra brabo, não recebi benefício nenhum, nada do que eles disseram que fazia não fez. Então o que eu trouxe de lá pra cá eu acabei. Eu vendi o gado, vendi tudo pra poder aplicar para eu fazer uma moitinha de pasto. [...] cheguei aqui passei muito humilhação dos outros aqui, botando pasto de um em outro, eles falaram que pagavam um ano de pasto, pra mim só foi dez meses, falaram que dava um cartão alimentação pra nós durante um ano, só foi dez meses e quando a gente bem não esperava eles cortaram o gado, cortaram o cartão, quando da fé que não o rapaz virou pra mim e disse: agora tu te vira com teu gado, aí eu fiquei rodado, sem saber nem aonde botava o gado. Soltei gado em cima dessa serra aí que eu não conhecia nada, aí tive que depender dos outros pra juntar gado, aí por essa questão foi que acabei as minhas coisas (Entrevista, F1, J.C.M.P., 25/11/2017).

A narrativa do representante F1 revela a dimensão do prejuízo sofrido pela maioria do grupo. A perda de parte da produção devido à improdutividade do solo e à falta de subsídios para vitalizá-lo ocasionou um declínio no rendimento agrícola e agropecuário. O Reassentamento, efetivamente, não satisfaz aos anseios da maioria dos atingidos que, se pudessem ter feito livremente sua escolha, sem a intimidação imposta pela previsível inundação, teriam ficado na ilha.

A foto 14 demonstra a visível dissemelhança no modo de cultivar os alimentos. Nela, uma plantação de mandioca no novo território tomado por pragas que nem mesmo o período chuvoso favoreceu. Já a foto 15 mostra a discrepância no solo das terras que agora pertencem aos atingidos. O terreno seco e arenoso, desfavorecido pela infertilidade, é impróprio para a criação de animais.

Foto 14 - Mandiocais destruídos por pragas no Baixão **Foto 15** - Criação de gado no Baixão



Autor: Pitombeira (Nov/2017)

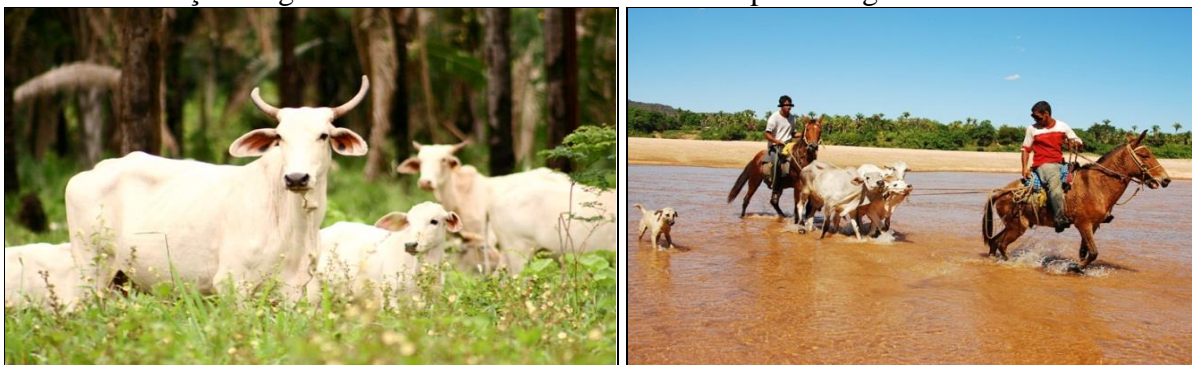
O terreno arenoso, mesmo em período de inverno na região, não consegue subsidiar um pasto propício à criação de animais, fazendo com que muitos moradores reduzam a quantidade de sua criação. A característica do solo não contribui para a manutenção das atividades laborais do grupo, conforme relata o representante da F4.

Pela nossa produção piorou muito (+). Tudo que plantava era com abundância. A gente plantava no clima da terra e dava melancia, tomate, feijão, arroz, tudo, sem ajuda de adubo, os gados era gordo. Nossa terra era produtiva pra tudo. Aqui a gente planta muito e não colhe nada, nem sequer para própria alimentação da gente. A gente tem que plantar no inverno e no verão e ainda não dá (Entrevista, F4, E.C.B.C., 25/11/2017).

O depoimento do representante da F4 corrobora com o que está ilustrado nas fotos 14 e 15 e com o disposto na tabela 7, pois com a pouca produtividade e os imprevistos com os surtos de insetos, percebe-se evidentemente que houve uma redução no modo de produção do grupo, sendo, portanto, necessário a busca de trabalhos assalariados. Muitos buscam trabalhos na cidade, na vila mais próxima e até mesmo em fazendas de terceiros. Relevante enfatizar que muitos estão adaptando as práticas de trabalho ao novo território com a criação e venda de galinhas, venda de ovos, produção de temperos, queijos, geladinhos e a confecção de sabão líquido.

A criação de gado foi uma das práticas mais empreendidas no antigo território. Isso deve-se ao fato de aquele ser um solo fértil, onde os pastos eram abundantes, sem necessidade de apoio técnico. Quase todos os moradores criavam gado, que servia para complementar a alimentação com a produção de leite e a venda do animal. A foto 16 estampa uma boiada de gado nelore em meio à vegetação nativa. A aparência robusta em meio ao capim originário do território denota a atração do grupo pela criação. Já a foto 17 apresenta dois vaqueiros fazendo a captura de bezerros às margens do rio Tocantins, sendo auxiliado por um cachorro, animal de estimação muito valorizado pelos ilheiros para colaborar na captura inclusive de animais silvestres.

Foto 16 - Criação de gado nelore na ex-ilha e **Foto 17**- Captura de gado na ex-ilha



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

Nas culturas tradicionais há indícios teóricos de que “[...] nenhuma cultura tradicional atua em estado puro” (DIEGUES, 2001, p. 92). Com a visível redução dos viveres no reassentamento, a população atingida pela UHE apresenta hoje modos de vida da cultura popular e cultura de massa por causa da conexão com o modo de produção capitalista. Na visão de Diegues (2001), as culturas tradicionais se consideram transformadas em grande ou em menor parte. O autor considera que a globalização produzida, sobretudo pelo capitalismo, contribui para o que ele chama de “uniformização cultural”, que consiste no processo de desorganização das culturas tradicionais.

Essa declaração do autor chama a atenção para um dado relevante mencionado por ele, a mudança social. “As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança, seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção [...] mercantil” (DIEGUES, 2001, p. 93).

No caso constatado no reassentamento Baixão, a possível territorialidade ocorre de modo que os moradores estão inseridos numa pequena produção mercantil. Alguns, devido à idade, aposentaram-se como trabalhadores rurais; outros saem do reassentamento para trabalhar na cidade ou no povoado próximo como diaristas ou assalariados. Porém, estes, devido à sua identidade, retornam a sua vida na condição de lavradores, agropecuaristas, produtores autônomos, movimentando, mesmo que de forma tímida, o comércio de leite na vila, de galinhas caipiras, temperos, e trabalham com açougues na cidade, com a venda de gados bovinos, embora com as dificuldades de cultivo e produtividade.

A identidade, na visão sociológica clássica, é formada na “interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores [...]” (HALL, 2006, p. 11, aspas do original). Os critérios facilmente observáveis, como a língua ou o dialeto de um grupo e aqueles invisíveis ao olhar, como o significado simbólico das coisas, no caso em questão, a relação dos atingidos com o rio, o apego às plantações, aos vizinhos, etc., é onde está, na maioria das vezes, o ‘eu real’ do grupo. O processo de descontinuidades, com constantes fragmentações e rupturas, aconteceu com as relações exteriores e o recomeço do grupo.

Segundo a população investigada, é um desafio muito grande adaptar-se aos novos hábitos, haja vista que o modo de viver na ilha era suficiente para sua sobrevivência. O território preenchia suas necessidades tanto objetivas como subjetivas. A estima dos participantes da pesquisa, pelos aspectos naturais da ilha, é denominada por Tuan (1980, p. 5)

de “Topofilia”, pois “esta se constitui no [...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. A natureza dessa relação é constatada de forma diversa, quanto à intensidade, à sutileza e ao modo de expressão. Assim, os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material são capazes de produzir uma harmonia com o lugar.

3.2 A relação de afetividade com o rio: práticas sociais, culturais e religiosas

A população investigada é unânime em afirmar que frequentava o rio cotidianamente. Para aquelas pessoas, o rio era considerado, além de fonte de lazer e complementação da renda, palco de suas manifestações religiosas. Os festejos de São José eram o atrativo religioso frequentado a cada ano por todos. A prática do uso do rio para rituais religiosos como batizados foi mencionada por 46% (6 famílias) da população investigada. No que tange à utilização do rio para os rituais religiosos, a íntima relação dos atingidos com seu meio, a forma como mantinham seus preceitos religiosos com o universo natural, definia as características do grupo. “As representações que essas populações fazem dos diversos hábitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico” (DIEGUES, 2001, p. 85).

Conforme informações obtidas pelos interlocutores, durante a vivência na ilha, o ano todo era bom para a pesca. Os relatos indicaram que a melhor fase era entre o fim do mês de abril e início do mês de maio, quando iniciavam os ventos que ensaiavam o período de seca e anunciavam a temporada das praias, da plantação de vazantes e da fartura do pescado.

A foto 18 mostra um atingido navegando em sua canoa na ilha de São José, atento a qualquer movimento na água para o arremesso da rede. Essa prática era muito utilizada pelos ilheiros. Alguns deles eram pescadores profissionais e comercializavam o pescado na colônia de pescadores em Babaçulândia. Conforme relatou o representante da F2, muitas vezes o pescado era vendido às margens do rio Tocantins na cidade de Estreito por ser considerado o local mais próximo da ilha e ter menos gastos com combustível.

A foto 19 ilustra o sucesso obtido na pescaria. Filhos de pescadores fazem a limpeza do pescado, que serviria para alimentar a família ou ser vendida para complementar a renda familiar. Neste sentido, a proximidade com o rio garantia o sustento farto das famílias. O peixe era recolhido no rio e limpo às suas margens, para ser consumido e/ou vendido.

Foto 18 - Pescaria no rio próximo a ex-ilha **Foto 19** – Limpeza do pescado na ilha ex-ilha



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

O território atingido possuía seus significados. Conforme relatos do grupo atingido, as árvores tinham para eles importância e memórias que marcaram a trajetória de uma vida. As demarcações subjetivas em pontos do rio mostravam a apropriação simbólica do território no qual os ribeirinhos se harmonizavam com a natureza. Conforme os atingidos, a margem direita da ilha era mais povoada que a esquerda. Segundo eles, alguns moradores ocupavam o rio, deixando rastros que lhes incumbiam um sentimento de posse.

Os barcos ancorados às margens do rio, conforme explicitam as fotos 20 e 21, delimitavam o território de alguns membros do grupo. Ali servia de ponto de banho e de encontro dos moradores. Observou-se que muito do que se viveu e sentiu na ilha não é possível mais existir. O relato da representante da F7 denota uma disforia em relação à fartura de peixe identificada nas fotos:

[...] aqui, quando tá chovendo, eu fico lembrando daqueles mandi que a gente pegava. Podia dizer assim: fica aí cozinhando o arroz que eu vou pegar o peixe. Eu fazia era escolher o peixe, lá eu nunca comi sardinha, hoje aqui eu como (++) porque não tem que escolher nada. Eu pesco onde? Aqui tudo é diferente (...) Eu fico só na saudade. (F7, N.A.C. entrevista dia 25/11/2017)

A estrutura interna do texto relatado pela representante da F7, por si só, não denota o estado de carência. Contudo, não somente a estrutura linguística deve ser analisada, mas também o contexto sócio-histórico da produção do texto. Conhecer a história dos atingidos conduz a afirmar que o sentido da sentença não é apenas uma negação da existência de peixes no lugar onde a enunciativa ora está. O pronome “tudo”, por sua vez, predicado com o

adjetivo “diferente”, confere à sentença o sentido de empobrecimento, de perda drástica, logo, de carência, mostrando ser preciso adaptar-se às espécies de peixes postos à venda no reassentamento e que nem sempre são comprados por falta de recursos.

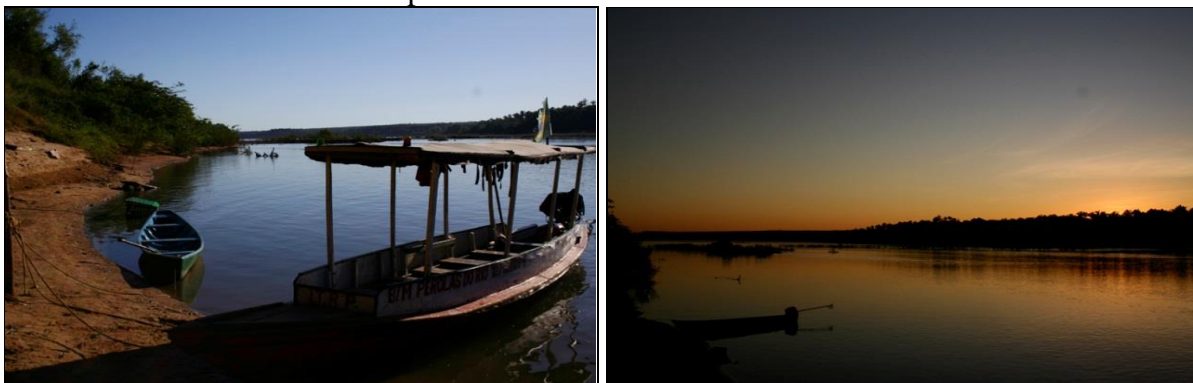
No relato abaixo, o estado de êxtase da depoente quando se referiu ao rio e aos peixes expressa sentimentos que retratam uma intimidade e lealdade com o território “[...] era uma alegria muito grande aquele cheiro de peixe, o cheiro da água do rio, quando nós pegava um peixe [...] hoje aqui o peixe fede demais, a água do lago não corre, ai fica fedido o peixe” (F7, N.A.C. entrevista, dia 25/11/2017).

O conhecimento natural do cheiro dos peixes oriundos do rio confere aos colaboradores afetividade ao ambiente biofísico. A relação dos seres humanos com o ambiente, conforme Tuan (1980, p. 107), pode produzir tanto respostas estéticas como táteis: “A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética [...] pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa [...]”. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, a água e a terra.

Nesse contexto, os sentimentos para com um lugar, quando tomado na condição de lar, são mais permanentes e de difícil expressão, dado ser ele “[...] o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p. 107). Conquanto não seja a emoção humana mais forte, conclui o autor, a topofilia reconhece o lugar ou meio ambiente como um símbolo ou como o veículo de acontecimentos constituídos por fortes cargas emocionais.

A foto 20 ilustra a imagem de um pequeno barco a motor denominado ‘Pérola do Rio’ com cinco bancos de madeira utilizados para transportar passageiros para Babaçulândia e Estreito (MA), bem como a produção da lavoura para comercialização. Do seu lado direito, está ancorada uma canoa que era utilizada para pesca e passeios no rio comportando até seis passageiros. Muitos moradores possuíam seus próprios barcos – a motor, a remo ou canoa rabuda e voadeira (embarcação movida a motor de popa com estrutura de alumínio ou metal). Relatos dos atingidos aduzem que alguns moradores tinham o ofício de barqueiro e faziam linhas semanalmente para os núcleos urbanos.

Foto 20 - Barcos ancorados no porto da ex-ilha e **Foto 21** - Pôr do sol na ex-ilha de São José



Fonte: IPHAN(Jun/2008)

A foto 21 retrata o pôr do sol na ilha de São José. A canoa chamada pelos ribeirinhos de rabuda, (fabricada artesanalmente por eles) com motor e hélice, ancorada às margens do rio, sinalizava o descanso do grupo. Para a população estudada, o rio era a via de acesso às cidades. O transporte fluvial era o meio de aquisição de suplementos necessários à sobrevivência. Para eles, navegar fazia parte de sua vida, era o meio mais apropriado para desfrutar a natureza.

[...] lá muitos tinham seus barcos e uma viagem na rua era muito bom, nós ia brincando um baralho, conversando, peixe ia pulando pra dentro do barco, a gente gritava esse aqui é meu, este é meu, quando chegava já tava com o almoço ou a janta, porque os peixes iam pulando dentro do barco. ((risos)). Aqui a gente não tem divertimento, as crianças daqui não vão ter aquela alegria de ver aquele cardume estourar, de ver os peixes, de sentir o vento do rio em época de veraneio, a natureza eles não vão alcançar, vai ser que nem um sonho pra eles, nós sentia aquela alegria, aquele prazer. (F1, J.C.M.P. Entrevista em 25/11/ 2017).

No depoimento do representante da família 1, é possível constatar o sentimento de perda e a saudade do território. Na memória, há registro relativo ao rio. A perda do transporte fluvial é tida por ele como irreparável. A alegria em ver os cardumes, em sentir o vento são sentimentos tidos por eles como insubstituíveis. Na concepção de Tuan (1983), os sentidos dos seres humanos são aguçados, obtendo sentimentos profundos pelo espaço e pelas qualidades espaciais. A experiência com um lugar ocasiona intimidade e paixão por ele. “[...] a maioria das pessoas fazem uso dos cinco sentidos, que se reforçam mútua e constantemente para fornecer o mundo em que vivemos intricadamente ordenado e carregado de emoções (TUAN, 1983, p. 13).

Analisando a cultura do grupo, na abordagem antropológica feita por Diegues (2001), o conceito de cultura tem relação com o homem e a natureza. Na abordagem, o autor considera que os fatores da cultura para grupos tradicionais são mais propensos do contato com o meio ambiente. No entanto, algumas práticas propiciam uma relação mais forte com o

meio natural que outras. Para ele, as atividades de subsistência e as atividades econômicas que envolvem tecnologia e organização social caracterizam-se também “[...] no ‘núcleo central da cultura’ e são responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao meio ambiente” (DIEGUES, 2001, p. 76). Para os ribeirinhos, as atividades de produção – de comercializar os subsídios, frutos de seus trabalhos – eram estrategicamente sua forma de adaptação.

Diegues (2001) assevera que as comunidades tradicionais possuem seus conhecimentos que entendem da biodiversidade e pressupõem com autenticidade como a natureza deve ser preservada. O autor menciona dentro desse preceito que o saber tradicional se estabelece pela percepção dos povos que têm um conhecimento acumulado sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades da pesca e da colheita e, ainda, os limites temporais tidos para iniciar a pesca profissional a fim preservar as espécies. Dessa forma, os relatos dos moradores demonstram uma intimidade do grupo com o lugar e com a natureza.

A cultura, para a comunidade focalizada, era fruto do processo que determinava o seu modo de viver, de agir, de fazer as coisas e de sistematizar suas práticas. Nesse caso, a preservação desses saberes e dessa relação com o ambiente exige a socialização de conhecimentos, isto é, a endoculturação. Para Laraia (1986, p. 20), a endoculturação é um “[...] processo permanente de aprendizagem de uma cultura que se inicia com assimilação de valores e experiências a partir do nascimento de um indivíduo e que se completa com a morte”.

Nesta perspectiva, o comportamento do indivíduo para se adequar culturalmente, necessita antes de tudo de um aprendizado, de um processo. Desse modo, conforme necessidades e possibilidades, os ribeirinhos, desde a infância, exerciam práticas que se tornaram tradicionais na ilha: as danças típicas religiosas, as rezas, os saberes medicinais, o parto feito por parteiras, o conhecimento sobre os cardumes de peixe, a intimidade com a plantação e colheita e o modo do grupo de se relacionar, garantiam sua identidade.

A foto 22 retrata a tradição religiosa do grupo no antigo território. A bandeira vermelha com fitas e os quadros de santos sobre a mesa indicam que ali aconteceria a devoção ao Divino Espírito Santo. Na ilha, o catolicismo predominava. Os moradores traziam consigo uma vida marcada pela fé. Eles tinham o costume de realizar promessas ao Divino em troca de uma cura e/ou da realização de um sonho. Para o pagamento da promessa, muitos saíam em peregrinação nas casas com os símbolos do Divino Espírito Santo (a bandeira e a pomba branca feita de gesso), em reverência à terceira pessoa da Santíssima Trindade, ao som da zabumba e do violão, e das cantorias improvisadas. As festividades aconteciam quando um

devoto realizava uma promessa. Após a páscoa, iniciavam-se as festividades, que culminavam com a reunião de todos para rezar e comer.

A foto 23 mostra uma festa junina comemorada na ilha, onde os pares dançam na areia com os pés descalços. Conforme os dados obtidos na pesquisa, a comemoração da festa em homenagem a São João acontecia anualmente na ilha. Essa festividade para eles era o ponto de encontro dos ilheiros que iam prestigiar o evento nos arredores da unidade escolar. Os pares da dança se formavam entre alunos e moradores em geral.

Foto 22 - Altar da reza do Divino na ex-ilha e **Foto 23** - Quadrilhas Juninas na ilha ex-ilha



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

No que se refere às festividades tradicionais e religiosas, os relatos dos moradores esclarecem que após a mudança territorial tudo se modificou. A população da ilha era em maioria absoluta seguidora da religião católica. O número de evangélicos era mínimo. Atualmente, no reassentamento, da população estudada, 54% (7 famílias) afirmaram ser praticantes do catolicismo e 46% (6 famílias), declararam ser evangélicas. Esse número expressivo de evangélicos justifica-se pelo fato de que no reassentamento não há igreja católica, apenas uma igreja evangélica, sendo um atrativo para a conversão do grupo.

As festividades que aconteciam na ilha não são realizadas no reassentamento e, consoante a isso, os atingidos afirmam pouco participar de eventos sociais na zona urbana do município de Babaçulândia e na vila mais próxima, sendo a igreja evangélica o único atrativo para muitos do grupo. “[...] A gente já passou pro outro lado do conhecimento, aí a gente vai fazer a alegria da gente na igreja” (F1, J.C.M.P. entrevista dia 25/11/2017).

Raffestin (1993) chama atenção para o fato de as tessituras serem sustentadas pelas relações vividas. O autor enaltece o convívio com as populações através das relações

econômicas, laços de assistência e pela similitude no que concerne aos hábitos, costumes, tradições e linguagens. “Destruir ou apagar os limites antigos é desorganizar a territorialidade e, em consequência, questionar a existência cotidiana das populações. Uma transformação drástica dos limites teria conduzido a um confronto com o novo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 173). Assim, a narrativa do F1 revela uma interrupção na territorialidade do grupo em que as relações eram mantidas pelos vínculos afetivos e pela relação com a natureza.

Final de semana nós fazia uma brincadeira na casa de um, na casa de outro, aí juntava todo mundo e brincava bacana. Depois que a gente mudou pra cá acabou tudo! Aqui (+++) sei lá, a gente trocou de vizinho, a consideração parece que acabou, assim um com os outros, ninguém não liga tão tanto, a gente quase não tem confiança. Quando a gente confia em um, o outro já passa a perna na gente (...) é ficou tudo difícil aqui, trocou de vizinho e aí ficou estranho pra gente. Meus vizinhos distanciaram aí gente ficou mais desanimado (+++) muito triste. Todo mundo ficou triste porque trocou as posições dos vizinhos. Aí a gente sabe que tudo que troca os criativos da gente, a gente desmorona, fica sem graça. (F1, J.C.M.P., entrevista, dia 25/11/2017).

O depoimento acima denota a existência de um trauma de ordem social e cultural que é aqui conceituado como uma grande dificuldade para aceitar uma mudança territorial imposta e se integrar a um novo território. A destituição representa, mais do que mero afastamento, perda de significativas relações estabelecidas durante várias gerações com os elementos daquele ambiente, processos, para a maioria deles, não reproduzíveis em nenhum outro ambiente.

3.3 Desapropriação e dificuldades de adaptação no Baixão

Um lugar com o qual se estabeleça vínculo habitacional adquire estatuto de lar, ao qual se filia por virtude das experiências ali vividas, do trabalho ali realizado sistematicamente e da possibilidade de ali subsistir. Assim, a escolha de um lugar para nele constituir um lar se dá por critérios que não podem excluir a liberdade e a segurança.

Analogamente a isso, o reassentamento Baixão foi o local destinado a estabelecer parte do grupo atingido pela UHEE. Ou seja, foram desterritorializados de sua antiga localidade e reterritorializados em um projeto de reassentamento rural coletivo, com o qual não tinham vínculos tampouco apreço. O depoimento do representante da F1 demonstra a forma arbitrária da desterritorialização, onde os ribeirinhos afirmaram não ter acreditado que teriam que abandonar seu território:

A gente veio de lá pra cá como se trazia assim... Nem animal! Eles marcaram um prazo da gente sair (...) me marcaram uns 15 dias. Quando deu fé eles já chegaram

na porta [...] não tem jeito, tem que sair. Se vocês não saírem, nós pega seus trens e bota pra fora e derruba a casa. Aí já foram entrando na minha cerca, derrubando [...] o gado já foi ficando solto, aí a gente já foi atravessando o gado e botando num curral lá. Na encarretação deram muitos choques nos meus animal, eu perdi um cavalo caro que eu tinha comprado e uma égua (+++) certo que foi assim (()). As poucas coisas que a gente tinha pra trazer era pouca, mais valia dinheiro, eu tinha uma canoinha que eu fazia a travessia, eles ficaram de trazer, não trouxeram [...] eles ficaram me enrolando, a gente vai te pagar esses prejuízos e até hoje (+) e aí a gente fala pra um. Não, tu não ligou na central, tu não ligou não sei onde, tu tem que fazer reclamação não sei onde. Mas vocês não é que são representantes? Eles ficaram me empurrando com a barriga eu também larguei de mão. Mas certamente eu fiquei no prejuízo (F1, J.C.M.P., entrevista, dia 25/11/2017).

O depoimento do representante da F1 delinea uma trajetória de revolta. Ele abriu mão do seu objeto de valor, que lhe representava, mais do que mera habitação, fonte de recursos para sua subsistência e exercício de suas práticas sociais e culturais, e teve a harmonia quebrada pelo sujeito destinador CESTE, com a formação do reservatório cujas águas cobriram a ilha para dar início à formação do lago.

O CESTE precisava que os ribeirinhos abandonassem a ilha, sendo feito isso de forma imperiosa, conforme destaca o depoimento acima. Sendo assim “[...] tanto o empreendedor quanto o Estado deveriam considerar os direitos das populações atingidas, não devendo fazer uso de pressão ou coação para forçar as famílias a saírem das propriedades ou aceitarem a negociação das mesmas” (ZITSKE, 2007, p. 103).

Os entrevistados revelaram que imaginavam a saída do território como algo impossível de acontecer, não tendo sido preparados psicologicamente para o momento, nem tampouco organizado seus pertences, sendo, portanto, motivo de danos, lamentações, tristezas e até mesmo problemas de saúde, conforme demonstra a narrativa do representante da F7. “Eu pensei que nós ia morrer e ser enterrado lá na ilha, nascemos e se criemos lá [...].Eu preoquei muito foi com minha mãe, já de idade [...]. Eu chorava com medo dela não resistir essa mudança adoecer e morrer” (F7, N.A.C. entrevista em 25/11/2017).

Esse processo de desterritorialização ocorreu mediante pressão do CESTE, sustentando-se na reterritorialização. Logo, a desterritorialização dos atingidos complementou-se com a reterritorialização no reassentamento. Passaram à condição de reassentados como medida mitigatória, em compensação à desterritorialização. Para Haesbaert (1997), essa dinâmica, denominada de TDR (territorialização, desterritorialização, reterritorialização), tem a ver com o conjunto de relações que são desenvolvidas dadas as conexões com mecanismos e seus reguladores, ou seja, com as determinações do Estado e de seus executores.

Coelho e Miranda (2014, p. 22) asseveram que “[...] a desterritorialização pode ser entendida como o movimento pelo qual se abandona o território [...]”. Dessa forma o encontro com uma nova realidade provoca também uma desterritorialização dos processos simbólicos, “[...] quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos” (MEDEIROS, 2009, p. 224).

A desterritorialização, hegemônica e hierarquizante, promove a manutenção da desigualdade, não raro se manifestando quando um indivíduo ou grupo de indivíduos se considera superior a outros (HAESBAERT, 1997). Neste caso, a superioridade do CESTE impôs ao grupo o abandono do território. Fica subentendido um contrato firmado entre o CESTE e os ribeirinhos. Se os ribeirinhos saíssem de seu território, receberiam do CESTE um novo lugar para morar em substituição à ilha. Os ribeirinhos não podiam ter outra alternativa, a não ser, sair da ilha, pois a inundação já era certa e inevitável.

Em 2004 eles fizeram o cadastro, mas nós não acreditava que era verdade, só quando botei meus trens no barco. Quando eu vi os vizinhos arrumar as coisas aí eu fiquei mole. Aí nada de água chegar, eu pra mim que aquilo dali era uma tristeza muito grande. Tristeza mesmo foi no dia que eu embarquei meus trens no motor que um irmão meu ficou no porto, olhando pra nós sair e o motorzinho cortando água, eu ainda olhei pra ele, aí chega enchi meus olhos de água. Eu saí chorando de lá pra cá [...] eu fiquei olhando pra trás até sumir. Ainda hoje eu escuto o barulho do motor. Foi por isso que morreu gente, teve um amigo que custou ficar bom (F.6, A.F.A.S., Entrevista em 25/11/2017)

A narrativa do colaborador demonstra a sensação de impotência frente à força capitalista. Giddens (1991) chama atenção para as discontinuidades existentes na história humana. O autor sublinha que existe um conjunto de discontinuidades que são provenientes do período pós-moderno. “Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes” (GIDDENS, 1991, p. 10).

Assim sendo, ao sair do território, aqueles moradores trouxeram consigo lembranças cujo esquecimento é impossível, o modo como retiraram seus pertences, como abandonaram suas casas, como se despediram de seus vizinhos, parentes e amigos, até mesmo o barulho dos motores. “Os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimativa” (TUAN, 1980, p. 114). Sendo assim, são poucos os que não consideram ameaçadas a sua identidade quando destituídos de suas posses.

Concretizada a saída da ilha e com o consequente estabelecimento no reassentamento Baixão, aquelas pessoas experimentaram os efeitos da perda territorial - fonte de recursos para

elas – e das relações que tinham com todas as coisas e pessoas que lá havia (disforia). A foto 24 mostra a entrada do reassentamento, local onde residem os sujeitos sociais que confiaram suas memórias e lembranças para a realização desta pesquisa. A área do reassentamento tem 844 ha, sendo dividida em sete lotes para uso agrícola e dezenove para uso agropecuário.

Foto 24 – Estrada de acesso ao reassentamento Baixão, na TO - 424



Autor: Pitombeira (Jun/2017)

Conforme informações da pesquisa, a distribuição da área foi realizada mediante preenchimento de cadastro socioeconômico realizado no ano de 2004. Do grupo estudado, apenas dois colaboradores estão enquadrados na modalidade rural agrícola, ou seja, não criam animais bovinos e os terrenos possuem 12 ha individuais, conforme explícito no plano de remanejamento do CESTE. Conforme informou o IBAMA (2017), essa categoria recebeu, além das moradias com infraestrutura, assistência técnica rural e cestas básicas pelo período de um ano. Os demais colaboradores receberam 40 ha e os mesmos benefícios, acrescidos da assistência rural e oito cabeças de gado (CESTE, 2007).

Recordar é trazer à tona lembranças do passado. “Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição” (BOSI, 1994, p. 39). Para cada passagem existe um tempo. Um acontecimento fica gravado na memória de acordo com sua importância. O deslocamento de um grupo tradicional pode gerar uma perda sensorial dificultando a manutenção dos costumes (BOSI, 1994).

Assim sendo, sete anos após a desterritorialização, as memórias dos atingidos revelam um contraste nos modos de vida. Do grupo investigado, 76% (10 famílias) estão insatisfeitos por terem sido retirados de seu território anterior. Frente a isso o depoimento da F2, destaca que grande foi a movimentação na ilha para conquistar os ribeirinhos a aderirem à ideia da usina.

O CESTE conquistou uns moradores pra sair dizendo pra nós que nós não ia ficar desamparado [...] dizendo que aquele negócio de barragem ia servir de bem pra nós (...) e aí todo mundo tava achando que aquele negócio era perigoso porque ninguém queria sair de lá (...)" (A.A.S., F2, entrevista em 25/11/2017)

O relato do representante da F2 alude a uma resistência do grupo em abandonar seu território. Mesmo assim foram manipulados com a estratégia da empresa CESTE, com a circulação e a comunicação. Essas se complementam e estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias. “Toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p. 202).

Assim sendo, o CESTE buscou mobilizar o maior número de pessoas em acordo com sua política de desapropriação e mitigação. Conforme a narrativa do entrevistado, o poderio do consórcio serviu de base para mobilização dos moradores. Corroborando essa narrativa, Raffestin (1993, p. 202) assevera que “[...] a circulação é a imagem do poder [...]”. Do modo como ocorreu aos atingidos pela UHEE, é evidente que não poderia ser de outra forma, pois o fluxo de pessoas de outras localidades, enviadas pelo consórcio, era constante, a fim de mobilizar em massa a população ribeirinha.

Uma disputa sem concorrência, devido ao poder e à infraestrutura imposta para mobilização. “Assim, quer queira, quer não, ele fornece informações sobre si mesmo, chama a atenção daqueles que podem ter um interesse em controlá-lo ou vigiá-lo” (RAFFESTIN, 1993, p. 202).

Em relação ao CESTE, a narrativa do representante da F2, demonstra a viabilidade da circulação de ideias propostas pelo consórcio. Com base na concepção de Raffestin (1993), pode-se afirmar que foi uma estratégia do poder, uma vez que a movimentação para informar os ribeirinhos comandou o processo de adesão. O autor reforça essa conclusão quando afirma: “[...] o território concreto é transformado em informação e se torna abstrato e representado, isto é, deixa-se ver todos os fenômenos particulares e confusos e esconde-se o essencial que se torna organizado” (RAFFESTIN, 1993, p. 202).

Passados sete anos da desterritorialização, informações da pesquisa revelam que mesmo os atingidos tendo adquirido maior conforto com a mudança nas moradias – com acesso à energia elétrica, sendo as casas equipadas com eletrodomésticos, televisores, aparelhos de som, ventiladores e geladeiras –, todos questionam o alto valor pago da conta de luz, conforme relata o depoimento do representante da F5.

Energia aqui pra nós eu não achei tanta vantagem, porque lá nós passava com a candeinha, comprava um litro de óleo, passava mais de mês. Agora nós estamos deixando quase de comer um quilo de carne, porque não tem condição de comprar.

Ou paga ou eles vêm com a tesoura e corta e assim multiplica mais o talão. Eles falaram que a energia ia ser bem baratinho pra nós e no meu alcance foi tudo caro (Entrevista F5, R.D.C., Entrevista em 18/11/2017).

O depoimento do atingido expõe um problema relatado por todos os entrevistados. Eles revelam a insatisfação com os valores da energia elétrica, que variam de R\$ 100,00 a R\$ 300,00. Eles afirmam não dispor de recursos suficientes para pagar. No entanto, todos demonstraram afeição às utilidades eletrônicas como a iluminação, a geladeira e a TV. Diegues (1991) alerta para o processo de urbanização, pois a cidade requer transformações, sejam elas tecnológicas sociais e alto consumo. Ou seja, “Da cidade também provém às “inovações” que colaboram para a gradual transformação das sociedades camponesas” (DIEGUES, 2001, p. 81 aspas do original).

No caso do reassentamento, a proximidade com a cidade impõe um ritmo diferente do anteriormente vivido aos seus moradores. No entanto, a falta de oportunidade financeira impõe a eles uma vivência incerta, de modo que a tarifa mensal os faz sentirem-se comédidos.

A população investigada afirma que a UHEE trouxe inúmeros prejuízos. Para todos os entrevistados, faltam oportunidades de trabalho, fator que foi propagado no âmbito da desterritorialização pela empreendedora como elemento de beneficiamento para o grupo. A queda no fluxo de recursos com a venda dos subsídios extraídos das plantações das vazantes e lavouras e dos vegetais nativos reduziu-se significativamente devido às condições da terra.

A movimentação financeira proveniente da pesca, da travessia de barcos e das vendas em barracas em época de veraneio extinguiu-se absolutamente. Tudo isso, portanto, constitui dificuldades enfrentadas por eles, que necessitam de recursos financeiros para adquirir o que se tinha a disposição no antigo território, como: peixes, frutas, alimentos em geral e até mesmo produtos antes não utilizados, como a energia elétrica e outros. Dos prejuízos citados pelo grupo investigado, um fator muito aludido foi a perda do lazer do grupo, com a falta do rio, o distanciamento dos vizinhos e familiares e o modo de produção na terra, conforme relata o representante da F1.

À tardinha sempre a gente se divertia (+) tinha um campo de futebol os meninos jogavam bola na praia, sentava num rebanco da praia pra sentir o vento. A gente tinha os vizinhos ia bater um violãozinho, outros batiam pandeirinho, outros cantavam, outros faziam uma fogueirinha pra assar o peixe, que tinha bastante peixe mesmo. A gente curtia a vida assim na praia e na beira do rio. O rio era muito bom. Muito saudável, a gente tinha os vizinhos, muito bom (Entrevista F1, J.C.M.P., Entrevista em, 25/11/2018).

Para a comunidade estudada o território era considerado o *locus* das relações sociais. Eles mantinham uma trama de parentesco e vizinhança que promovia o lazer do grupo de

maneira muito apreciada por eles. Diegues (2001, p. 85) assevera que o território é “[...] espaço de reprodução econômica e das relações sociais”.

Sendo assim, a memória do interlocutor o faz lembrar-se do passado detalhadamente. A forma como o grupo se relacionava, como se encontravam ao final do dia, como desfrutavam do rio, da brisa, faz-se perceber que houve uma ruptura nas relações. O fato de existirem outros vizinhos e a falta dos elementos principais: o rio, a praia, os peixes, os parentes, amigos e vizinhos, apartados em função do sorteio, processo de escolha do local de moradia. Tudo isso se rompeu drasticamente, as relações e o lazer do grupo.

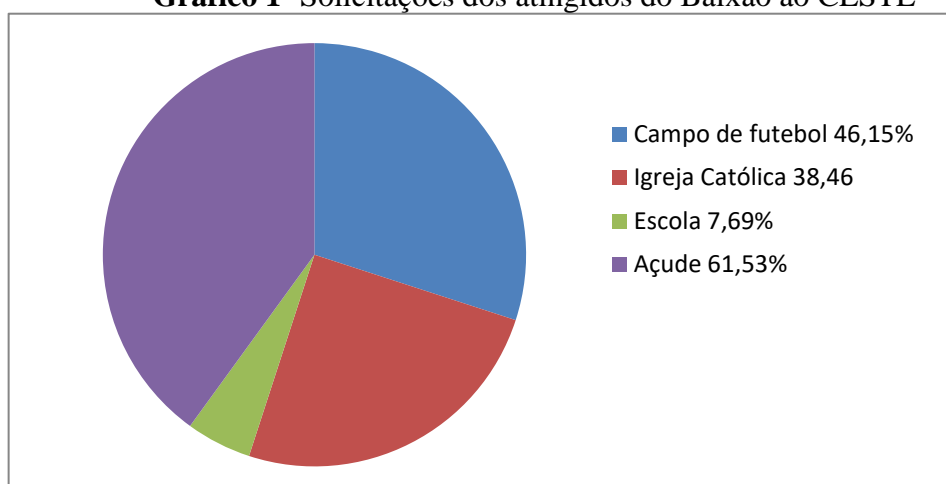
A foto 25 retrata a alegria de moradores da ilha jogando bola às margens do rio. A canoa ancorada a sua margem sustenta a garantia de ir e vir e a sensação de liberdade dos jovens. Reforçando a narrativa do representante da F1, que dá ênfase às atividades realizadas coletivamente, como as partidas de futebol na areia da praia nos momentos livres.

Foto 25 - Ilheiros jogando futebol na praia na ex-ilha de São José



Fonte: IPHAN (Jun/2008)

Importante ressaltar que os movimentos citados pelo interlocutor se fragmentaram após a mudança para o reassentamento. A desterritorialização impossibilitou o lazer. A população investigada tem o anseio de que a empresa CESTE ainda construa diferentes opções de atrativos de lazer com o intuito de inseri-los em atividades executadas anteriormente na ilha. Os entrevistados apontaram maior interesse na existência de um açude, de uma igreja católica, de um campo de futebol e uma escola dentro do reassentamento. O gráfico 1 mostra em percentual o desejo dos atingidos de que o CESTE construa com urgência alternativas de lazer e entretenimento. Alguns dos participantes demonstraram o anseio de mais de uma alternativa.

Gráfico 1- Solicitações dos atingidos do Baixão ao CESTE

Autor: Pitombeira (Dez/2017)

Fonte: Dados de campo

As memórias dos colaboradores explicitam a importância do rio para a população atingida, um complemento de vital importância tanto para o grupo que morava às suas margens quanto para os moradores do município de Babaçulândia em geral, sendo propiciador de várias formas de subsistência da população, além de fonte de lazer e distração.

Nas entrevistas analisadas, o fator econômico foi aludido pelos atingidos como causador da facilidade de subsistir na ilha. Seus trabalhos, que se resumem às mais diversas relações que estabeleciam com aquele meio ambiente, assim como as relações interpessoais, geravam cultura e definiam o modo de viver daquela sociedade.

3.4 Dificuldades de reconstrução dos modos de vida: falta de água potável

A falta de água potável no reassentamento é fator colocado por eles como o mais impactante. Para o grupo investigado o maior contraste no território atual está na inexistência de água corrente. Para eles este é um entrave que os impede de realizar veementemente todas as atividades desenvolvidas na ilha de São José e de manter uma vida saudável.

As narrativas dos interlocutores são unânimes em afirmar que a falta de água tem ocasionado problemas ao grupo, que vão desde a redução na produtividade agrícola e pecuária, até a problemas de saúde, conforme explicita o relato do representante da F1: “[...] afetou tudo, até minha saúde (+++), hoje a gente vive aqui tudo com a barriga grande parecendo menino do bucho quebrado, só de beber cloro da água, eles disseram que nós não ia beber essa água [...]” (F1, J.C.M.P., entrevista em 25/11/2018).

O depoimento do representante da F1 denota os vários problemas oriundos da falta de água corrente no reassentamento. Os moradores não se acostumam com a água tratada servida

em carros pipas. Pressupõe-se, sobremaneira, que este fator não foi observado antes da desterritorialização e reterritorialização do grupo. Presume-se que o CESTE adquiriu as terras para reassentar o grupo sem mensurar a problemática da falta de água potável no local. O município já havia tentado perfurar poços artesanais nos povoados próximos ao reassentamento, sem obter êxito. Presume-se que a falta de técnicos especialistas na área tem inviabilizado ao município resolver o problema quanto à perfuração de poços artesanais para a população dos povoados próximos ao reassentamento.

Frente à desterritorialização do grupo, algumas tentativas de solucionar este problema foram feitas pelo Consórcio. O esforço em represar água do córrego Flecheira não obteve êxito devido ao seu pouco volume de água. O rompimento da represa no período chuvoso impediu que a água fosse servida aos moradores atingidos.

A perfuração de 26 poços artesanais, um em cada propriedade, cada qual com filtros e bombas hidráulicas com profundidade de 50 a 60 metros (foto 26) e a instalação de dois reservatórios com 1000 litros de água para o consumo humano e animais (foto 27), não obtiveram êxitos. A água dos poços artesanais é imprópria devido à alta concentração de minerais no solo, o que pode ocasionar problemas de saúde.

As narrativas dos moradores comprovam que inúmeros problemas surgiram na população e nos animais ao consumirem a água. “Aqui adoeceu gente, morreu bicho, galinha, porco, vaca [...]” (F6, A.F.A.S. Entrevista em 25/11/2017). O depoimento do representante da F6 apresenta o contraste encontrado no reassentamento frente à realidade vivida por eles na ilha São José. O CESTE não se atentou à problemática existente no local, pois o reassentamento situa-se nas proximidades da Vila Corrente, local não há água potável disponível para os moradores, que recebem água servida por carros pipas, por conta da Prefeitura Municipal.

Foto 26 - Poço artesiano no Baixão e Foto 27 - Reservatório das residências no Baixão



Autor: Pitombeira (Nov/2017)

Atualmente a água consumida no reassentamento é advinda do reservatório da hidrelétrica, servida em carros pipas diariamente, exceto aos domingos. Cada morador recebe o equivalente a 1.300 litros de água para o consumo humano e 500 litros para o consumo animal. O CESTE promove a distribuição de água potável para o consumo humano proveniente da empresa BRK Ambiental/Saneatins advinda do reservatório. Para os animais a água vem diretamente do reservatório sem tratamento. A foto 28 apresenta o carro pipa fazendo o abastecimento de uma família com água potável. Os funcionários da empresa contratada pelo CESTE fazem a distribuição da água que supre as necessidades básicas dos atingidos.

Foto 28 - Carro pipa fornecendo água no reassentamento Baixão



Autor: Pitombeira (Nov/2017)

Recentemente os moradores assinaram um documento que atesta a interrupção do sistema de abastecimento em carros pipas para um sistema próprio. Após vários estudos, o CESTE resolveu aprofundar de 70 para 178 metros o poço perfurado na sede da associação de moradores do Baixão a fim de encontrar, no lençol freático, água apropriada ao consumo humano e a dessedentação animal. Assim, o CESTE construiu um reservatório e a encanação para todas as propriedades. O poço fica no centro comunitário, e servirá a todos no reassentamento.

O novo sistema de fornecimento requer bombeamento hidráulico com uso de energia elétrica e cada morador precisará arcar com suas despesas. Porém, este fato está afligindo os atingidos porque muitos alegam que não possuem renda, não têm condições de assumir mais despesas ao mês.

Eu morava lá na ilha, não pagava energia, vivia em frente aquele montoeiro de água e não pagava nenhum CENTAVO. Agora, para eu não morrer de sede eu tenho que

pagar. [...] Moça, eu não tenho emprego não... Eu sou um COITADO [...] (Entrevista F5, R. D. em 18/Nov/2018)

Segundo narrativa dos moradores haverá um registro em cada propriedade e será regulamentado o uso da água através de hidrômetros. Informações *in loco* confirmam que o reservatório (foto 29) tem capacidade para 150.000 litros de água. As análises aprovando a água do poço para consumo foram realizadas por um laboratório de Imperatriz (MA) contratado pelo CESTE. Segundo os representantes do consórcio, as análises estão regulamentadas pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914 de 12 dezembro de 2011

Foto 29 - Reservatório de abastecimento de água no reassentamento Baixão



Autor: Pitombeira (Ago/2017)

Conforme representantes do CESTE as instalações já foram concluídas e passarão por uma fase de teste. Esta fase será testada por um determinado tempo envolvendo somente os animais. O abastecimento de água com carros pipas será interrompido, inicialmente para o gado. De acordo com informações da pesquisa haverá um bebedouro de 3.000 litros em cada propriedade. Após constatada a viabilidade de consumo da água, o fornecimento no reassentamento com carros pipas será interrompido definitivamente.

Alguns moradores discordam da interrupção e estão temerosos de que a água possa ser salobra e causar mal à saúde ou até mesmo matar os animais. O CESTE assegura que a mudança do abastecimento de caminhões pipa para o sistema fixo do novo poço artesiano será seguro e, de acordo com as análises, a água não causará nenhum problema aos moradores nem aos animais.

Até o momento duas bombas foram danificadas na tentativa de bombear água ao reservatório. Algumas amostras da água retiradas do poço foram testadas por moradores. Eles

relatam que elas possuem as mesmas características de antes. Até o mês de abril de 2018 o fornecimento através de carros-pipa não foi interrompido para o consumo humano, fator festejado pelos moradores, que atualmente estão temendo a interrupção do fornecimento da água pelos carros, mas já houve a interrupção do fornecimento da água para os animais.

Neste período a região enfrenta um período chuvoso e os reservatórios estão cheios de água da chuva. Os moradores relatam que ainda não há como afirmar se a água advinda do reservatório está sendo apropriada ao consumo dos animais, pois os bichos não estão servindo-se apenas da água do novo poço. Existe um clima de incerteza, pois muitos moradores afirmam que após a fase de teste, se a água continuar salobra e eles tiverem que consumi-la, terão que ir embora do reassentamento.

Diante dos fatos, pressupõe-se que faltou realizar um estudo detalhado sobre o abastecimento hidráulico antes da instalação dos atingidos pela barragem na nova localidade. A execução de obras dessa magnitude nem sempre é refletida e bem articulada com as condições existentes no local. Como consequência, falhas graves ocorrem, a exemplo do fornecimento de água potável, acarretando danos a essas comunidades.

Outro fator tido como grande entrave para reconstrução dos modos de vida é a documentação das glebas no reassentamento. A falta de oportunidade financeira e a pouca produtividade nas terras, devidos aos problemas do solo e a falta de água, obriga os moradores a buscarem financiamentos em agências bancárias. No entanto, o título da terra possui uma cláusula que os impede de realizar tal transação. O CESTE informou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) está solicitando um novo modelo de documentação de terras com Georreferenciamento certificado pelo órgão e que resolverá as pendências existentes.

Isto posto, os interlocutores da pesquisa destacam a atuação do poder público municipal. A unanimidade em reconhecer a ausência nas questões de amparo social é latente. Percebeu-se que os atingidos sentem a ausência do atuação do poder público para efetuar os reparos nos modos de vida.

[...] como a gente ficou aqui sem água, sofrido eu acho que a gente devia ter um atendimento pelo menos do prefeito. Digamos o seguinte: ele é a mola principal, mais aí ele não está protegendo nós. Nós estamos esquecidos, até pra limpar um saco de arroz na máquina da prefeitura, estão cobrando 15,00 reais (Entrevista do F1, J.C.P.M. em 25/11/2018).

A queixa do representante da F1 destaca uma sensação de abandono. Os entrevistados afirmam que falta assistência às famílias atingidas, desde a questão da saúde, do transporte escolar, da manutenção das terras com máquinas públicas até a falta de manutenção nas vias

de acesso ao reassentamento, pois eles afirmam não haver reparos, exceto os feitos pelo CESTE.

Da população investigada no reassentamento, 7,69% (1 representante de família) afirmaram não possuir estudos, 76,92% (10 representantes de famílias) possuem ensino fundamental incompleto, 7,69% (1 representante de família) possuem ensino superior e 7,69% (1 representante de família) possuem ensino médio completo. Dessas famílias 92,30% (12 famílias) afirmaram que utilizavam na ilha o serviço público escolar. Vale destacar que grande parte das famílias possuía um quantitativo elevado de filhos que dependiam do sistema público escolar, conforme disposto na tabela 8. A maioria de seus filhos estudou na ilha até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 8 - Número de filhos dos participantes da pesquisa

Família investigada	Número de filhos em idade escolar
F1	0
F2	8
F3	8
F4	2
F5	3
F6	2
F7	3
F8	8
F9	9
F10	2
F11	3
F12	4
F13	2

Fonte: Organizado pela autora (Nov/2017)

No reassentamento Baixão, a educação, na visão dos entrevistados, é um aspecto que se destaca. Segundo 76,92% (10 famílias), houve melhoras no serviço, se comparado ao prestado no antigo lugar de suas residências. Quanto ao lazer, apenas 23,07% (3 famílias) relataram não ter havido melhoras, pois faltam atividades para as crianças. Este dado pode indicar o descumprimento de medida mitigatória. Esta é uma medida compensatória de cunho social muito clara nos documentos oficiais, pois devem ser garantidas fontes de lazer semelhantes às que foram perdidas pelos reassentados.

Do ponto de vista da estrutura da escola atual, 53, 84% dos interlocutores indicaram como um aspecto positivo, o que nos remete a análise de que este serviço poderia ser melhor, tendo em vista que a escola atual tem mais facilidade de acesso, isso por estar mais próximo da sede do município de Babaçulândia, onde há facilidade para implantação de programas que pudessem dar acessibilidade à internet, esporte e até mesmo a aspectos culturais. Isso

amenizaria a não disponibilidade de atividades de lazer e acesso a cultura tendo em vista que a escola deve ser um local de integração e que tem impacto direto na qualidade de ensino.

Dos participantes da pesquisa, 53,84% (7 famílias) afirmaram que atualmente a escola está mais próxima de suas casas em relação às moradias na ilha. Um total de 23,07% (3 famílias) não quiseram opinar, e 23,07% (3 famílias) consideraram que está mais distante. O transporte escolar é mais seguro para 69,23% das famílias (9 no total). Para eles o transporte naval era demorado. Um total de 30,76% (4 famílias) acham que o meio de transporte piorou após a mudança territorial e que os alunos perdem muitas aulas devido às falhas deste serviço. O grupo afirma que apesar do transporte ser estável o mesmo apresenta falhas e os alunos perdem semanas de aula por falta de combustível e problemas mecânicos.

As narrativas dos colaboradores expressam uma mudança no atendimento do serviço público municipal de saúde após a desterritorialização. Relatam que a proximidade com a área urbana dos municípios de Babaçulândia e Araguaína é um elemento importante. Um total de 69,23% dos entrevistados (9 famílias) atestam uma melhora no atendimento devido ao maior acesso aos hospitais, postos de saúde e farmácias, como destaca o depoimento do representante da F9. “Na hora que a gente precisa, fala no atendimento em Babaçulândia e eles manda buscar a gente. A gente vai pra Araguaína, Babaçulândia. [...] isso facilitou pra nós. Lá nós tinha ambulância mas era difícil, era uma voadeira”. (Entrevista F9, L.S.S., em 25/11/2018).

O posto de saúde, no ano de 2017, prestou atendimento de consultas médicas semanalmente. As mulheres grávidas realizavam os exames de pré-natal, sendo em geral os atendimentos mais complexos encaminhados ao centro urbano de Babaçulândia ou ao município de Araguaína. No ano de 2018 o atendimento não está regularizado e ainda não é ofertado o atendimento no posto de saúde. Este reconhecimento foi observado pelos atingidos tendo em vista a facilidade de acesso e de acompanhamento por duas agentes de saúde e por visitas médicas no reassentamento aos casos raros de hipertensão arterial e diabetes.

As narrativas dos atingidos destacam a carência dos serviços públicos essenciais no reassentamento, principalmente no atendimento do transporte escolar, assistência de máquinas e técnicos para auxiliar nas plantações e na manutenção da via de acesso. A falta de amparo público municipal é visível. No diálogo com o Gestor 2 e o funcionário efetivo da prefeitura municipal de Babaçulândia houve a afirmativa que o recurso destinado a prefeitura como compensação financeira é injetado para reparação dos danos causados ao município principalmente com o meio social e ambiental. Ao longo da pesquisa constatou-se que no ano de 2017, foi empregado o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos reais), dividido em oito

parcelas, na construção do calçamento do estacionamento da praia perene, conforme a foto 30.

A foto 30 mostra a paisagem modificada pelo reservatório da UHEE em Babaçulândia. A praia e toda a estrutura fazem parte das medidas mitigatórias do município idealizadas pelo consórcio. A benfeitoria no estacionamento foi realizada pela atual administração pública e inaugurada no mês de dezembro de 2017 com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população.

Foto 30 - Vista aérea da praia e do calçamento em Babaçulândia: uso dos *royalties*



Fonte: TIAGO. J. (Janeiro/2018)

Da população investigada no reassentamento, dois possuem carro, quatro possuem moto e afirmaram não utilizar o estacionamento por não frequentar a praia. Contudo, constatou-se que muito dos recursos injetados aos municípios atingidos, provenientes do ressarcimento do uso do rio, é destinado à outra parcela da sociedade, não chegando de fato ao seu real objetivo.

Para casos semelhantes, Giddens (2003), usando-se das concepções de Marx, afirma que as benesses recebidas a uma determinada sociedade primam somente por um objetivo supostamente favorável ao desenvolvimento do capitalismo. “Todas as propriedades estruturais de sistemas sociais têm uma ‘objetividade’ similar *vis-à-vis* com o agente individual. [...] todas as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto facilitadoras quanto coercivas” (GIDDENS 2003, p. 209, aspas do original).

Trata-se de uma coerção social, pois do ponto de vista da desterritorialização percebeu-se que para haver uma maior integração dos atingidos a estrutura do reassentamento

está aquém do que deveria, e o recurso para interferir em possíveis melhorias aos moradores não atinge de fato o seu público-alvo.

Do ponto de vista territorial é relevante notar que houve um esforço do CESTE em reparar a perda patrimonial territorialista dos atingidos, ofertando medidas reparatórias como glebas de tamanhos superiores aos que tinham na ilha, nesse caso, para algumas famílias. Ou seja, do ponto de vista quantitativo alguns atingidos tiveram acréscimo ao tamanho de suas terras. Outros se dizem lesados em relação ao tamanho de sua propriedade.

Concernente às indenizações materiais, da população estudada, 76,92% (10 famílias) acreditam que foram suficientes. Todavia, a mudança nos modos de vida, as relações com o meio ambiente biofísico são consideradas por eles como irreparáveis. Sobretudo, devido à falta de água e à transformação nos modos de vida que, sobremaneira, incluíam a produção alimentícia antes abundante e se constituíam no subsídio principal para o fluxo financeiro no território atingido.

Constatou-se através da pesquisa *in loco* que 61,53% dos ex-ilheiros (8 famílias) consideram-se adaptados ao reassentamento, porque têm ciência da impossibilidade de voltar ao antigo território. Já 38,46% (5 famílias) consideram-se inadaptados e não gostam de viver no reassentamento. Para população investigada, a ilha foi um importante marco em sua vida. Destas famílias, 76,92% (10) afirmaram ter desejo de voltar a morar na ilha, se houvesse a possibilidade de retorno.

Já 23,07% (3 famílias) consideram-se receosos em tentar um recomeço e afirmaram que não desejam retornar para a ilha. Para Diegues (2001) a adaptação é possível devido ao fato de o meio ambiente e as relações mantidas com os recursos naturais, ainda que de forma precária, funcionarem como reguladores das relações com a natureza, bem como com os animais, com os novos vizinhos e com o meio ambiente. Embora as recordações sejam rotineiras em sua vida, muitos se sentem adaptados no novo território.

Assim, a mudança ocasionada é uma “[...] terrível dilaceração de uma trama espaço-temporal, dissolução simultânea do espaço e do tempo sociais [...] essa mudança não se faz sem um custo elevado para as comunidades [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.181). Do ponto de vista do autor o tempo e o espaço são os concertistas que regem a partitura da sociedade. Estes vistos do centro se constituem em pouca coisa, “[...] um agregado de particularidades, de hábitos e costumes [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.183). Já vistos do local, faz toda a diferença, pois para quem está passando pela transformação, o tempo pode amenizar o impacto, mas não é capaz de apagar as lembranças, “[...] é a ‘territorialidade’ cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana. Destruir essa territorialidade é destruir toda uma

simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal” (RAFESTTIN, 1993, p. 183).

Muller (1995, p. 281) destaca a responsabilidade das empresas idealizadoras dos projetos de analisarem especificamente a realidade de cada grupo, bem como suas relíquias culturais a fim de submetê-los a “[...] tratamentos diferenciados, ajustados às necessidades e realidades de cada grupo [...]” dessa forma as medidas mitigatórias seriam mais satisfatórias do ponto de vista da recuperação cultural.

Na atual conjuntura é importante que as empreendedoras do segmento hidrelétrico tentem reparar minimamente os efeitos ocasionados pelas usinas às populações atingidas. No âmbito de suas construções, as empreendedoras devem considerar relevantes aspectos socioeconômicos no contexto da desterritorialização das populações atingidas. É preciso refletir acerca da região atingida, pois “Cada comunidade e, dentro delas, os grupos sociais, é regida por um conjunto de capacidades adquiridas, associadas às preferências, relacionamentos, hábitos, comportamentos socialmente padronizados que constituem sua cultura” (MULLER, 1995, p. 271).

Assim sendo, cada grupo possui seus hábitos e relacionamentos e indiossincrasias individuais. A territorialidade constituída por eles ia construindo as tramas sociais e o conseqüente padrão social. “Os fenômenos sociais se processam através de mudanças contínuas e aceleradas, em cujo dinamismo se intercalam, sucessivamente, ordem e desordem” (MULLER, 1995, p. 271). Dessa forma, necessário relatar que a mudança nos modos de vida foi, sobremaneira, de ordem e desordem.

Ordem do ponto de vista do acesso aos centros urbanos, equipamentos eletroeletrônicos, melhores condições de saúde e moradias e, sobretudo a possibilidade de melhores estudos aos filhos dos atingidos. A desordem se caracteriza neste caso pela falta do lazer do grupo ao ar livre, condições de trabalho, o contato com a natureza, o convívio com os amigos, vizinhos e parentes terem sido em sua maioria perdidas, pois muitas famílias se afastaram devido às opções de indenizações, apartando-os do convívio social.

Observou-se que a dimensão temporal tornou-se uma questão sagaz, pois após sete anos da des-re-territorialização os efeitos da UHEE trouxeram profundos solavancos, alguns deles inevitáveis ou não. Contudo, Muller (1995) destaca que a temporalidade faz atenuar alguns desses efeitos quando os mesmos são absorvidos pelo tempo. No caso em estudo, muitas famílias ainda não resgataram a sua autossuficiência e não se integraram totalmente ao novo ambiente. Alguns estão adaptados e retomaram seu padrão de vida com sua dinâmica cultural.

Diante do exposto, notou-se que é preciso refletir sobre a desterritorialização de comunidades tradicionais por ocasião da construção de usinas hidrelétricas. Para isso, faz-se necessário levar em consideração as histórias de vida, as vivências, os valores e até mesmo o âmbito político e social em que os sujeitos estão inseridos. Afinal, cada grupo possui suas histórias e suas nuances e é preciso respeitá-las. A carência nas condições básicas de saúde, de educação, de transporte, de moradia e de saneamento básico indica a relevância das políticas públicas e das empresas responsáveis pela implantação dos megaprojetos.

A idealização de medidas mitigatórias de qualidade e a sua execução apenas cumpririam os direitos preconizados no Artigo 5º da Constituição Federal, onde se afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Dessa forma faz-se necessário refletir, principalmente, no que diz respeito à propriedade. Por fim, o ato de repensar a construção de grandes empreendimentos energéticos contribuirá para a superação das mazelas e se voltará ao alcance do conhecimento, sobretudo, na preservação de importantes culturas e saberes próprios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou descrever as alterações nos modos de vida dos atingidos da ilha de São José, moradores do reassentamento Baixão. Portanto, sentiu-se, primeiramente, a necessidade de estudar e conhecer melhor os modos de vida antes da desterritorialização, bem como a atuação estatal no âmbito da implantação de grandes projetos hidrelétricos e como é feito o rateamento dos recursos financeiros provenientes do uso do rio aos municípios atingidos. Posteriormente, ao verificar as alternâncias nos resultados da pesquisa *in loco*, verificou-se quais foram as mudanças ocorridas nos modos de vida após sete anos da desterritorialização.

O roteiro de entrevistas, com 45 questões, objetivou encontrar ao longo da pesquisa informações importantes referentes aos modos de vida dos atingidos e o que tem sido feito pelo CESTE e pela Prefeitura Municipal de Babaçulândia para amenizar as dificuldades encontradas após a desterritorialização. O diálogo com os gestores contribuiu para entender as políticas de assistência aos atingidos.

Deste modo, no primeiro capítulo, apresentaram-se a trajetória percorrida para se chegar ao objetivo da pesquisa, a formação do reassentamento Baixão e um histórico social do município de Babaçulândia, onde seus munícipes e seus governantes apostavam na construção de obras como a UHEE e a ferrovia Norte-Sul como acesso ao desenvolvimento econômico da região. Com a construção da UHEE, os babaçulandenses vislumbravam o aumento de oportunidades de trabalho, renda e garantia de melhores condições de vida. Notou-se a este respeito que essa expectativa não passou de mera utopia e atualmente o município sofre com a falta de oportunidades de emprego e de condições de renda.

No segundo capítulo, constatou-se, através de um breve histórico da eletricidade no Brasil, que existe um forte potencial hídrico energético na região Amazônica e que os rios da Bacia Araguaia/Tocantins estão se transformando numa monocultura das águas. Essa dinâmica tem mudado o panorama dos municípios interferidos, ocasionando imensos prejuízos ao meio ambiente e às populações atingidas, desterritorializando-as e transformando seus modos de vida de maneira catastrófica.

Do mesmo modo, observou-se que após a atuação dos governos dos anos de 2002 a 2010, houve maior financiamento estatal e facilidade para expedição de licenças para construção dos empreendimentos energéticos, que foram alavancados e impulsionados pelo programa de governo PAC. Observou-se que o discurso desenvolvimentista está atrelado em

todos os governos e enraizado em toda a esfera nacional. A título de exemplo, na Bacia Araguaia/Tocantins há sete usinas hidrelétricas instaladas.

Notou-se a esse respeito que os *royalties* hidrelétricos são rateados aos municípios que tiveram parte do seu território inundado, sendo que os valores variam de acordo com a regularização da vazão do rio. Quanto a esse aspecto, o município de Babaçulândia recebeu no ano de 2017 a importância R\$ de 856.942,25, contudo, este recurso não foi aplicado visando reparar danos ocasionados pela UHEE.

No terceiro capítulo constatou-se, por meio da história oral, metodologia que privilegia as narrativas dos participantes da pesquisa, as alterações nos modos de vida dos atingidos moradores do Baixão, a participação do consórcio CESTE e da prefeitura municipal na tentativa de reconstruir as condições básicas de sobrevivência aos atingidos. Percebeu-se a este respeito que os reassentados convivem com as lembranças da ex-ilha de São José e que o território atual não supre suas necessidades por apresentar características díspares do território anterior.

Dessa forma a discussão interdisciplinar ocorreu na linha de pesquisa pelo viés do território, bem como por sua relação com a cultura, os aspectos dos modos de vida dos participantes e suas particularidades, como a religião, as opções de lazer, os aspectos na educação e saúde e, sobretudo, a identidade do grupo.

O território foi deixado aqui de ser primado pelos limites físicos terrestres e passou a ser observado como um lugar onde os atores estabelecem suas relações sociais criam suas relações simbólicas e exercem seus modos de vida diversificados construindo características próprias ao ambiente biofísico. Desse modo, o discurso disciplinar tornou-se incipiente em atender a complexidade do assunto e propor possíveis soluções para os substanciais efeitos das tramas desses atores.

Nesta pesquisa, qualquer conclusão que se possa obter leva ao risco da incompletude, pois os modos de vida não foram experienciados como um todo. No contexto das narrativas, os fragmentos ofereceram algumas possibilidades de interpretação. Vista pelo viés da memória, das lembranças e dos sentimentos podemos ter no ato da leitura a percepção sobre as relações de poder impostas no âmbito da construção do empreendimento e, sobretudo, na desterritorialização e reterritorialização dos atingidos.

As artimanhas do poder podem ser percebidas nas divergências entre os atingidos acerca do empreendimento. Depreendeu-se em algumas narrativas uma espécie de divisão de opinião na qual alguns se mantiveram a favor da desterritorialização entendendo-a como algo benéfico e satisfatório, enquanto a maioria apresentou mágoa e sentimento de insatisfação em

relação à forma como ocorreu o processo de des-re-territorialização. Ambas as interpretações são pertinentes, posto que o intuito da pesquisa não foi o de provar a autenticidade de nenhuma narrativa, mas a possibilidade de, a partir delas, fornecer informações acerca das mudanças em seus modos de vida e a consequente atuação de importantes atores sociais.

A ilha de São José foi um território considerado por eles como principal subsídio de sua cultura e suas identidades. O rio era o esteio do grupo, e através do regime de cheias ditava o modo de sobrevivência da comunidade. A natureza “intocada” pelo homem era onde eles desenvolviam suas atividades laborais, seus costumes e suas crenças estabelecendo assim a simbiose entre homem e natureza.

A categoria atingido, foi analisada nesta pesquisa, pelos efeitos da UHEE ocasionados em sua trajetória de vida e pelas medidas mitigatórias recebidas do consórcio. Na ilha existiam divergências como aquelas que havia com o ciclo do rio em épocas de enchentes e a distância para ir à cidade.

Muitas vezes, em épocas de cheias, o rio encobria as plantações e até mesmo as casas. Por outro lado, em época de veraneio, em certas partes do rio, apareciam os bancos de areia, ficando inviável fazer o percurso de barco, obrigando os moradores a seguirem a pé por entre as águas uma boa parte do caminho.

Essas dificuldades faziam com que os ribeirinhos vivessem de forma incerta. Porém, a conformidade com que eles tratam esta passagem em suas vidas expressa um grande respeito do grupo pela força da natureza. A territorialidade se evidencia nas relações, sendo elas conflituosas ou não.

Percebeu-se que a relação dos atingidos com o território perdido nutria-se pela simbologia, ritos e do contato direto com a natureza. O território era propiciador das relações econômicas e sociais que definia a cultura do grupo. A desterritorialização ocasionou uma ruptura nos modos de vida e nas relações sociais porque o grupo se desintegrou, partindo para diferentes áreas. Saindo da ilha, muitos foram viver em projetos de reassentamentos: Santos Estêvão, Mirindiba, Bela Vista e Baixão. Alguns optaram por cartas de crédito e migraram para zona urbana do município de Babaçulândia e de outros municípios.

Notou-se que muitos dos ex - ilheiros sentem-se injustiçados com o contraste entre o reassentamento o seu antigo lar. Diante do sentimento e o apego à terra nativa, suas memórias, as histórias e a sensação de liberdade, para eles qualquer medida mitigatória é irrelevante, visto que os modos de vida anteriores não são indenizáveis. A relação entre a nova condição e a antiga é de contrariedade, presente na categoria semântica em oposição /abundância/ (na ilha) *versus* /carência/ (no reassentamento). A abundância foi identificada

nas narrativas dos colaboradores quando afirmavam que as terras lá na ilha eram boas para o cultivo e para a criação de animais, e que tudo que se plantava se colhia fartamente.

De maneira oposta, as casas foram construídas com material de baixa qualidade, apresentam rachaduras, a água é salobra, de má qualidade, obtida em poços, e atualmente é fornecida por carros-pipas, com a real iminência de interrupção. O terreno é rochoso, inviável para a pecuária ou agricultura e denota a situação precária dos reassentados, geradora de frustração e de insatisfação.

Examinados os dados, verificou-se que o território perdido da ilha de São José era base material da cultura dos seus habitantes, agora moradores do reassentamento Baixão. Notou-se que o território perdido continua sendo o principal símbolo da cultura dos reassentados e principal elemento de reafirmação de sua identidade. O vínculo com o território anterior continua presente simbolicamente, visto que em seus discursos os reassentados referem-se ao território perdido com saudosismo.

Constatou-se que hoje o modo de vida é significativamente diferente. Até mesmo o modo como os reassentados realizam seu trabalho mudou, tendo em vista adaptarem-se à nova realidade. A perda drástica dos bens naturais remete a uma carência geradora de anseios. Percebeu-se que aos poucos eles estão adquirindo a consciência de que o modo de vida anterior não retornará. O antigo território adquire estatuto de símbolo, um suporte cultural vivo na memória coletiva consolidada e evidenciada nas atitudes que vem movendo o grupo em direção à construção de um novo ciclo.

Contudo, não é somente o território que contribui para constituir a identidade de um determinado grupo, mas também a sua força política e cultural, além de sua capacidade de produzir uma determinada escala de identidade. O território atua como um mediador. Nesse caso, notou-se que a mudança territorial trouxe grandes transformações em sua vida, embora não se possa afirmar que ela seja o fator determinante exclusivo de uma mudança em sua identidade cultural.

Se o afastamento da ilha é causador de um trauma, com o passar do tempo esse trauma tende a ser amenizado, pois as dificuldades podem ser resolvidas, mesmo que leve mais tempo do que o desejado, e desde que os desafios sejam enfrentados de forma afirmativa, com coesão grupal e determinação.

Aquela sociedade se desintegrou, e o que resta agora é trabalhar para construir relações com o novo lugar e com os elementos que há nele. No entanto após sete anos da desterritorialização 76,92% (10 famílias) entrevistadas voltariam ao antigo território para tentar um recomeço. Significa dizer que o suposto desenvolvimento e o progresso propagado

na construção desses empreendimentos são de fato fetiche e não proporcionam melhores condições de vida exceto a uma pequena parcela da população. A disseminação dessa ideia pelos poderes públicos federal, estadual e, sobretudo por grandes grupos capitalistas estão transformando os rios em monopólios individuais, quando na verdade, estes deveriam servir ao bem comum.

Poder-se-ia argumentar que o discurso sobre carência não se justifica, pois os moradores têm casa para morar e terras onde trabalhar. Contudo, nem a casa, nem as terras são apropriadas para cumprir respectiva função. A falta de água atinge a produção dos alimentos. Analisando as narrativas, 84,38% (11 famílias) dos reassentados, mostraram dificuldade de adaptação, pois na ilha eles já tinham aprendido a produzir e viviam de sua produção. Apenas 15,38% (2 famílias) relataram não ter dificuldades de adaptação, por estarem situados em melhores áreas. A abundância que tinham na ilha, mais do que apenas sua sobrevivência física, supria ainda suas necessidades afetivas.

As informações constituidoras desta pesquisa remetem à análise de que a aplicabilidade de políticas públicas no seio do acompanhamento a uma comunidade desterritorializada em função da construção de usinas hidrelétricas é fundamental ao enfrentamento da vulnerabilidade social. Isso indica que as políticas públicas voltadas ao âmbito social devem oportunizar a superação da pobreza e da desigualdade social de forma a dar maior suporte do ponto de vista ambiental, social e econômico.

A verba proveniente dos recursos hídricos destinada à reparação é a medida encontrada, no âmbito da legislação federal, para tentar reparar os efeitos das usinas hidrelétricas aos municípios atingidos, tanto social quanto ambientalmente. Contudo, percebeu-se que as estratégias de fiscalização de aplicabilidade desses recursos são falhas e o município de Babaçulândia, do início do recebimento aos dias atuais, tem aplicado esta receita para outras finalidades.

A utilização dos recursos oriundos dos programas informados nesta pesquisa para o verdadeiro fim implica na percepção de que é necessário fazer o reconhecimento da real carência do município, bem como dessas famílias para as mesmas não entrarem em condições de vulnerabilidade social. Para isso, os gestores municipais devem compreender melhor os efeitos das usinas na vida das populações atingidas para de fato aplicar os *royalties* com eficácia na reconstrução dos modos de vida dessas pessoas.

Construção de área de lazer no reassentamento, construção de tanques de peixes e açudes, melhoramento das estradas, fornecimento de água potável de qualidade, investimentos na infraestrutura das casas, construção de um centro poliesportivo, uma igreja católica e uma

escola são os anseios dos moradores. Esses indicadores contribuirão para a amenização dos efeitos da UHEE e do flagelo dessas famílias.

Para haver sucesso, torna-se fundamental o aprimoramento das políticas públicas, bem como da fiscalização rigorosa dos *royalties* hidrelétricos a fim de fazê-los chegar ao verdadeiro destino. A correta aplicação desses recursos por parte do poder público municipal servirá para implementar ações sociais que tornarão a mudança nos modos de vida dos atingidos menos dolorosa, como também contribuirão na promoção de estratégias de proteção, recuperação e manutenção do meio ambiente.

Percebeu-se que a ação de des-re-territorializar foi um protocolo a ser cumprido pelo consórcio CESTE para dar espaço ao lago da UHEE. O consórcio não se importou com as histórias e as vivências anteriores dos atingidos. Assim, nesse contexto, refletiu-se como a construção desses empreendimentos ocasionam às populações ribeirinhas transtornos, cuja reparação, por mais que o tempo passe é muito difícil de realizar.

Neste sentido, é possível pensar na desterritorialização ocasionada por estes empreendimentos na perspectiva de que haja responsabilidade por parte dos empreendedores, empreendendo estudos minuciosos nas áreas ou locais destinados aos atingidos, a fim de proporcionar eles o direito de serem reterritorializados em territórios com características semelhantes ao local de moradia anterior.

Essa pesquisa possibilitou reflexões quanto à necessidade de pensar alternativas que amenizem parcialmente os problemas causados pelo paradigma hidrelétrico do Brasil em relação ao meio ambiente e às populações atingidas. Do ponto de vista dos recursos naturais o Estado e os empreendedores, poderiam investir mais em políticas públicas que valorizassem não só a água, mas, sobretudo o sol e o vento.

O Brasil é um país tropical, onde o clima é diversificado, apresentando diversas oportunidades de aproveitamento de recursos naturais, como o sol e o vento. Para tanto, investimentos financeiros devem ser realizados maciçamente. Tais recursos poderiam ser explorados também em grande parte da região amazônica, reduzindo assim o alto investimento na construção de hidrelétricas e aplicando a verba disponível em geração de energia de fontes renováveis, como a eólica e a energia solar fotovoltaica.

Como a desterritorialização motivada pela construção de usinas hidrelétricas é um problema que afeta milhares de brasileiros, compreendeu-se que o enfrentamento dessa problemática numa perspectiva educacional implica, com urgência, a realização de reflexões na sociedade que reproduzam seus efeitos, também, num contexto social.

Sendo assim, esta pesquisa pode servir não somente para contribuir com a discussão sobre a repercussão dos impactos das grandes hidrelétricas para as populações ribeirinhas amazônicas, mas também como suporte a ser utilizado na sala de aula por professores da educação básica, a fim de compreender como as ações de poder são intencionais e transformam a vida das pessoas à custa de um suposto desenvolvimento. Neste sentido, convém ressaltar que as perspectivas são positivas no que se refere a estudos futuros sobre essa problemática, a fim de abordar a questão educacional em um contexto mais amplo.

Por fim, as mudanças nos modos de vida são consideradas pelos atingidos como verdadeiras catástrofes que, se não ganham publicidade, no presente trabalho tornam-se, de alguma forma, presentes por meio das narrativas dos entrevistados, que abriram as portas de suas casas, confiaram suas memórias, lembranças e angústias vivida por eles e passaram boa parte de seu tempo com esta pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: O caso de Tucuruí. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **As Tensões do Lugar**: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 61-92.

ANEEL. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Banco de Informações Gerenciais (BIG)**. 2017. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/energiaassegurada.asp>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

_____. **Informações gerenciais**. 2017. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. **Valores das tarifas e royalties**. Disponível em: <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. **A compensação financeira e o seu município**. Brasília: ANEEL, 2007.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2002. p. 147-176.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2009. (Série Prática Pedagógica).

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso da região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996-2003**. 2003. 174f. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) - Faculdade de Engenharia Civil da Unicamp, Campinas, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica de texto**. São Paulo: Ática, 2008.

BECKER, Berta K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros passos, 301).

BERNARDES, Júlia Adão. FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda Ferreira. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (Org). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 17-41.

BICUDO, Maria A. V. **Aspectos da pesquisa qualitativa efetuada em uma abordagem fenomenológica**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BONOMI, Andrea. **Fenomenologia e estruturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BONAZZI, Chantaí. Arquivos: propostas metodológicas. In: _____. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 233-245.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o estado**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

_____. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena. 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Homo academicus**. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON Jean-Claude, PASSERON Jean-Claude. A construção do objeto. In: _____. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANCO, Samuel Murgel. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção polêmica).

BRASIL. **Decreto nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Ministério da Educação. CONSED; UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

_____. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Norma Operacional da Saúde nº 001/2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/arquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. **Energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à ELETROBRÁS**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. (Coleção General Benício, v. 154, publ. 474).

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.360 de 17 de novembro de 2016**. Medida Provisória nº 735, de 2016 (Setor Elétrico) que permite a privatização das distribuidoras de concessão da Eletrobrás. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13360.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987cons.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9427cons.htm>. Acesso em: 20 set. 2017.

_____. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento - PAC: Balanço 4 anos 2007-2010**. Brasília: MP, 2010.

_____. Ministério de Meio Ambiente. **Aproveitamento do potencial hidráulico para geração de energia**. Brasília – DF: ANA, 2005. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/VF%20GeraoEnergia.pdf>. Acesso em: 5 Jul. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. **Balanço Energético Nacional (BEN) 2016**: ano base 2015/EPE. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2016. Disponível em: <http://www.cbdb.org.br/informe/img/63socios7.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

_____. **Balanço Energético Nacional (BEN) 2015**: ano base 2014/EPE- Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2015.pdf. Acesso em: 12 Abr. 2017.

CASTELLS, Manuel. Negócios eletrônicos e a nova economia e a geografia da internet: lugares em rede. In: _____ (Org.). **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 56-97.

CELTINS. **Relatório de responsabilidade socioambiental**. 2009. Disponível em: <www.redeenergia.com>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CNEC. Estudos de Viabilidade da UHE Estreito: Relatório de Impacto Ambiental – (RIMA), Itens 1 a 5. **Introdução, caracterização do empreendimento, legislação ambiental, plano e projetos co-localizados e concepção geral dos trabalhos e definição das áreas de estudo**: identificação, características e avaliação de impactos ambientais. 2001. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/>>. Acesso em: 10 Out. 2017.

COELHO, Helbert Vinícius; MIRANDA, Rosangelo Rodrigues de. A visão materialista de território na perspectiva materialista. **Ensaio de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 3, nº 6, 2014.

Disponível em: < www.ensaios-posgeo.uff.br/index.php/EG/article/view/97> acesso em 01 Set. 2017.

CONEXÃO TOCANTINS. **Na inauguração da UHE Estreito, governador pede à presidente Dilma duplicação da BR-153, e três usinas.** Palmas, 10 out. 2012a Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/10/17/na-inauguracao-da-uhe-estreito-governador-pede-a-presidente-dilma-duplicacao-da-br-153-hidrovia-e-tres-usinas>>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **João Ribeiro destaca ganho social da Usina de Estreito.** Palmas, 10 out. 2012b. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2012/10/17/joao-ribeiro-destaca-ganho-social-da-usina-de-estreito>>. Acesso em: 26 out. 2017.

_____. **Tocantins fica com 60% dos recursos da UHE de Estreito.** Palmas, 17 out. 2012c Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2012/10/17/tocantins-fica-com-60-dos-recursos-da-uhe-de-estreito> acesso em: 26 de outubro de 2017.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA (CESTE). Usina de notícia. **Boletim informativo**, Estreito-MA, ed. 39, mar./abr. 2015.

_____. (CESTE). Usina de notícia. **Boletim informativo**, Estreito-MA, ed. 27, ano 8, jul./dez. 2011.

_____. (CESTE). Usina de Notícias. **Boletim informativo**, Estreito-MA, ed. 13, Jan. 2009.

_____. (CESTE). **Plano de Remanejamento da População.** 2007. Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

_____. (CESTE). **Energia uma nova vida** (Cartilha). Plano de remanejamento da população. Estreito-MA: CESTE, 2007.

_____. (CESTE). **Consórcio Estreito Energia.** Disponível em: <<http://www.uhe-estreito.com.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais.** Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª edição. Editora Hucitec. São Paulo, 2001.

ECOdebate. Por Sucena Shkrada Resk. **Povos indígenas do Teles Pires querem sair da invisibilidade nos processos de licenciamentos.** 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/06/28/povos-indigenas-do-teles-pires-querem-sair-da-invisibilidade-nos-processos-de-licenciamentos-hidreletricos/>>. Acesso em: out. 2017.

ENERGISA TOCANTINS. Distribuidora de energia S.A. **Resultados do 1º semestre de 2017.** Disponível em: <https://ri.energisa.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=54127>. Acesso em: 10 ago. 2017.

ENGIE. **Brasil Energia**. Disponível em:

<<http://www.engeenergia.com.br/wps/portal/internet>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FEARNSIDE, Philip M. **Desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia**: Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 1. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2015/Livro-Hidro-V1/Livro%20Hidrelétricas%20V.1.pdf Acesso em: Ago. de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**: debate sobre políticas fundiárias. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014. (Vozes do campo).

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Kátia M. **Caminhos que andam**: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. 2006. 202 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FUNDAÇÃO PROTEGER; INTERNATIONAL RIVERS; ECOA. **Barragens na Amazônia**. Disponível em: <http://dams-info.org/pt/dams/view/sao-luiz-do-tapajos/> acesso em: 10 ago. de 2017.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo. Editora UNESP, 1991.

_____. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> >. Acesso em: 6 dez. 2016.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Universidade de São Paulo. **Anais**. 6774-6792p. Disponível em: <https://catedrataller.files.wordpress.com/2014/06/haesbaert-r-compilacic3b3n-de-textos.pdf> acesso em 10 Dez. 2016.

_____. **Da des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói- Rio de Janeiro: EDUF, 1997.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz T. da Silva e Guacira L. Machado. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS). **Ofício nº 8/2017/SUPES-TO-IBAMA**. Palmas: IBAMA-Núcleo de Licenciamento Ambiental, 2017.

IBGE. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **População recenseada e estimada, segundo os municípios - Tocantins - 2007**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/panorama>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL. **Projeto do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, de apoio e fomento a ações de salvaguarda**. Olho filmes em parceria com a ViaVerde, 2008.

LANDOWSKI, Eric. Regimes de espaço. **Galaxia**, São Paulo, n. 29, p. 10-27, jun. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015122804>> . Acesso em: 15 mar. 2017.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade Ambiental: as racionalidade distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: Zhouri, Andrea (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas e sujeitos ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008.

LEITE, Gil Bracarense; YOUNG, Carlos Eduardo Frickman. **Discussão sobre a distribuição dos royalties recebidos pelos municípios afetados pela construção de usinas hidrelétricas: o caso de ITAPEBI**. Área economia agrícola e do meio ambiente JEL. 2013. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i11-2c9e3df7bcc0b3e87cce83b51a40f54d.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Brasília: UNB, 2002. 32p. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 22 Out. de 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Eneida Arruda. **Histórico Biográfico do Município de Babaçulândia - Tocantins**. [S.l.: s.n.], (2003).

MAB. (Movimento dos atingidos por barragens). **Cartilha da Política Nacional de Direitos das populações atingidas por barragens (PNAB)**. São Paulo, 2013. Disponível em:

<<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-da-pol-tica-nacional-dos-direitos-das-popula-es-atingidas-por-barragens-pnab>>. Acesso em: 5 Ago de 2017.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 279f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003. 94p.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu, Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1.^a edição. Editora: Expressão Popular São Paulo – 2009. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 5 Fev. de 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo, Ed. Contexto, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

_____. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO, Nara Lopes de; CHAVES, Patrícia Rocha. A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do movimento de atingidos por barragens – MAB. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21- Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. 2012, Uberlândia – MG. **Anais**. Uberlândia – MG: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1360_2.pdf. Acesso em: 02 Jan. de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MULLER, Arnaldo Carlos. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books, 1995.

OBSERVATÓRIO Sócio-Ambiental de Barragens. 2017. Disponível em: <www.observabarragem.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 25 abr. 2017.

OLIVEIRA, Eliane. Temer sanciona lei que altera regras do setor elétrico. **O Globo**. Brasília, 18 nov. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/temer-sanciona-lei-que-altera-regras-do-setor-eletrico-20488981#ixzz4vbJnpzDx>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OLIVEIRA, Adelsimon Paz de. **Memórias de Babaçulândia**. Projeto Babaçu. Direção. Babaçulândia: FUNARTE, 2011. 1 DVD (1:20 min), NTSC, color.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas, SP: Papirus, 1988.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA. **Plano de ampliações de reforços na rede básica**: período 2003 a 2005. Rio de Janeiro: ONS, 2002. Disponível em: <http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEPublicacoes/PAR2008-2010_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2017.

PASE, Hemerson Luís; ROCHA, Humbero José da. O Governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 32-59, jul./dez. 2010.

PASE, Hemerson Luís. Políticas Públicas e infraestrutura: A agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates** (Dossiê Democracia e Políticas Públicas), Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 107-127, maio/ago. 2012.

PEREIRA, José Aires. **Leituras de paisagens urbanas**: um estudo de Araguaína – TO. 2013. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, José Luiz. **Novas ideias, novas ações**: geografia do Tocantins. 2010. Disponível em: <<http://www.juniorgео.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Geografia-do-Tocantins-Atualizada.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

PINTO, Lúcio F. **Hidrelétricas na Amazônia**: predestinação, fatalidade ou engodo? Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002.

POCHMAN, Marcio. Políticas Públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.p. 145-156.

QUINTELA, Mirelle Cristina Abreu; CARVALHO, Fátima Marília Andrade de. Compensações financeiras e royalties hidrelétricos na determinação do investimento público e das despesas sociais. **Revista de economia e agronegócio**, v. 8, n. 1, p. 51 – 74, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Marília Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 173-205.

ROSA, Maria V. de F. P. do Couto; ARNOLDI, Marlene. A. G. Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 4. ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito.** 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, UFU/Uberlândia, 2012.

SIEBEN, Airton; CLEPS JUNIOR, João. Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo de caso da Comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO). In: MARAFON, José Glaucio et al. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico conceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 241-256.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, dádiva e distopia: impactos socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO.** 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Universidade Federal do Pará Bragança, 2014.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República: cerimônia de inauguração do trecho Aguiarnópolis-Araguaína da ferrovia Norte-Sul.** Babaçulândia, TO. 2007. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFT/Downloads/18-05-2007%20-%20Discurso%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20na%20cerimonia%20de%20inauguracao%20do%20trecho%20Aguiarnopolis-Araguaina%20da%20ferrovia%20Norte-Sul.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, José Glaucio et al, (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico conceituais e aplicadas.**- Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 207-221.

SILVA, Ludimila Lima. **A compensação financeira das usinas hidrelétricas como instrumento econômico de desenvolvimento social, econômico e ambiental.** 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SOARES, Cristina Oliveira. **Institucionalização e relações sociais na atenção a saúde em um assentamento rural: o caso de Horto Vergel.** 2005. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2005.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento das transformações sociais.** 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.> Acesso em: 20 Out. 2017.

THOMPSON, Paul. A contribuição da história oral. In: _____. **A voz do passado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

TRACTEBEL muda de nome e passa a se chamar Engie Brasil Energia. **Veja online**. São Paulo, 14 jul. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/tractebel-muda-de-nome-e-passa-a-se-chamar-engie-brasil-energia/>>. Acesso em: 21 Dez. 2017.

TOCANTINS. Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio. **Zoneamento Ecológico Econômico (DEZ)**. Tocantinópolis. Geologia da Folha SB 23-Y-A. Estado do Tocantins. Escala. 1:250.000. Org. por Ricardo Ribeiro Dias. 2. ed. Palmas, SEPLAN/DEZ, 2004.

_____. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). 5. ed. Palmas: SEPLAN, 2008.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar**: A perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina – São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, Carlos Bernardo. **O Conceito de Atingido**: uma revisão de debates e diretrizes. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/52010953-Conceito-de-atingido-uma-revisao-do-debate-e-diretrizes-1.html>>. Acesso em: 15 Jun. de 2017.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais' In: A. Zhouri, K. Laschefski; D. Pereira (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica. 2005. p. 89-116.

ZITZKE, Valdir Aquino. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas**. 2007. 316 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ANEXO 1- Aprovação do Projeto de Pesquisa – CEP- UFT

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DA ILHA DE SÃO JOSÉ AO REASSENTAMENTO BAIXÃO: O PROCESSO DE DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA UHEE/ ESTREITO MARANHÃO EM 2012.

Pesquisador: GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66401917.8.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.163.200

Apresentação do Projeto:

Os anseios de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito surgiram ainda no ano de 2001, onde iniciaram os estudos de revisão das características técnicas da UHE Estreito, definindo localização, quedas e arranjos gerais do empreendimento. Partindo de todas as fases específicas de elaboração e execução do projeto, ocorreu no ano de 2010, a conclusão da obra, sendo posteriormente realizada a formação do lago no ano de 2012.

O percurso da área alagada do Rio Tocantins atingiu a cidade de Babaçulândia-Tocantins e a comunidade da área rural Ilha de São José, havendo a necessidade de esta população ribeirinha ser realocada no reassentamento Baixão, nova área determinada pelo município de Babaçulândia e pelo Consórcio CESTE. "Consórcio Estreito Energia", formado pelas empresas GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement. Responsáveis pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE/Estreito) e por solucionar as problemáticas e traçar as adequações sociais necessárias para a comunidade atingida juntamente com o município. Além dos impactos ambientais que o empreendimento ocasiona, a comunidade rural atingida da Ilha de São José sofre com os impactos socioterritoriais advindos desta mudança espacial. Relatos evidenciam que foi partir do final do século XIX, que as usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil,

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**

Continuação do Parecer: 2.163.200

através de investimentos privados. Esta necessidade energética foi devido à demanda que havia no país. No entanto foi entre os anos 1930 e 1980, através de investimentos públicos diretos do Estado em infraestrutura e na produção de bens e serviços essenciais, apoiados pelas novas tecnologias da engenharia e pela demanda, que houve uma consolidação da oferta de energia. Posteriormente, a partir dos anos 2000, através das políticas de privatização, com transferência para as empresas privadas, através de concessões e permissões do Estado para que a iniciativa privada pudesse explorar as usinas, com a formação de consórcios entre empresas públicas e privadas, houve um aumento nos investimentos e na quantidade de empreendimentos no setor. Na história das construções de hidrelétricas no Brasil, milhares de pessoas foram impactadas direta ou indiretamente em virtude de suas instalações serem de grande porte e modificar as paisagens naturais e o ciclo de vida de espécies animais, florestais e humanas. Assim muitas pessoas tiveram que deixar suas

casas e seus modos de vida para dar lugar às instalações destas obras, em nome da utilidade pública e do progresso e em suma, não são ressarcidas por suas perdas, pois na maioria dos casos o valor simbólico e sentimental pelo o modo de vida e pelo território é impagável. Ainda hoje, isto ocorre mesmo passado mais de um século deste histórico de violações de cidadania, como foi o caso da Hidrelétrica de Estreito e dos ribeirinhos da Ilha de São José. Dentro da perspectiva de busca pelo desenvolvimento econômico e social, há uma tendência de analisar em detalhes os aspectos técnicos da ocupação territorial. Como também, as mudanças que foram sugeridas pelo consórcio CESTE em relação à Educação, onde foram instalados, e se a oferta da aprendizagem considera saberes, práticas e ritmos de aprendizagens dos ribeirinhos. Contudo, não há formulação, de forma mais ampla, de observações em relação à população afetada dentro deste espaço geográfico já ocupado, mesmo aquilo que observado como fundamental não é visto como um todo. Por vezes, desconsideram-se as pessoas ou o que está no entorno delas com ações superficiais ou inconsistentes a uma nova realidade, muitas vezes excluindo-se fatores relevantes a esta necessidade de adaptação, não levados em conta apesar da importância visível, buscando-se apenas adaptar esta população a uma nova arquitetura de lugar ao mero interesse estatal ou político, pelo anseio de desenvolvimento ou ganhos econômicos que a construção de uma usina hidrelétrica proporciona. As comunidades ribeirinhas criam, dentro do espaço geográfico que ocupam e na convivência de anos, uma rotina de gerações, seja nos costumes sociais, seja pelos fatores econômicos ou nos valores educacionais construídos ao longo do tempo. Estes moradores criam profundos sentimentos pelo lugar, pelas paisagens, pela moradia, no modo de ser de cada um ou nos vínculos coletivos. Numa forma simples de ver e seguir a vida, na convivência

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado**Bairro:** Plano Diretor Norte**CEP:** 77.001-090**UF:** TO**Município:** PALMAS**Telefone:** (63)3232-8023**E-mail:** cep_uf@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 2.163.200

harmônica com a natureza, muitas vezes não compreendendo as ações que regem as questões de desenvolvimento e os interesses do capital privado e do poder político, que incorporam a construção de usinas hidrelétricas, que são justificadas em nome do progresso, do desenvolvimento regional e do bem-estar das comunidades, porém com imensos impactos causados ao meio ambiente e às populações atingidas, indicando a presença de visões divergentes. Neste sentido, mesmo diante de projetos de realocação de populações, urge compreender de forma sistemática o que aquele território representa à comunidade atingida, que tem intrinsecamente naquele lugar o reflexo de sua própria vida, seja na realidade presente, dos anseios futuros ou das gerações passadas, através do tempo, que não se pode medir em ações ou modificações em qualquer outro lugar onde se insiram. Ela é parte permanente daquele lugar. Seu reassentamento via realocação é apenas uma tentativa de minimizar, mesmo que abstratamente, as suas perdas. Território é uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização- reterritorialização, material, relacional, ideário, uno e múltiplo, devendo o mesmo abordar as dimensões: econômica, política e cultural não deixando de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder. As forças econômicas, políticas e culturais que condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades. Por isso, é necessário contextualizar estes processos em cada momento, período e lugar, num constante movimento de des-territorialização e re-territorialização ou, de desre-territorialização. (SAQUET 2007, p.172) A imersão do território da comunidade rural Ilha de São José pelo lago do Rio Tocantins ocasionou a desconstrução espacial de uma comunidade. O reassentamento em nova área, além das dúvidas, medos e anseios inerentes à ação e dos impactos ambientais já amplamente abordados em estudos relacionados à construção de Usinas Hidrelétricas, em território ocupado por populações ribeirinhas, acarretam efeitos socioterritoriais que devem ser identificados para que se possam estabelecer ações que visem minimizá-los. Outrossim, vale destacar que o capitalismo, apesar de fluir na ideia contemporânea como uma forma de crescimento e desenvolvimento, traz também aspectos negativos relacionados à maior preocupação em angariar recursos, a falta de conscientização do homem e dos espaços em que vivem e à exclusão de etnias sociais. Apesar da produção de energia elétrica vir a beneficiar a população, esta mesma produção vem ocasionar problemas socioambientais que, em suma, são crônicos e reorganizam os espaços sob a ótica de interesses. Na apresentação do projeto, tem-se uma descrição clara da proposta do trabalho.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 2.163.200

Objetivo da Pesquisa:

2-OBJETIVO

2.1-Geral

Analisar os efeitos socioterritoriais da comunidade rural da Ilha de São José, no município de Babaçulândia - Tocantins, após a construção da UHE-Estreito (MA).

2.2- Objetivos específicos:

- Conhecer a sociedade da Ilha de São José no momento anterior à construção da Usina Hidrelétrica do Estreito e à formação do respectivo lago e em momento posterior a reterritorialização no Reassentamento Baixão.
- Compreender o papel das usinas hidrelétricas na sociedade atual e o que é proposto pelas empreendedoras para reduzir os efeitos na população estudada;
- Descrever e discutir as mudanças sociais ocorridas à comunidade da Ilha de São José em relação à oferta da educação fundamental após a desterritorialização.

A Definição de Objetivos, é concordante com o título e a metodologia do estudo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Esclareço que durante a pesquisa o participante poderá ter algum desconforto por não se sentir a vontade ao ser entrevistado, ao responder questionário, já que demandam tempo do colaborador, ou até mesmo por ser observados durante as suas atividades laborais, sabendo que tanto as observações e informações serão analisados por professores da UFT e pesquisadora e posteriormente transformadas em textos que serão avaliados por docentes universitários, acadêmicos, SEDUC, Secretaria de Educação Estadual. Porém esclareço que os participantes não serão identificados(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, pois a referência ao mesmo será feita através de códigos numéricos ou nome fictício criado pela pesquisadora. Os participantes da pesquisa (moradores do reassentamento Baixão, alunos e professores da Escola Municipal São Francisco, representantes do consórcio CESTE e da Prefeitura Municipal ao explicitarem suas percepções sobre as políticas públicas implementadas na esfera federal, estadual e municipal nesses reassentamentos, poderão sofrer o risco de serem estigmatizados a partir do conteúdo regulado. Contudo, destaca-se que os registros de imagens serão feitos apenas destacando o local de estudo, não se reportando aos participantes. E as informações captadas em áudios serão tratados de forma acadêmica, com ética e com respeito aos participantes, mantendo as identidades dos mesmos no anonimato

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 2.163.200

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto representa uma contribuição para o conhecimento dos efeitos sócio-territoriais ocasionados pela construção da Hidrelétrica de Estreito na comunidade atingida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos e documentos foram apresentados e estão de acordo com o solicitado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer anterior foram todas sanadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_856634.pdf	03/07/2017 09:52:05		Aceito
Outros	anuencia_direcao_escola.pdf	03/07/2017 09:45:45	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	anuencia_secretaria_educacao.pdf	03/07/2017 09:44:58	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	carta_resposta.docx	03/07/2017 09:16:09	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_consentimento_livre_esclarecido2.doc	03/07/2017 09:11:43	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento.doc	03/07/2017 09:11:16	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento_livresclarecido1.doc	03/07/2017 09:10:55	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA2.doc	03/07/2017 09:02:57	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 2.163.200

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PESQUISA2.doc	03/07/2017 09:02:57	CARVALHO	Aceito
Outros	roteiro_de_entrevistas.pdf	24/03/2017 18:35:26	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	declaracao_orientador.pdf	24/03/2017 18:18:49	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	carta_de_apresentacao.pdf	24/03/2017 18:17:39	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	declaracao_de_uso_destinacao_dos_m ateriais.pdf	24/03/2017 18:01:56	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	termo_de_compromisso_uso_de_dados. pdf	24/03/2017 17:57:16	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	orcamento.pdf	24/03/2017 17:54:26	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Outros	termo_de_anuencia.pdf	24/03/2017 17:36:40	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	24/03/2017 17:33:13	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	24/03/2017 17:10:50	GRAZIANE DE ARAUJO PITOMBEIRA CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 2.163.200

PALMAS, 07 de Julho de 2017

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador)

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

APÊNDICE 1- Roteiro de entrevistas contendo questões abertas e fechadas aos atingidos pela UHEE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ATINGIDOS PELA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO-(MA) MORADORES DA ILHA DE SÃO JOSÉ EM BABAÇULÂNDIA TO – MORADORES DO REASSENTAMENTO BAIXÃO.

I – Características e histórico familiar do entrevistado

1. Iniciais do Entrevistado: _____
Sexo: _____
Idade: _____
2. Quantos anos morou na Ilha _____
3. Profissão atual: _____
4. Nasceu em qual estado? _____
5. Você estudou até que ano?
() Sem Estudo () Ensino Fundamental completo () Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Médio completo () Ensino Médio incompleto () Nível Superior completo
() Nível Superior incompleto

II - Situação de moradia do ribeirinho no momento anterior a barragem:

6. Você acompanhou o processo de implantação da barragem de Estreito e as manifestações dos moradores da Ilha de São José em Babaçulândia?
() sim () não Relate _____
7. Você morava na Ilha de São José quando a barragem em Babaçulândia foi construída (entre 2001 e 2012)?
() sim () não () Outros _____
8. Você morou quantos anos na Ilha de São José? _____
9. Sua propriedade tinha quantos alqueires? _____
- 10- E como eram feitas as instalações? () tijolo () palha () pau a pique () outros _____
11. Quantos filhos você tem e que estudaram na Escola Valdivino Paixão na Ilha de São José? _____
12. Em relação à mudança da escola, você considera que:
() Houve melhora no ensino () piorou () não sabe opinar () outros _____
13. A distância entre a escola e a sua moradia. Após a mudança territorial o acesso:
() melhorou () piorou () utiliza transporte escolar () não sabe opinar () outros _____

III-Relação com o território

14. Quando souberam sobre a implantação da UHE e a desapropriação das terras?
15. Você consegue lembrar a data de saída do antigo território
16. Quais as atividades laborais eram feitas para manter o sustento da família?
Pesca () Caça () Lavoura () Vazantes () Barqueiro () Barraqueiro () Professor ()
Outros ()
17. No caso da lavoura, qual tipo de cultivo? E qual destino era dado às plantações?
() comércio () consumo próprio () outros Quais?
18. Quanto tempo você demorava a ir à cidade?
19. Quando você ia à cidade, enquanto morava na Ilha, que tipo de atividade costumava fazer?
Relate: _____

IV Relação entre os moradores

20. Você consegue descrever as atividades da família ao entardecer? _____
21. Como os moradores se encontravam? _____

V- Costumes e Tradições

22. No antigo território havia festas e comemorações tradicionais?
() Festas religiosas () Festas populares () Outros
Quais? _____

23. Essa tradição ainda continua no novo território? Quais Comemorações permanecem na tradição do grupo? _____

VI- Avaliação atual do morador em relação à instalação da barragem. E as transformações advindas da desterritorialização.

24. Argumenta-se que a barragem trouxe alguns benefícios para o grupo, como você avalia cada um destes possíveis benefícios:

Oportunidades de trabalho: _____

A oferta de energia elétrica: _____

Construção de novas moradias: _____

A qualidade da escola e a educação para os filhos: _____

Maior acesso a cidade: _____

Atendimento médico: _____

25. Você acha que a construção da barragem trouxe outros benefícios que não tenham sido citados?

sim não outros, Quais? _____

26. Argumenta-se que a barragem trouxe alguns prejuízos para os ribeirinhos como você avalia cada um destes possíveis prejuízos:

a) A quantidade de pessoas sem trabalho:

aumentou pouco está igual diminuiu muito outros

b) A falta de água em abundância para o cultivo das plantações, animais, pesca e consumo próprio:

Relate: _____

c) A falta de lazer para os reassentados, pois era costume do grupo pescar, banhar e curtir a temporada de praias na ilha.

melhorou piorou melhoraram pouco melhoraram muito piorou muito prática

encerrada outros Relate: _____

d) Falta de oportunidade financeira devido à falta de terras férteis para plantações de vazantes:

melhorou piorou melhoraram pouco melhoraram muito piorou muito Relate: _____

e) Falta de oportunidade financeira devido à falta da temporada de praias para a prática de travessias de barcos com turistas.

melhorou piorou prática encerrada Relate: _____

27. Você acha que a barragem em Estreito trouxe outros prejuízos que não tenham sido citados?

sim não Quais? _____

VII- A atuação da Prefeitura com os ribeirinhos após a territorialização em território próximo a área urbana.

28. Em sua opinião, depois da mudança do território a Prefeitura cuidou melhor dos ribeirinhos que migraram para as proximidades urbanas?

sim não não sabe responder. Quais benefícios você deseja relatar? _____

29. Você acha que desde a mudança territorial para o Ressentamento Baixão, até os dias de atuais: as condições de vida:

melhorou melhorou muito igual piorou muito pior está muito bom ótimo Outros (

). Relate sua opinião: _____

30. Como você avalia a atuação da prefeitura em relação a:

a) Educação: _____

b) Assistência médica: _____

c) Assistência social: _____

VIII- Opções de lazer na temporada de praia

31. Antes da barragem, com que frequência você frequentava a beira do rio?

mais de uma vez por semana mais de uma vez por mês

algumas vezes por ano

uma vez por ano nunca foi.

Relate: _____

32. Para você como o rio era utilizado ?

Pesca Lazer e assepsia em geral rituais religiosos nenhum deles _____

33. Em sua opinião a empresa que fez a barragem poderia fazer alguma coisa para reduzir os prejuízos que ela causou em relação ao lazer do grupo?

sim não. O que a empresa poderia fazer? Relate: _____

IX – Qualidade de vida

34. Como a barragem afetou a sua vida?

melhorou pouco piorou muito não melhorou outros. Relate:

35. O que melhorou? Por quê? _____

36. O que piorou. Por quê? _____

X – Questionário sócio econômico:

37. Em sua opinião as indenizações foram suficientes para compensar a mudança territorial?

suficientes insuficientes não sabe responder outras. Relate: _____

38. Em sua opinião, com a barragem a oferta de trabalho:

diminuiu diminuiu muito não existe outros. Relate: _____

39. Depois da mudança territorial, você conseguiu manter as mesmas atividades de trabalho de antes da barragem? sim não

Se não, por quê? _____

40. Quais são as suas fontes de renda hoje em dia?

aposentadoria trabalho assalariado urbano trabalho assalariado rural comércio

desempregado outros. Relate: _____

XI – Indenização

41. Ocorreram perdas que não foram compensadas?

sim não. Quais? _____

42. A casa que você recebeu de indenização é:

melhor igual pior do que a casa que você morava antes? Relate: _____

43. Se você praticava agricultura ou criação de animais antes da remoção, depois que você foi removido conseguiu manter essas atividades?

sim não qualidade do solo pouco espaço falta de água outros. Relate: _____

44. Se fosse possível retornar a Ilha de São José e continuar a sua vida como o senhor (a) a tinha lá, voltaria?

sim não Por que? _____

45. Algum comentário que gostaria de fazer? _____

Entrevistador (a):

--

APÊNDICE 2 – TCLE - 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO-PPGCULT

Av. Paraguai, s/nº, Setor Cimba | 77823-838 | Araguaína/TO FONE: (63) 2112/2286

www.uft.edu.br/ppgcult secretariappgcult@uft.edu.br**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Dados de identificação**Título do Projeto: **Da ilha de São José ao Reassentamento Baixão: o processo de des-re-territorialização após a implantação da UHEE/Estreito Maranhão em 2012.**Pesquisadora Responsável: **Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho**Instituição: **Universidade Federal do Tocantins – UFT**Telefones para contato: **(63) 2112-2286 - (63) 99253-1105 - (63) 99971-7019**

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos R.G. _____

Caro Colaborador você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar do projeto de pesquisa: **“DA ILHA DE SÃO JOSÉ AO ASSENTAMENTO BAIXÃO: O PROCESSO DE DES-RETERRITORIZAÇÃO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA UHEE/Estreito Maranhão em 2012”**. De responsabilidade da pesquisadora **Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho**.

O principal motivo que nos impulsionou a realizar essa pesquisa advém da necessidade de conhecer a nova realidade dos antigos moradores da área rural Ilha de São José, hoje habitantes do Reassentamento Baixão situado no município de Babaçulândia-Tocantins, que perderam suas terras, como também seus modos de vida em detrimento da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito Maranhão em 2012.

O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar os impactos sócio territoriais à comunidade rural Ilha de São José, do município de Babaçulândia, estado do Tocantins, com a construção da UHE-Estreito.

Os objetivos específicos são: Conhecer e descrever a sociedade da Ilha de São José no momento anterior à construção da Usina Hidrelétrica do Estreito e à formação do respectivo lago, compreender o papel das usinas hidrelétricas na sociedade atual e os processos de redução dos seus impactos ambiental e social, descrever e discutir as mudanças ocorridas à comunidade da Ilha de São José após a realocação devido ao alagamento de seu território de origem.

A pesquisa poderá beneficiar a comunidade realocada em virtude dos conhecimentos gerados sobre as políticas públicas para os atingidos por grandes empreendimentos e o modo como ocorre à implantação dessas políticas públicas em cada esfera administrativa com foco principalmente na esfera estadual e municipal. Isso permitirá ter uma melhor visão sobre o amparo sócio econômico ofertado a estas comunidades e sua relação com as memórias e cultura dos povos. Consequentemente, os dados poderão trazer reflexões que poderão melhorar o atendimento a essa comunidade em todas as circunstâncias que requer o olhar cuidadoso do poder público, para de fato, contribuir com o processo de desenvolvimento social.

Esta pesquisa será baseada nos depoimentos de seus participantes e na comparação das vivências dos moradores do Reassentamento Baixão em relação ao antigo território “Ilha

de São José”. Para tanto, alguns moradores serão convidados a responder questionários impressos em papel com caneta esferográfica, de preferência, preta ou azul e também serão convidados a dar entrevistas, as quais poderão ser gravadas, para posteriormente serem transcritas. Esclareço que tanto os questionários ou entrevistas serão realizados na própria comunidade em horário a ser negociado de acordo com a disponibilidade de cada um.

Também será feita uma abordagem a representantes do poder Municipal e representantes do Consórcio responsável pela Hidrelétrica para saber quais foram às ações sociais, feitas para reparar as perdas aos ex - ribeirinhos.

Pretende-se neste trabalho fazer uma abordagem sobre as mudanças ocasionadas na educação, haja vista que houve uma ruptura na oferta educacional dos alunos que viviam na Ilha de São José. Para estes dados buscar-se-á conhecer os dados por meio de entrevistas a dois professores que viveram muitos anos no território anterior e após a desterritorialização, seguiu com a comunidade escolar para o novo território.

Esclareço que durante a pesquisa o participante poderá se sentir constrangido e ter algum desconforto por não ficar à vontade ao ser entrevistado, ao responder questionários, já que demandam tempo do colaborador, sabendo que as informações concedidas serão analisadas por professores da UFT e pesquisadora e posteriormente transformadas em textos que serão avaliados por docentes universitários, acadêmicos, professores de escolas da rede pública e da rede privada.

A sua participação é **voluntária**, portanto você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar nenhum prejuízo em relação à sua vivência no reassentamento. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar com a pesquisadora na própria comunidade ou pelos telefones acima citados.

Este estudo apresenta riscos mínimos de saúde, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como: escrever, ler, tomar banho e et. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, pois a referência ao mesmo será feita através de códigos numéricos ou nome falso, criado pela pesquisadora.

Esclareço que os riscos dos participantes em se expor em razão de sua opinião sobre as políticas públicas implementadas, são mínimos, tanto de exposição de imagens, como gravações em áudio isto é, não serão feitas imagens (fotos) com seres humanos, apenas do território estudado. Esclareço ainda, que este estudo apresenta o risco dos participantes serem constrangidos a partir do conteúdo regulado, quando se tratar de alguma insatisfação dos mesmos por parte das políticas públicas implementadas na esfera federal, estadual e municipal.

Contudo, destaca-se que os registros de imagens serão feitos apenas destacando o local de estudo, não se referindo aos participantes. E as informações captadas em áudios serão tratadas de forma acadêmica, com ética e com respeito aos participantes, mantendo as identidades dos mesmos preservadas. Os participantes não serão identificados (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo, pois a referência ao mesmo será feita através de códigos numéricos ou nome criados pela pesquisadora. Portanto, autorizo a pesquisadora a utilizar imagens do local e realizar a gravação em áudios da entrevista concedida por mim, para elaboração deste estudo. .

Uma cópia deste consentimento informado será arquivada pela pesquisadora e o participante receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A sua participação no estudo não acarretará custos para você e você não receberá nenhum pagamento por participar do estudo. Você será indenizado, no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa, conforme preceitua a **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012**.

DECLARAÇÃO DA (O) PARTICIPANTE
(MORADORES DO REASSENTAMENTO)

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. A pesquisadora e o professor orientador **Airton Sieben** certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Em caso de dúvidas poderei chamar a Pesquisadora: **Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho**, o Professor Orientador: **Airton Sieben** nos telefones (63) 992531105 e (63) 2112 2286. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante (a)

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:
Pesquisadora Responsável: Graziane de Araújo Pitombeira Carvalho
Endereço Residencial: Rua 04; Quadra 17; Lote 07; S/N Setor Residencial Patrocínio - Araguaína/TO
Email: grazipitombeira1@hotmail.com grazianegestora@gmail.com
Fone: (63) 99253-1105
Endereço Profissional: Rua Líbano S/N Bairro Eldorado- Araguaína - Tocantins
Fone: (63) 34144974
Email: welderabreusales@ue.edu.to.gov.br
CEP: Comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos – UFT/To.
END: 109 Norte NS 15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, Campus Universitário de Palmas, Prédio Almojarifado
CEP: 77001-090 – Palmas/To.
FONE: (63)3232-8023 Email: cep_uft@uft.edu.br

Araguaína, 24 de março de 2017.